



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA

Secretaria Municipal de Planejamento, Finanças e Orçamento
Departamento de Contabilidade

Prefeito Municipal

Eduardo Pimentel Slaviero

Vice-Prefeito

Paulo Eduardo Lima Martins

Controlador Geral do Município

Bruno Heraki Pandini

Secretário Municipal de Planejamento, Finanças e Orçamento

Vitor Acir Puppi Stanislawczuk

Superintendente Executiva da Secretaria Municipal de Planejamento, Finanças e Orçamento

Vinícios José Bório

Superintendente Fiscal da Secretaria Municipal de Planejamento, Finanças e Orçamento

Mário Nakatani Junior

Diretor de Orçamento

Carlos Eduardo Kukolj

Diretor de Contabilidade

Claudinei Nogueira

Diretor de Rendas Imobiliárias

Sergio Luiz Primo

Diretora de Controle Financeiro

Viviane da Silva Galdino

Coordenação Núcleos Regionais

Celso Cenovicz Bueno

Assessor de Captação de Recursos e Gestão de Investimentos

Tereza de Fátima Fernandes

Coordenador de Contratos e Convênios

Joelson Luiz do Espírito Santo

EQUIPE TÉCNICA

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Andreza Cristine Juglair
Cleonice Amaral
Daniele Schultz Bahr
Edicleusa Medeiros Alves
Edson Augusto Caffé Araujo
Henrique Viana Gotardo
Ivan Luis Barbosa
João Alberto Mateus de Oliveira
Luciano Lucas Duda
Marcio Ferreira de Andrade
Maria Fatima Krasoski
Paola Tatiane da Silva Chalupp
Rejane Hancke
Robson Wanderley Jungblut
Sandra Mara Taverna
Terezinha de Fátima Perkowski



RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Período: JANEIRO A ABRIL 2025 – BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

Período: 1º QUADIMESTRE

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS.....	3
NOTAS EXPLICATIVAS RELATIVAS AOS RELATÓRIOS	5
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - RREO.....	8
ANEXO 1 – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO.....	8
ANEXO 2 – DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO....	10
ANEXO 3 – DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	13
ANEXO 4 – DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS	14
ANEXO 6 – DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL	16
ANEXO 7 – DEMONSTRATIVO DE RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO	18
ANEXO 8 – DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE	19
ANEXO 12 – DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE.....	21
ANEXO 13 – DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS	23
ANEXO 14 – DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	24
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - RGF	25
ANEXO 1 – DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL	25
ANEXO 2 – DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA.....	26
ANEXO 3 – DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES.....	27
ANEXO 4 – DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO.....	28
ANEXO LRFM – DEMONSTRATIVO DO LIMITE DOS SERVIÇOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA (PODER EXECUTIVO)	29
ANEXO 6 – DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL.....	30
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES.....	32



LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BO	Balanco Orçamentário
CEF	Caixa Econômica Federal
CF	Constituição Federal
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CIC	Companhia de Desenvolvimento de Curitiba
CMC	Câmara Municipal de Curitiba
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas
COHAB	Companhia de Habitação Popular de Curitiba
CRC	Conselho Regional de Contabilidade
CTN	Código Tributário Nacional
CURITIBAPREV	Fundação de Previdência Complementar do Município de Curitiba
DCASP	Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público
DEA	Despesas de Exercícios Anteriores
FC	Departamento de Contabilidade da Finanças
FEAS	Fundação Estatal de Atenção à Saúde
FEPGM	Fundo Especial da Procuradoria Geral do Município de Curitiba
FGP/PR	Fundo Garantidor das Parcerias Público Privadas
FMS	Fundo Municipal de Saúde
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
FUC	Fundo de Urbanização de Curitiba
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
GTM	Gestão Tributária Municipal
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
INPC	Índice Nacional de Preços ao Consumidor
INCS	Instituto Nacional de Ciências da Saúde
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
IPMC	Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Curitiba
IPSAS	<i>International Public Sector Accounting Standards</i> (Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público)
IPTU	Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana
IPVA	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores
IRRF	Imposto sobre a Renda Retido na Fonte
ISS	Imposto Sobre Serviços
ISSQN	Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza
ITBI	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis
LOA	Lei Orçamentária Anual
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
LRFM	Lei de Responsabilidade Fiscal Municipal
LTDA	Limitada
MCASP	Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
NBC TSP	Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas aplicadas ao Setor Público
NBCASP	Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público



NE	Notas Explicativas
OFSS	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
OSC	Organizações da Sociedade Civil
PASEP	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PCASP	Plano de Contas Aplicado ao Setor Público
PGFN	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
PGM	Procuradoria Geral do Município
PMC	Prefeitura Municipal de Curitiba
PPP	Parcerias Público Privado
RCL	Receita Corrente Líquida
RFB	Receita Federal do Brasil
RGPS	Regime Geral de Previdência Social
RAP	Restos a Pagar
RPPS	Regime Próprio de Previdência Social
RGF	Relatório de Gestão Fiscal
RREO	Relatório Resumido da Execução Orçamentária
RSF	Resolução do Senado Federal
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e Custódia
SGP	Sistema de Gestão Pública
SMF	Secretaria Municipal de Planejamento, Finanças e Orçamento
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
TCE-PR	Tribunal de Contas do Estado do Paraná
TCU	Tribunal de Contas da União
URBS	Urbanização de Curitiba S/A



NOTAS EXPLICATIVAS RELATIVAS AOS RELATÓRIOS

1. Os anexos do RREO, apresentados nesta publicação, foram aprovados pela Portaria nº. 699/23 da Secretaria do Tesouro Nacional e estão de acordo com a Lei complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar Municipal nº 101/2017 - Lei de Responsabilidade Fiscal Municipal e Provimento nº 002/2002 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

2. Os Balanços e os Demonstrativos da Execução Orçamentária (RREO) referem-se, exclusivamente, aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, no âmbito da Administração Pública Municipal.

3. Consideram-se Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social o conjunto de dotações estabelecidas para as unidades orçamentárias pela Lei Municipal nº 16.483, de 27 de dezembro de 2024 – Lei Orçamentária Anual, acrescidas dos créditos adicionais abertos até o período de referência deste relatório. Esta composição está estruturada em:

3.1. Órgãos da Administração Direta – Executivo e Legislativo;

3.2. Fundos;

3.3. Fundações;

3.4. Autarquias.

4. No Anexo 3 (RREO), as operações intraorçamentárias são excluídas conforme o § 3º do art. 2º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Também foram excluídas as receitas elencadas no Art. 14 da Lei Complementar Municipal nº 101/17, de 25 de agosto de 2017, e as receitas de rendimentos de aplicação financeira dos recursos do RPPS, uma vez que são valores atrelados aos recursos do RPPS que, por definição da LRF, não integram o cálculo da RCL.

5. No Anexo 3 (RREO), foram incluídas como dedução para fins da Receita Corrente Líquida ajustada para cálculo dos limites das despesas com pessoal as transferências recebidas para pagamentos dos vencimentos dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias conforme §11 do art. 198 da Constituição Federal.

6. Nos Anexos 1, 2 e 6 (RREO) a reserva de contingência é constituída sob a forma de dotação global, não especificamente destinada a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, sendo destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos. Estes últimos incluem as alterações e adequações orçamentárias que se identificam com o disposto no § 1º do inciso III do art. 43 da Lei nº 4.320/64, que permite a abertura de créditos adicionais com o cancelamento de dotações orçamentárias, inclusive da reserva de contingência incluída na Lei Orçamentária Anual. A forma de utilização e o montante dessa reserva serão definidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias de cada ente da



Federação. A Reserva de Contingência registra somente valores para as colunas da dotação inicial e dotação atualizada.

7. Nos Anexos 1 e 2 (RREO) a reserva do RPPS registra somente valores para as colunas da dotação inicial e dotação atualizada, sendo apresentada nestes demonstrativos por constar no orçamento e visando também o equilíbrio entre a receita e a despesa orçamentária.

8. No anexo 1 (RREO) a linha de Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores – RPPS registra somente valores para as colunas previsão inicial e previsão atualizada, sendo apresentada nestes demonstrativos por constar no orçamento e visando também o equilíbrio entre a receita e a despesa orçamentária.

9. No Anexo 6 (RREO), para fins de apuração do Resultado Primário - Acima da Linha (a partir das receitas e despesas primárias), as receitas e despesas intraorçamentárias foram computadas no cálculo, conforme Portaria nº. 669/23 da Secretaria do Tesouro Nacional que aprovou a 14ª edição do Manual de demonstrativos Fiscais - MDF.

10. Nos Anexos 1, 2, 4 e 12 (RREO) a coluna de inscrição em restos a pagar não processados apresentará valor somente no último bimestre do exercício.

11. Nos Anexos 8 e 12 (RREO) os limites mínimos anuais devem ser cumpridos no encerramento do exercício. Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento está apresentado com base na despesa liquidada. Somente no último bimestre do exercício o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

12. No Anexo 13 (RREO) para a projeção da RCL para os exercícios de 2026 a 2034, foi utilizado o fator de 1,01907762057, sendo obtido pela geométrica da taxa de crescimento real do PIB nacional nos últimos oito anos divulgada pela Secretaria do Tesouro Nacional no Manual de Instrução de Pleitos (a partir de 22/04/2025), aplicável aos procedimentos para contratação de operações de crédito de Estados, Distrito Federal e Municípios (art. 8º da Portaria STN nº 396, de 2 de julho de 2009).

13. O Anexo 1 (RGF) refere-se, exclusivamente, as despesas realizadas no âmbito do Poder Executivo e apresentam as seguintes informações:

13.1. Incluídas as despesas liquidadas com a Fundação Estatal de Atenção à Saúde – FEAS, classificadas em Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (exceto elemento 34). A partir de janeiro de 2025 estão sendo incluídas somente os valores destinados aos pagamentos das folhas de pessoal e classificadas na conta 8.6.3.3.2 – Despesa com Pessoal nas entidades com contrato de gestão;

13.2. Não estão incluídas as receitas referentes ao IRRF conforme Lei Complementar nº 178/2021 que incluiu o § 3º no art. 18 da LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal;



13.3. Para fins da apuração do limite da despesa com pessoal, não estão computados na base de cálculo da receita corrente líquida os valores pertencentes ao Fundo de Urbanização de Curitiba - FUC e que sejam destinados ao pagamento dos contratos de concessão do serviço público de transporte, conforme §3º do Art. 14 da Lei Complementar Municipal nº 101/17 – LRFM e Lei Municipal nº 15.904/2021, bem como a Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º da CF) e Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF).

13.4. Incluídas como despesas não computadas os pagamentos dos vencimentos dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias conforme §11 do art. 198 da Constituição Federal

14. No Anexo 2 (RGF), os valores correspondem a todos os entes e poderes.

15. No Anexo 3 (RGF), o valor da garantia concedida corresponde a garantia da COHAB.

16. No Anexo 4 (RGF), o valor corresponde ao montante do principal realizado da operação no exercício financeiro.

17. No demonstrativo do limite dos serviços de publicidade e propaganda, o valor da corresponde aos serviços de publicidade e propaganda ocorridas no exercício somente do Poder Executivo.

MUNICÍPIO DE CURITIBA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2025 - BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 1 (LRF,art.52,inciso I, - alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (A)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (A-C)
			NO BIMESTRE (B)	% (B/A)	JAN e ABR / 2025 (C)	% (C/A)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	12.742.000.000,00	12.791.048.195,62	2.830.058.138,36	22,13	4.980.124.249,53	38,93	7.810.923.946,09
RECEITAS CORRENTES	12.089.418.000,00	12.112.215.037,35	2.739.250.213,84	22,62	4.874.352.794,28	40,24	7.237.862.243,07
RECEITA TRIBUTÁRIA	5.628.654.000,00	5.628.654.000,00	1.577.430.955,37	28,03	2.301.189.590,11	40,88	3.327.464.409,89
IMPOSTOS	5.324.345.000,00	5.324.345.000,00	1.450.179.370,42	27,24	2.145.162.446,23	40,29	3.179.182.553,77
TAXAS	304.100.000,00	304.100.000,00	127.245.559,18	41,84	156.011.060,79	51,30	148.088.939,21
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	209.000,00	209.000,00	6.025,77	2,88	16.083,09	7,70	192.916,91
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	690.712.000,00	690.712.000,00	106.693.156,38	15,45	213.601.273,56	30,92	477.110.726,44
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	535.712.000,00	535.712.000,00	80.705.905,41	15,07	161.296.082,26	30,11	374.415.917,74
CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	-	-	-	0,00	-	0,00	-
CONTRIBUIÇÕES DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	155.000.000,00	155.000.000,00	25.987.250,97	16,77	52.305.191,30	33,75	102.694.808,70
RECEITA PATRIMONIAL	506.923.000,00	507.022.029,46	128.614.129,60	25,37	276.623.829,53	54,56	230.398.199,93
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DO ESTADO	2.173.000,00	2.173.000,00	412.184,76	18,97	759.213,49	34,94	1.413.786,51
VALORES MOBILIÁRIOS	466.154.000,00	466.253.029,46	121.324.957,11	26,02	262.990.475,18	56,41	203.262.554,28
DELEGAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MEDIANTE CONCESSÃO, PERMISSÃO	4.556.000,00	4.556.000,00	1.089.394,52	23,91	1.102.463,03	24,20	3.453.536,97
EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS	30.276.000,00	30.276.000,00	4.867.700,25	16,08	9.939.309,91	32,83	20.336.690,09
CESSÃO DE DIREITOS	-	-	-	0,00	-	0,00	-
DEMAIS RECEITAS PATRIMONIAIS	3.764.000,00	3.764.000,00	919.892,96	24,44	1.832.367,92	48,68	1.931.632,08
RECEITA DE SERVIÇOS	185.762.000,00	185.762.000,00	16.629.755,17	8,95	35.188.752,16	18,94	150.573.247,84
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	181.188.000,00	181.188.000,00	16.081.621,92	8,88	32.915.900,03	18,17	148.272.099,97
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTE À NAV. E TRANSPORTE	236.000,00	236.000,00	78.313,94	33,18	119.268,16	50,54	116.731,84
OUTROS SERVIÇOS	4.338.000,00	4.338.000,00	469.819,31	10,83	2.153.583,97	49,64	2.184.416,03
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	4.785.688.000,00	4.808.386.007,89	857.510.662,56	17,83	1.935.887.334,44	40,26	2.872.496.673,45
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	2.024.531.000,00	2.046.479.046,08	336.379.630,88	16,44	695.074.737,17	33,96	1.351.404.308,91
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DE SUAS ENTIDADES	1.669.129.000,00	1.669.329.961,81	344.016.767,43	20,61	861.712.012,33	51,62	807.617.949,48
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES	-	-	-	0,00	-	0,00	-
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	12.786.000,00	13.335.000,00	2.882.835,33	21,62	3.332.529,16	24,99	10.002.470,84
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	1.057.000.000,00	1.057.000.000,00	174.143.295,30	16,48	375.609.065,44	35,54	681.390.934,56
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	-	-	-	0,00	-	0,00	-
DEMAIS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	22.242.000,00	22.242.000,00	88.133,62	0,40	158.990,34	0,71	22.083.009,66
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	291.679.000,00	291.679.000,00	52.371.554,76	17,96	111.862.014,48	38,35	179.816.985,52
MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATUAIS E JUDICIAIS	208.498.000,00	208.498.000,00	31.622.081,37	15,09	76.664.380,73	36,59	132.834.619,27
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	15.527.000,00	15.527.000,00	1.316.752,20	8,48	3.961.453,45	25,51	11.565.546,55
BENS, DIREITOS E VALORES INCORPORADOS AO PATRIMÔNIO PÚBLICO	-	-	-	0,00	-	0,00	-
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	66.653.000,00	66.653.000,00	19.432.721,19	29,16	31.236.180,30	46,86	35.416.819,70
RECEITAS DE CAPITAL	652.582.000,00	678.833.158,27	90.807.924,52	13,38	105.771.455,25	15,58	573.061.703,02
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	503.926.000,00	503.926.000,00	82.320.000,00	16,34	82.320.000,00	16,34	421.606.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO INTERNO	-	-	-	0,00	-	0,00	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO EXTERNO	503.926.000,00	503.926.000,00	82.320.000,00	16,34	82.320.000,00	16,34	421.606.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	-	-	-	0,00	88.000,00	0,00	(88.000,00)
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	-	-	-	0,00	-	0,00	-
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	-	-	-	0,00	88.000,00	0,00	(88.000,00)
ALIENAÇÃO DE BENS INTANGÍVEIS	-	-	-	0,00	-	0,00	-
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	-	-	-	0,00	-	0,00	-
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	74.218.000,00	99.969.158,27	-	0,00	7.267.292,70	7,27	92.701.865,57
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	61.848.000,00	86.160.182,67	-	0,00	6.219.337,50	7,22	79.940.845,17
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DE SUAS ENTIDADES	12.370.000,00	13.808.975,60	-	0,00	1.047.955,20	7,59	12.761.020,40
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES	-	-	-	0,00	-	0,00	-
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	-	-	-	0,00	-	0,00	-
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	-	-	-	0,00	-	0,00	-
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	-	-	-	0,00	-	0,00	-
DEMAIS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	-	-	-	0,00	-	0,00	-
DEMAIS RECEITAS DE CAPITAL	74.438.000,00	74.938.000,00	8.487.924,52	11,33	16.096.162,55	21,48	58.841.837,45
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.760.000.000,00	1.760.000.000,00	281.068.063,57	15,97	560.664.552,74	31,86	1.199.335.447,26
Receita Tributária	-	-	-	0,00	-	0,00	-
Receita de Contribuições	735.396.000,00	735.396.000,00	110.069.438,67	14,97	219.933.144,07	29,91	515.462.855,93
Receita Patrimonial	6.480.000,00	6.480.000,00	1.110.459,45	17,14	1.764.385,00	27,23	4.715.615,00
Receita de Serviços	46.672.000,00	46.672.000,00	8.026.839,23	17,20	15.573.454,50	33,37	31.098.545,50
Demais Receitas Correntes	971.452.000,00	971.452.000,00	161.861.326,22	16,66	323.393.569,17	33,29	648.058.430,83
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	14.502.000.000,00	14.551.048.195,62	3.111.126.201,93	21,38	5.540.788.802,27	38,08	9.010.259.393,35
OPER.DE CRÉDITO - REFIN. (IV)	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFIN. (V) = (III + IV)	14.502.000.000,00	14.551.048.195,62	3.111.126.201,93	21,38	5.540.788.802,27	38,08	9.010.259.393,35
DÉFICIT (VI)	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	14.502.000.000,00	14.551.048.195,62	3.111.126.201,93	21,38	5.540.788.802,27	38,08	9.010.259.393,35
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	368.084.430,47	-	-	211.690.831,42	-	-
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	-	368.084.430,47	-	-	211.690.831,42	-	-
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	-	-	-	-	-	-	-

MUNICÍPIO DE CURITIBA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2025 - BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RR00 - ANEXO 1 (LRF, art.52, inciso I, - alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1.00										
REC - ANEXO 1 (LRF, art.52, inciso I, - alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)										
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (G)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (I)	DESPESAS PAGAS	INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR ³
			NO BIMESTRE	JAN a ABR / 2025		NO BIMESTRE	JAN a ABR / 2025			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	12.486.656.000,00	12.897.624.626,09	2.082.609.719,90	3.772.372.150,37	9.125.252.475,72	1.896.074.932,90	3.213.852.483,48	9.683.772.142,61	3.164.520.858,75	-
DESPESAS CORRENTES	11.008.279.000,00	11.340.094.193,39	1.964.051.821,82	3.585.069.787,83	7.755.024.405,56	1.818.708.422,84	3.104.778.487,80	8.235.315.705,59	3.065.732.242,27	-
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.983.616.000,00	5.987.081.173,93	1.060.012.950,01	1.910.789.614,20	4.076.291.559,73	1.059.116.731,39	1.907.851.796,88	4.079.229.377,05	1.904.178.892,28	-
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	84.710.000,00	84.710.000,00	20.855.669,27	35.885.856,10	48.824.143,90	20.855.669,27	35.885.856,10	48.824.143,90	35.885.856,10	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.939.953.000,00	5.268.303.019,46	883.183.202,54	1.638.394.317,53	3.629.908.701,93	738.736.022,18	1.161.040.834,82	4.107.262.184,64	1.125.667.493,89	-
DESPESAS DE CAPITAL	1.421.457.000,00	1.501.123.532,70	118.557.898,08	187.302.362,54	1.313.821.170,16	77.366.510,06	109.073.995,68	1.392.049.537,02	98.788.616,48	-
INVESTIMENTOS	1.085.354.000,00	1.145.121.087,24	82.029.164,54	91.355.926,66	1.053.765.160,58	23.118.248,08	26.887.464,88	1.118.233.622,36	18.972.027,82	-
INVERSOES FINANCEIRAS	164.967.000,00	184.866.445,46	22.372.224,46	40.990.789,46	143.875.676,00	20.091.752,90	27.230.854,38	157.635.561,08	24.881.721,12	-
AMORTIZAÇÕES DA DÍVIDA	171.136.000,00	171.136.000,00	34.156.509,08	54.955.666,42	116.180.333,58	34.156.509,08	54.955.666,42	116.180.333,58	54.934.867,54	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	56.920.000,00	56.406.900,00	-	-	56.406.900,00	-	-	56.406.900,00	-	-
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	1.760.000.000,00	1.766.164.000,00	296.158.752,70	567.024.004,80	1.199.139.995,20	280.918.396,34	559.816.844,62	1.206.347.155,38	559.553.408,72	-
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	736.387.000,00	737.422.000,00	111.630.554,76	223.278.235,50	514.143.764,50	111.630.554,76	223.278.235,50	514.143.764,50	223.278.235,50	-
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	33.005.000,00	33.005.000,00	4.965.975,13	9.708.024,18	23.296.975,82	4.965.975,13	9.708.024,18	23.296.975,82	9.708.024,18	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	964.108.000,00	969.237.000,00	165.166.731,85	325.246.763,20	643.990.236,80	159.926.375,49	318.039.603,02	651.197.396,98	317.776.167,12	-
INVESTIMENTOS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÕES DA DÍVIDA	26.500.000,00	26.500.000,00	4.395.490,96	8.790.981,92	17.709.018,08	4.395.490,96	8.790.981,92	17.709.018,08	8.790.981,92	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	14.246.656.000,00	14.663.788.626,09	2.368.768.472,60	4.339.396.155,17	10.324.392.470,92	2.176.993.329,24	3.773.669.328,10	10.890.119.297,99	3.724.074.267,47	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XI)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	14.246.656.000,00	14.663.788.626,09	2.368.768.472,60	4.339.396.155,17	10.324.392.470,92	2.176.993.329,24	3.773.669.328,10	10.890.119.297,99	3.724.074.267,47	-
SUPERÁVIT (XIII) ⁽¹⁾	-	-	-	1.201.392.647,10	-	-	1.767.119.474,17	-	1.816.714.534,80	-
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	14.246.656.000,00	14.663.788.626,09	2.368.768.472,60	5.540.788.802,27	-	2.176.993.329,24	5.540.788.802,27	-	5.540.788.802,27	-
RESERVA DO RPPS ⁽²⁾	255.344.000,00	255.344.000,00	-	-	255.344.000,00	-	-	255.344.000,00	-	-

FONTE: Sistema de Gestão Pública

NOTAS:

1) O Superávit do RPPS está incluído na linha SUPERÁVIT (XIII), conforme Portaria nº 699 - STN, de 7 de julho de 2023. Segue discriminação abaixo:

	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada
Superávit do período	1.201.392.647,10	1.767.119.474,17
Superávit do RPPS	113.595.878,42	114.043.784,78
Superávit Demais Entidades	1.087.796.768,68	1.653.075.689,39

2) Foram abertos créditos com base no superávit financeiro de exercícios anteriores no valor de R\$ 368.084.430,47 (apresentado na linha SALDO DE EXERCÍCIO ANTERIORES), sendo executados o valor de R\$ 211.690.831,42 .

Estes recursos foram fonte para abertura de créditos adicionais, que por motivo legal, não podem ser demonstrado como parte dos Itens do Balanço Orçamentário que integram o cálculo do resultado orçamentário. O superávit financeiro não é receita do exercício de referência, pois já o foi no exercício anterior, mas constitui disponibilidade para utilização no exercício atual. Por outro lado, as despesas executadas à conta do superávit financeiro são despesas do exercício de referência, tendo em vista o disposto na Lei 4.320/64. Com base no exposto, segue quadro explicativo do resultado orçamentário do período:

Resultado Orçamentário		
	Previsão Atualizada	Receita Realizada
Receitas	14.551.048.195,62	5.540.788.802,27
	Dotação Atualizada	Despesa Executada
Despesas	14.919.132.626,09	4.339.396.155,17
Resultado do Balanço Orçamentário	(368.084.430,47)	1.201.392.647,10
(+) Saldo de Exercício Anteriores ⁽³⁾	368.084.430,47	211.690.831,42
Resultado Orçamentário Ajustado	-	1.413.083.478,52

3) A coluna de inscrição em restos a pagar não processados apresentará valor somente no último bimestre do exercício.

4) A Reserva do RPPS registra somente valores para as colunas da dotação inicial e da dotação atualizada, sendo apresentada nesse demonstrativo por constar no orçamento e visando também o equilíbrio entre a receita e a despesa orçamentária. A reserva do RPPS corresponde ao superávit gerado pela diferença entre as Receitas Previdenciárias Previstas (incluindo as receitas Intra-Orçamentárias recebidas pelo RPPS) e as Despesas Previdenciárias fixadas na Lei Orçamentária Anual, que será utilizado para pagamentos previdenciários futuros.

5) A Reserva de Contingência é constituída sob a forma de dotação global, não especificamente destinada a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, sendo destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos. Estes últimos incluem as alterações e adequações orçamentárias que se identificam com o disposto no § 1º do inciso III do art. 43 da Lei nº 4.320/64, que permite a abertura de créditos adicionais com o cancelamento de dotações orçamentárias, inclusive da reserva de contingência incluída na Lei Orçamentária Anual. A forma de utilização e o montante dessa reserva serão definidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias de cada ente da Federação. A Reserva de Contingência registra somente valores para as colunas da dotação inicial e da dotação atualizada.

MUNICÍPIO DE CURITIBA
RELATÓRIO RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2025 - BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 2 (LRF, art.52, inciso II, - alíneas "c")

R\$ 1,00

	FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
				NO BIMESTRE	JAN a ABR / 2025	%		NO BIMESTRE	JAN a ABR / 2025	%		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)		12.486.656.000,00	12.897.624.626,09	2.082.609.719,90	3.772.372.150,37	86,93%	9.125.252.475,72	1.896.074.932,90	3.213.852.483,48	85,17%	9.683.772.142,61	-
01	LEGISLATIVA	207.850.000,00	207.850.000,00	23.249.757,01	59.239.552,67	1,37%	148.610.447,33	24.563.688,26	44.626.665,51	1,18%	163.223.334,49	-
01031	AÇÃO LEGISLATIVA	207.850.000,00	207.850.000,00	23.249.757,01	59.239.552,67	1,37%	148.610.447,33	24.563.688,26	44.626.665,51	1,18%	163.223.334,49	-
03	ESSENCIAL À JUSTIÇA	77.387.000,00	77.387.000,00	12.657.049,55	23.460.673,78	0,54%	53.926.326,22	12.478.274,79	22.582.768,67	0,60%	54.804.231,33	-
03062	DEFESA DO INT. PUB. NO PROC. JUDIC.	5.275.000,00	5.275.000,00	762.947,33	1.597.723,01	0,04%	3.677.276,99	587.325,63	726.158,46	0,02%	4.548.841,54	-
03092	REPRESENTAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL	26.305.000,00	26.305.000,00	3.544.640,22	7.063.422,06	0,16%	19.241.577,94	3.546.627,72	7.062.222,06	0,19%	19.242.777,94	-
03122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	45.807.000,00	45.807.000,00	8.349.462,00	14.799.528,71	0,34%	31.007.471,29	8.344.321,44	14.794.388,15	0,39%	31.012.611,85	-
04	ADMINISTRAÇÃO	890.549.000,00	893.649.670,46	174.845.534,35	298.124.900,04	6,89%	594.524.770,42	161.908.684,21	252.360.838,41	6,69%	641.288.832,05	-
04121	PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	2.425.000,00	1.165.000,00	-	-	0,00%	1.165.000,00	-	-	0,00%	1.165.000,00	-
04122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	731.465.000,00	729.739.370,46	137.100.007,65	227.471.043,29	5,24%	502.268.327,17	129.963.973,43	206.866.620,43	5,48%	522.872.750,03	-
04123	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	-	-	-	-	0,00%	-	-	-	0,00%	0,00	-
04124	CONTROLE INTERNO	3.803.000,00	3.803.000,00	774.927,48	1.390.904,20	0,03%	2.412.095,80	761.848,48	1.343.272,95	0,04%	2.459.727,05	-
04125	NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	-	-	-	-	0,00%	-	-	-	0,00%	-	-
04126	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	118.889.000,00	122.647.300,00	26.808.693,22	54.082.038,19	1,25%	68.565.261,81	24.480.015,78	37.198.883,51	0,99%	85.448.416,49	-
04128	FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	2.131.000,00	4.459.000,00	97.515,00	2.482.395,00	0,06%	1.976.605,00	435.261,54	629.476,54	0,02%	3.829.523,46	-
04129	ADMINISTRAÇÃO DE RECEITAS	12.095.000,00	12.095.000,00	2.993.391,00	3.533.519,00	0,08%	8.561.480,64	2.862.171,68	2.862.171,68	0,08%	9.232.828,32	-
04131	COMUNICAÇÃO SOCIAL	19.116.000,00	19.116.000,00	7.560.000,00	9.945.000,00	0,23%	9.171.000,00	3.295.413,30	3.295.413,30	0,09%	15.820.586,70	-
04243	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	625.000,00	625.000,00	110.000,00	220.000,00	0,01%	405.000,00	110.000,00	165.000,00	0,00%	460.000,00	-
05	DEFESA NACIONAL	-	-	-	-	0,00%	-	-	-	0,00%	0,00	-
05153	DEFESA TERRESTRE	-	-	-	-	0,00%	-	-	-	0,00%	0,00	-
06	SEGURANÇA PÚBLICA	215.634.000,00	211.219.000,00	34.072.390,33	63.895.585,67	1,47%	147.323.414,33	33.757.568,86	62.243.428,25	1,65%	148.975.571,75	-
06122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	193.396.000,00	193.396.000,00	32.823.402,54	60.488.814,73	1,39%	132.907.185,27	32.639.968,62	59.962.136,86	1,59%	133.433.863,14	-
06181	POLÍCIAMENTO	15.963.000,00	15.873.000,00	1.248.987,79	3.405.303,44	0,08%	12.467.696,56	1.116.132,74	2.279.823,89	0,06%	13.593.176,11	-
06182	DEFESA CIVIL	890.000,00	890.000,00	-	1.467,50	0,00%	888.532,50	-	1.467,50	0,00%	888.532,50	-
06183	INFORMAÇÃO E INTELIGÊNCIA	-	-	-	-	0,00%	-	-	-	0,00%	0,00	-
06243	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	50.000,00	50.000,00	-	-	0,00%	50.000,00	-	-	0,00%	50.000,00	-
06244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	5.425.000,00	1.010.000,00	-	-	0,00%	1.010.000,00	-	-	0,00%	1.010.000,00	-
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	541.093.000,00	624.127.873,86	68.749.522,49	130.465.417,52	3,01%	493.662.456,34	61.903.470,73	93.536.957,90	2,46%	530.590.915,96	-
08122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	64.266.000,00	68.180.747,27	9.275.470,07	18.601.096,05	0,43%	49.579.651,22	8.002.662,32	9.427.348,54	0,25%	58.753.398,73	-
08131	COMUNICAÇÃO SOCIAL	1.561.000,00	2.261.000,00	412.433,60	424.833,60	0,01%	1.836.166,40	146.048,41	149.354,71	0,00%	2.111.645,29	-
08241	ASSISTÊNCIA AO IDOSO	18.975.000,00	40.485.000,00	221.060,00	291.350,00	0,01%	40.193.650,00	132.824,00	186.864,00	0,00%	40.298.136,00	-
08242	ASSISTÊNCIA AO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA	6.679.000,00	7.379.000,00	11.630,14	11.630,14	0,00%	7.367.369,86	-	-	0,00%	7.379.000,00	-
08243	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	97.453.000,00	134.889.774,86	16.243.006,87	22.476.650,87	0,52%	112.413.123,99	14.678.326,83	18.871.696,68	0,50%	116.018.078,18	-
08244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	122.644.000,00	125.466.463,47	20.450.343,66	38.004.125,48	0,88%	87.462.337,99	20.109.392,54	35.607.591,71	0,94%	89.858.871,76	-
08245	SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS	87.904.000,00	91.854.888,26	12.653.210,35	25.054.827,58	0,58%	66.800.060,68	11.632.613,39	17.453.387,54	0,46%	74.401.500,72	-
08306	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	1.606.000,00	1.606.000,00	9.579,80	9.579,80	0,00%	1.596.420,20	9.295,80	9.295,80	0,00%	1.596.704,20	-
08331	PROTEÇÃO E BENEFÍCIO AO TRABALHADOR	-	-	-	-	0,00%	-	-	-	0,00%	0,00	-
08605	ABASTECIMENTO	140.005.000,00	152.005.000,00	4.772.779,00	25.591.324,00	0,59%	126.413.676,00	7.192.307,44	11.831.418,92	0,31%	140.173.581,08	-
09	PREVIDÊNCIA SOCIAL	2.166.088.000,00	2.166.268.000,00	403.624.657,92	727.342.650,23	16,76%	1.438.925.349,77	403.631.422,91	726.897.743,87	19,26%	1.439.370.256,13	-
09272	PREVIDÊNCIA DO ESTATUTÁRIO	2.163.088.000,00	2.163.268.000,00	403.624.657,92	726.480.502,23	16,74%	1.436.787.497,77	403.631.422,91	726.035.595,87	19,24%	1.437.232.404,13	-
09273	PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	3.000.000,00	3.000.000,00	-	862.148,00	0,02%	2.137.852,00	-	862.148,00	0,02%	2.137.852,00	-
10	SAÚDE	2.916.444.000,00	3.034.845.958,61	522.696.403,43	1.023.292.450,24	23,58%	2.011.553.508,37	510.787.284,00	951.908.342,58	25,23%	2.082.937.616,03	-
10301	ATENÇÃO BÁSICA	983.827.000,00	1.001.989.991,86	168.990.969,64	318.254.717,59	7,33%	683.735.274,27	158.996.114,23	282.906.418,73	7,50%	719.083.573,13	-
10302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	1.890.207.000,00	1.989.367.405,53	346.840.211,53	692.667.507,15	15,96%	1.296.699.898,38	345.573.678,21	658.401.773,45	17,45%	1.308.965.632,08	-
10304	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	28.473.000,00	29.151.561,22	4.512.310,39	8.147.688,03	0,19%	21.003.863,19	3.940.352,55	6.539.110,86	0,17%	22.612.450,36	-
10305	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLOGIA	13.937.000,00	14.337.000,00	2.352.911,87	4.222.527,47	0,10%	10.114.472,53	2.277.109,01	4.061.039,54	0,11%	10.275.960,46	-
10846	PROTEÇÃO E BENEFÍCIO AO TRABALHADOR	-	-	-	-	0,00%	-	-	-	0,00%	0,00	-
11	TRABALHO	4.877.000,00	5.421.800,00	154.290,71	154.290,71	0,00%	5.267.509,29	33.062,64	33.062,64	0,00%	5.388.737,36	-
11122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.420.000,00	1.220.000,00	-	-	0,00%	1.220.000,00	-	-	0,00%	1.220.000,00	-
11243	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	-	-	-	-	0,00%	-	-	-	0,00%	0,00	-
11331	PROTEÇÃO E BENEFÍCIO AO TRABALHADOR	-	-	-	-	0,00%	-	-	-	0,00%	0,00	-
11334	FOMENTO AO TRABALHO	3.457.000,00	4.201.800,00	154.290,71	154.290,71	0,00%	4.047.509,29	33.062,64	33.062,64	0,00%	4.168.737,36	-
12	EDUCAÇÃO	2.402.176.000,00	2.416.335.533,43	392.462.706,91	665.130.199,86	15,33%	1.751.205.333,57	311.363.337,20	525.395.695,86	13,92%	1.890.939.837,57	-
12361	ENSINO FUNDAMENTAL	1.339.958.000,00	1.353.932.046,38	228.013.925,88	384.441.150,48	8,86%	969.490.895,90	183.397.057,66	315.267.193,60	8,35%	1.038.664.852,78	-
12365	EDUCAÇÃO INFANTIL	943.040.000,00	943.225.487,05	152.901.200,45	258.999.259,47	5,97%	684.226.227,58	116.418.698,96	188.438.712,35	4,99%	754.786.774,70	-
12366	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	8.290.000,00	8.290.000,00	1.047.313,56	1.386.985,13	0,03%	6.903.014,87	1.047.313,56	1.386.985,13	0,04%	6.903.014,87	-
12367	EDUCAÇÃO ESPECIAL	110.888.000,00	110.888.000,00	10.500.267,02	20.302.804,78	0,47%	90.585.195,22	10.500.267,02	20.302.804,78	0,54%	90.585.195,22	-
13	CULTURA	97.146.000,00	107.209.965,42	15.717.141,47	30.609.157,22	0,71%	76.600.808,20	17.081.621,84	27.945.776,43	0,		

MUNICÍPIO DE CURITIBA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2025 - BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação

TABELA DAS DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS												
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS¹
				NO BIMESTRE	JAN a ABR / 2025	%		NO BIMESTRE	JAN a ABR / 2025	%		
		(A)	(B)	(C) = (A-B)	(D) = (E)-(F)	(E) = (A-D)	(F)	(G) = (H)-(I)	(J) = (K)-(L)	(M) = (H-I)	(N) = (O)-(P)	(Q)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)		1.760.000.000,00	1.766.164.000,00	286.158.752,70	567.024.004,80	100,00%	1.199.139.995,20	280.918.396,34	559.816.844,62	100,00%	1.206.347.155,38	-
01	LEGISLATIVA	34.150.000,00	34.150.000,00	4.728.797,14	9.475.855,94	1,67%	24.674.144,06	4.728.797,14	9.475.855,94	1,69%	24.674.144,06	-
01031	AÇÃO LEGISLATIVA	34.150.000,00	34.150.000,00	4.728.797,14	9.475.855,94	0,22%	24.674.144,06	4.728.797,14	9.475.855,94	0,25%	24.674.144,06	-
03	ESSENCIAL A JUSTIÇA	15.038.000,00	15.038.000,00	2.109.933,24	4.218.501,48	0,74%	10.819.496,52	2.106.817,29	4.196.685,53	0,75%	10.841.314,47	-
03062	DEFESA DO INT. PUB. NO PROC. JUDIC.	120.000,00	120.000,00	20.000,00	38.500,00	0,00%	81.500,00	16.884,05	16.884,05	0,00%	103.315,95	-
03092	REPRESENTAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL	-	-	-	-	0,00%	-	-	-	0,00%	0,00	-
03122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	14.918.000,00	14.918.000,00	2.089.933,24	4.180.001,48	0,10%	10.737.998,52	2.089.933,24	4.180.001,48	0,11%	10.737.998,52	-
04	ADMINISTRAÇÃO	91.341.000,00	91.341.000,00	13.028.042,85	26.251.676,64	4,63%	65.089.323,36	13.042.746,59	26.155.360,60	4,67%	65.185.639,40	-
04121	PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	-	-	-	-	0,00%	-	-	-	0,00%	0,00	-
04122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	89.949.000,00	89.949.000,00	12.902.825,12	25.961.773,38	0,60%	63.987.226,62	12.919.231,33	25.868.496,97	0,69%	64.080.503,03	-
04123	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	-	-	-	-	0,00%	-	-	-	0,00%	0,00	-
04124	CONTROLE INTERNO	535.000,00	535.000,00	85.779,65	169.351,93	0,00%	365.648,07	84.077,18	166.312,30	0,00%	368.687,70	-
04125	NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	-	-	-	-	0,00%	-	-	-	0,00%	0,00	-
04126	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	852.000,00	852.000,00	39.438,08	120.551,33	0,00%	731.448,67	39.438,08	120.551,33	0,00%	731.448,67	-
04128	FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	-	-	-	-	0,00%	-	-	-	0,00%	0,00	-
04129	ADMINISTRAÇÃO DE RECEITAS	5.000,00	5.000,00	-	-	0,00%	5.000,00	-	-	0,00%	5.000,00	-
04131	COMUNICAÇÃO SOCIAL	-	-	-	-	0,00%	-	-	-	0,00%	0,00	-
04331	PROTEÇÃO E BENEFÍCIO AO TRABALHADOR	-	-	-	-	0,00%	-	-	-	0,00%	0,00	-
05	DEFESA NACIONAL	-	-	-	-	0,00%	-	-	-	0,00%	0,00	-
05153	DEFESA TERRESTRE	-	-	-	-	0,00%	-	-	-	0,00%	0,00	-
06	SEGURANÇA PÚBLICA	39.613.000,00	39.613.000,00	5.797.031,44	11.595.919,59	2,05%	28.017.080,41	5.798.378,76	11.595.266,91	2,07%	28.017.733,09	-
06122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	39.608.000,00	39.608.000,00	5.797.031,44	11.595.919,59	0,27%	28.012.080,41	5.798.378,76	11.595.266,91	0,31%	28.012.733,09	-
06181	POLICIAMENTO	-	-	-	-	0,00%	-	-	-	0,00%	0,00	-
06182	DEFESA CIVIL	5.000,00	5.000,00	-	-	0,00%	5.000,00	-	-	0,00%	5.000,00	-
06183	INFORMAÇÃO E INTELIGÊNCIA	-	-	-	-	0,00%	-	-	-	0,00%	0,00	-
06244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	-	-	-	-	0,00%	-	-	-	0,00%	0,00	-
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	28.214.000,00	28.214.000,00	4.015.864,40	7.894.429,41	1,39%	20.319.570,59	4.160.850,13	7.642.459,34	1,37%	20.571.540,66	-
08122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.050.000,00	2.050.000,00	307.098,14	476.298,14	0,01%	1.573.701,86	461.575,37	462.091,52	0,01%	1.587.908,48	-
08131	COMUNICAÇÃO SOCIAL	-	-	-	-	0,00%	-	-	-	0,00%	0,00	-
08241	ASSISTÊNCIA AO IDOSO	10.000,00	10.000,00	-	-	0,00%	10.000,00	-	-	0,00%	10.000,00	-
08242	ASSISTÊNCIA AO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA	10.000,00	10.000,00	-	-	0,00%	10.000,00	-	-	0,00%	10.000,00	-
08243	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	170.000,00	170.000,00	18.541,64	27.758,43	0,00%	142.241,57	18.541,64	27.758,43	0,00%	142.241,57	-
08244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	23.260.000,00	23.260.000,00	3.236.267,44	6.512.966,76	0,15%	16.747.033,24	3.236.267,44	6.512.966,76	0,17%	16.747.033,24	-
08245	SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS	2.714.000,00	2.714.000,00	453.957,18	877.406,08	0,02%	1.836.593,92	444.465,68	639.642,63	0,02%	2.074.357,37	-
08331	PROTEÇÃO E BENEFÍCIO AO TRABALHADOR	-	-	-	-	0,00%	-	-	-	0,00%	0,00	-
09	PREVIDÊNCIA SOCIAL	929.852.000,00	929.872.000,00	154.950.284,44	309.906.406,83	54,65%	619.765.593,17	154.950.284,44	309.903.406,83	55,36%	619.768.593,17	-
09272	PREVIDÊNCIA DO ESTATUTÁRIO	929.852.000,00	929.872.000,00	154.950.284,44	309.906.406,83	7,14%	619.765.593,17	154.950.284,44	309.903.406,83	8,21%	619.768.593,17	-
09273	PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	-	-	-	-	0,00%	-	-	-	0,00%	0,00	-
10	SAÚDE	159.414.000,00	159.414.000,00	24.314.220,50	48.901.811,54	8,62%	110.512.188,46	24.324.947,95	48.813.351,92	8,72%	110.600.648,08	-
10301	ATENÇÃO BÁSICA	148.061.000,00	148.061.000,00	22.664.315,74	45.546.820,47	1,05%	102.514.179,53	22.663.426,06	45.512.707,71	1,21%	102.548.292,29	-
10302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	6.618.000,00	6.618.000,00	983.417,84	1.937.306,48	0,04%	4.680.693,52	983.417,84	1.937.306,48	0,05%	4.680.693,52	-
10304	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	1.946.000,00	1.946.000,00	285.600,34	571.094,28	0,01%	1.374.905,72	285.600,34	571.094,28	0,02%	1.374.905,72	-
10305	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	2.789.000,00	2.789.000,00	380.886,58	846.590,31	0,02%	1.942.409,69	392.503,71	792.243,45	0,02%	1.996.756,55	-
10331	PROTEÇÃO E BENEFÍCIO AO TRABALHADOR	-	-	-	-	0,00%	-	-	-	0,00%	0,00	-
11	TRABALHO	383.000,00	383.000,00	-	-	0,00%	383.000,00	-	-	0,00%	383.000,00	-
11122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	383.000,00	383.000,00	-	-	0,00%	383.000,00	-	-	0,00%	383.000,00	-
11243	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	-	-	-	-	0,00%	-	-	-	0,00%	0,00	-
11331	PROTEÇÃO E BENEFÍCIO AO TRABALHADOR	-	-	-	-	0,00%	-	-	-	0,00%	0,00	-
11334	FOMENTO AO TRABALHO	-	-	-	-	0,00%	-	-	-	0,00%	0,00	-
12	EDUCAÇÃO	348.381.000,00	348.381.000,00	54.389.137,65	108.845.620,82	19,20%	239.535.379,18	54.357.735,25	107.615.905,74	19,22%	240.765.094,26	-
12361	ENSINO FUNDAMENTAL	216.968.000,00	216.968.000,00	35.152.931,21	70.523.754,67	1,63%	146.444.245,33	35.118.548,54	69.310.729,08	1,84%	147.657.270,92	-
12365	EDUCAÇÃO INFANTIL	115.539.000,00	115.539.000,00	16.806.979,68	33.686.958,77	0,78%	81.852.041,23	16.809.959,95	33.670.269,28	0,89%	81.868.730,72	-
12366	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	1.800.000,00	1.800.000,00	193.299,33	278.598,73	0,01%	1.521.401,27	193.299,33	278.598,73	0,01%	1.521.401,27	-
12367	EDUCAÇÃO ESPECIAL	14.074.000,00	14.074.000,00	2.235.927,43	4.356.308,65	0,10%	9.717.691,35	2.235.927,43	4.356.308,65	0,12%	9.717.691,35	-
13	CULTURA	5.675.000,00	5.670.000,00	885.327,55	1.752.255,59	0,31%	3.917.744,41	870.050,89	1.736.978,93	0,31%	3.933.021,07	-
13122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	5.665.000,00	5.665.000,00	885.327,55	1.752.255,59	0,04%	3.912.744,41	870.050,89	1.736.978,93	0,05%	3.928.021,07	-
13131	COMUNICAÇÃO SOCIAL	-	-	-	-	0,00%	-	-	-	0,00%	0,00	-
13243	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	-	-	-	-	0,00%	-	-	-	0,00%	0,00	-
13391	PAT. HISTÓRICO, ARTÍSTICO E ARQUEOLÓGICO	-	-	-	-	0,00%	-	-	-	0,00%	0,00	-
13392	DIFUSÃO CULTURAL	10.000,00	5.000,00	-	-	0,00%	5.000,00	-	-	0,00%	5.000,00	-
14	DIREITO DA CIDADANIA	400.000,00	1.259.000,00	313.587,95	432.477,29	0,08%	826.522,71	313.587,95	432.477,29	0,08%	826.522,71	-
14422	DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	400.000,00	1.259.000,00	313.587,95	432.477,29	0,01%	826.522,71	313.587,95	432.477,29	0,01%	826.522,71	-
15	URBANISMO	16.688.000,00	16.688.000,00	2.359.047,69	4.786.515,05	0,84%	11.901.484,95	2.279.580,17	4.626.486,58	0,83%	12.061.513,42	-
15122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	16.688.000,00	16.688.000,00	2.359.047,69	4.786.515,05	0,11%	11.901.484,95	2.279.580,17	4.626.486,58	0,12%	12.061.513,42	-
15125	NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	-	-	-	-	0,00%	-	-	-	0,00%	0,00	-
15131	COMUNICAÇÃO SOCIAL	-	-	-	-	0,00%	-	-	-	0,00%	0,00	-
15392	DIFUSÃO CULTURAL	-	-	-	-	0,00%	-	-	-	0,00%	0,00	-
15451	INFRA-ESTRUTURA URBANA	-	-	-	-	0,00%	-	-	-	0,00%	0,00	-
15452	SERVIÇOS URBANOS	-	-	-	-	0,00%	-	-	-	0,00%	0,00	-
15453	TRANSPORTES COLETIVOS URBANOS	-	-	-	-	0,00%	-	-	-	0,00%	0,00	-
15542	CONTROLE AMBIENTAL	-	-	-	-	0,00%	-	-	-	0,00%	0,00	-
15543	RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS	-	-	-	-	0,00%	-	-	-	0,00%	0,00	-
16	HABITAÇÃO</											

MUNICÍPIO DE CURITIBA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2025 - BIMESTRE MARÇO - ABRIL

TABELA CONSOLIDADA DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIA - INTRA-ORÇAMENTÁRIA)

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS			%	SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS			%	SALDO	SALDO A LIQUIDAR
			(A)	(B)	(C)	JAN a ABR / 2025		(C) = (A-B)	(D)	JAN a ABR / 2025		(E) = (A-D)	(A-E)	
	DESPESAS (CONSOLIDADA)	14.246.656.000,00	14.663.788.626,09	2.368.768.472,60	4.339.396.155,17	100,00		10.324.392.470,92	2.176.993.329,24	3.773.669.328,10	100,00	10.890.119.297,99		
01	LEGISLATIVA	242.000.000,00	242.000.000,00	27.978.554,15	68.715.408,61	1,58		173.284.591,39	29.292.485,40	54.102.521,45	1,43	187.897.478,55		
01031	AÇÃO LEGISLATIVA	242.000.000,00	242.000.000,00	27.978.554,15	68.715.408,61	1,58		173.284.591,39	29.292.485,40	54.102.521,45	1,43	187.897.478,55		
03	ESSENCIAL À JUSTIÇA	92.425.000,00	92.425.000,00	14.766.982,99	27.679.175,26	0,64		64.745.824,74	14.584.892,08	26.779.454,20	0,71	65.645.545,80		
03062	DEFESA DO INT. PUB. NO PROC. JUDIC.	5.395.000,00	5.395.000,00	782.947,33	1.633.223,01	0,04		3.758.776,99	604.009,68	742.842,51	0,02	4.652.157,49		
03092	REPRESENTAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL	26.305.000,00	26.305.000,00	3.544.640,22	7.063.422,06	0,16		19.241.577,94	3.546.627,72	7.062.222,06	0,19	19.242.777,94		
03122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	60.725.000,00	60.725.000,00	10.439.350,24	18.979.350,19	0,44		41.745.469,81	10.434.254,68	18.974.389,63	0,50	41.750.610,37		
04	ADMINISTRAÇÃO	981.890.000,00	984.990.670,46	187.873.577,20	325.376.676,68	7,50		659.614.083,78	174.951.430,80	278.516.199,01	7,38	706.474.471,45		
04121	PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	2.425.000,00	1.165.000,00	-	-	0,00		1.165.000,00	-	-	0,00	1.165.000,00		
04122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	821.414.000,00	819.688.370,46	150.002.832,77	253.432.816,67	5,84		566.255.553,79	142.883.204,76	232.735.117,40	6,17	586.953.253,06		
04123	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	-	-	-	-	0,00		0,00	-	-	0,00	0,00		
04124	CONTROLE INTERNO	4.338.000,00	4.338.000,00	860.707,13	1.560.256,13	0,04		2.777.743,87	845.925,66	1.509.585,25	0,04	2.828.414,75		
04125	NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	-	-	-	-	0,00		0,00	-	-	0,00	0,00		
04126	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	119.741.000,00	123.499.300,00	26.849.131,30	54.202.589,52	1,25		69.296.710,48	24.519.453,86	37.319.434,84	0,99	86.179.865,16		
04128	FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	2.131.000,00	4.459.000,00	97.515,00	2.482.395,00	0,06		1.976.605,00	435.261,54	629.476,54	0,02	3.829.523,46		
04129	ADMINISTRAÇÃO DE RECEITAS	12.100.000,00	12.100.000,00	2.393.391,00	3.533.519,36	0,08		8.566.480,64	2.862.171,68	2.862.171,68	0,08	9.237.828,32		
04131	COMUNICAÇÃO SOCIAL	19.116.000,00	19.116.000,00	7.560.000,00	9.945.000,00	0,23		9.171.000,00	3.295.413,30	3.295.413,30	0,09	15.820.586,70		
04243	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	625.000,00	625.000,00	110.000,00	220.000,00	0,01		405.000,00	110.000,00	165.000,00	0,00	460.000,00		
05	DEFESA NACIONAL	-	-	-	-	0,00		0,00	-	-	0,00	0,00		
05153	DEFESA TERRESTRE	-	-	-	-	0,00		0,00	-	-	0,00	0,00		
06	SEGURANÇA PÚBLICA	255.247.000,00	250.832.000,00	39.869.421,77	75.491.505,26	1,74		175.340.494,74	39.555.947,62	73.838.695,16	1,96	176.993.304,84		
06122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	232.914.000,00	233.004.000,00	38.620.433,98	72.084.734,32	1,66		160.919.265,68	38.438.347,38	71.557.403,77	1,90	161.446.596,23		
06181	POLICIAMENTO	15.963.000,00	15.873.000,00	1.248.987,79	3.405.303,44	0,08		12.467.696,56	1.116.132,74	2.279.823,89	0,06	13.593.176,11		
06182	DEFESA CIVIL	895.000,00	895.000,00	-	1.467,50	0,00		893.532,50	-	1.467,50	0,00	893.532,50		
06183	INFORMAÇÃO E INTELIGÊNCIA	-	-	-	-	0,00		0,00	-	-	0,00	0,00		
06243	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	50.000,00	50.000,00	-	-	0,00		50.000,00	-	-	0,00	50.000,00		
06244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	5.425.000,00	1.010.000,00	-	-	0,00		1.010.000,00	-	-	0,00	1.010.000,00		
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	569.307.000,00	652.341.873,86	72.765.386,89	138.359.846,93	3,19		513.982.026,93	66.064.320,86	101.179.417,24	2,68	551.162.456,62		
08122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	66.316.000,00	70.230.747,27	9.582.577,21	19.077.394,19	0,44		51.153.353,08	8.464.237,69	9.889.440,06	0,26	60.341.307,21		
08131	COMUNICAÇÃO SOCIAL	1.561.000,00	2.261.000,00	412.433,60	424.833,60	0,01		1.836.166,40	146.048,41	149.354,71	0,00	2.111.645,29		
08241	ASSISTÊNCIA AO IDOSO	18.985.000,00	40.495.000,00	221.060,00	291.350,00	0,01		40.203.650,00	132.824,00	186.864,00	0,00	40.308.136,00		
08242	ASSISTÊNCIA AO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA	6.689.000,00	7.389.000,00	11.630,14	11.630,14	0,00		7.377.369,86	-	-	0,00	7.389.000,00		
08243	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	97.623.000,00	135.059.774,86	16.261.548,51	22.504.409,30	0,52		112.555.365,56	14.696.868,47	18.899.455,11	0,50	116.160.319,75		
08244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	145.904.000,00	148.726.463,47	23.686.611,10	44.517.092,24	1,03		104.209.371,23	23.345.659,98	42.120.558,47	1,12	106.605.905,00		
08245	SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS	90.618.000,00	94.568.886,26	13.107.167,53	25.932.233,66	0,60		68.636.654,60	12.077.079,07	18.093.030,17	0,48	76.475.858,09		
08306	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	1.606.000,00	1.606.000,00	9.579,80	9.579,80	0,00		1.596.420,20	9.295,80	9.295,80	0,00	1.596.704,20		
08331	PROTEÇÃO E BENEFÍCIO AO TRABALHADOR	-	-	-	-	0,00		0,00	-	-	0,00	0,00		
08605	ABASTECIMENTO	140.005.000,00	152.005.000,00	9.472.779,00	25.591.324,00	0,59		126.413.676,00	7.192.307,44	11.831.418,92	0,31	140.173.581,08		
09	PREVIDÊNCIA SOCIAL	3.095.940.000,00	3.095.940.000,00	558.574.942,36	1.037.248.057,06	23,90		2.056.690.942,94	558.581.707,35	1.036.801.150,70	27,47	2.059.138.849,30		
09272	PREVIDÊNCIA DO ESTATUTÁRIO	3.092.940.000,00	3.092.940.000,00	557.574.942,36	1.036.385.909,06	23,88		2.056.553.090,94	558.581.707,35	1.035.939.002,70	27,45	2.057.000.997,30		
09273	PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	3.000.000,00	3.000.000,00	-	862.148,00	0,02		2.137.852,00	-	862.148,00	0,02	2.137.852,00		
10	SAÚDE	3.075.658.000,00	3.194.259.958,61	547.010.623,93	1.072.194.261,78	24,71		2.122.065.696,83	535.112.231,95	1.000.721.694,50	26,52	2.193.538.264,11		
10301	ATENÇÃO BÁSICA	1.131.888.000,00	1.150.050.991,86	191.655.285,38	363.801.538,06	8,38		786.249.453,80	181.659.570,29	328.419.126,44	8,70	821.631.865,42		
10302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	1.896.825.000,00	1.995.985.405,53	347.823.629,37	694.604.813,63	16,01		1.301.380.591,90	346.557.096,05	660.339.079,93	17,50	1.335.646.325,60		
10304	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	30.419.000,00	31.097.561,22	4.797.910,73	8.718.792,31	0,20		22.378.768,91	4.225.952,89	7.110.205,14	0,19	23.987.356,08		
10305	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	16.726.000,00	17.126.000,00	2.733.798,45	5.069.117,78	0,12		12.056.882,22	2.669.612,72	4.853.289,01	0,13	12.272.717,01		
10331	PROTEÇÃO E BENEFÍCIO AO TRABALHADOR	-	-	-	-	0,00		0,00	-	-	0,00	0,00		
11	TRABALHO	5.260.000,00	5.804.800,00	154.290,71	154.290,71	0,00		5.650.509,29	33.062,64	33.062,64	0,00	5.771.737,36		
11122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.803.000,00	1.603.000,00	-	-	0,00		1.603.000,00	-	-	0,00	1.603.000,00		
11331	PROTEÇÃO E BENEFÍCIO AO TRABALHADOR	-	-	-	-	0,00		0,00	-	-	0,00	0,00		
11334	FOMENTO AO TRABALHO	3.457.000,00	4.201.800,00	154.290,71	154.290,71	0,00		4.047.509,29	33.062,64	33.062,64	0,00	4.168.737,36		
12	EDUCAÇÃO	2.750.557.000,00	2.764.716.533,43	446.851.844,56	773.975.820,68	17,84		1.990.740.712,75	365.721.072,45	633.011.601,60	16,77	2.131.704.931,83		
12361	ENSINO FUNDAMENTAL	1.556.926.000,00	1.570.900.046,38	263.168.897,09	454.964.905,15	10,48		1.115.935.141,23	218.515.606,20	384.577.322,68	10,19	1.186.322.123,70		
12365	EDUCAÇÃO INFANTIL	1.058.579.000,00	1.059.784.487,05	169.708.190,13	292.686.218,24	6,74		786.078.968,91	133.228.658,91	222.108.981,63	5,89	836.655.506,42		
12366	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	10.090.000,00	10.090.000,00	1.240.612,89	1.665.583,86	0,04		8.424.416,14	1.240.612,89	1.665.583,86	0,04	8.424.416,14		
12367	EDUCAÇÃO ESPECIAL	124.962.000,00	124.962.000,00	12.736.194,45	24.659.113,43	0,57		100.302.886,57	12.736.194,45	24.659.11				

MUNICÍPIO DE CURITIBA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2024 À ABRIL/2025

													TOTAL	(ULT. 12 M)	PREVISÃO ATUALIZADA 2025
ESPECIFICAÇÃO															
	MAR/24	ABR/24	MAI/24	JUN/24	JUL/24	AGO/24	SET/24	OUT/24	NOV/24	DEZ/24	JAN/25	FEV/25			
RECEITAS CORRENTES (I)	1.690.441.200,92	1.018.347.617,86	1.071.357.975,35	964.837.723,50	1.012.420.946,36	934.951.082,53	956.669.698,77	954.728.284,80	1.048.716.414,59	1.179.740.835,88	1.265.590.339,58	1.022.883.050,12	13.246.587.021,72	12.632.250.037,35	
IMPOSTOS, TAXAS E CONT. DE MELHORIAS	1.031.783.346,32	423.116.009,11	410.758.583,57	397.729.123,12	400.735.602,33	396.801.961,51	419.728.730,72	414.531.917,33	462.706.188,69	435.845.015,06	331.164.187,71	392.594.447,03	5.640.026.712,44	5.628.654.000,00	
IPTU	642.946.533,32	108.674.025,69	90.521.805,16	80.710.465,18	82.453.678,98	77.680.774,99	93.253.024,59	81.007.999,47	85.392.994,47	77.375.312,83	20.637.378,55	75.054.979,44	1.569.962.039,96	1.549.700.000,00	
ISS	185.663.523,92	186.026.178,18	194.867.078,35	193.101.714,73	193.738.913,97	203.138.513,91	205.129.836,32	209.525.258,83	209.737.909,03	208.114.153,29	223.357.845,45	199.444.917,28	2.474.452.348,74	2.395.000.000,00	
ITBI	47.390.426,66	53.123.949,58	52.415.203,38	52.869.932,95	56.052.435,70	51.580.542,84	54.289.017,44	56.929.235,65	53.622.334,74	53.090.406,65	45.974.231,79	46.713.786,04	621.439.356,69	621.645.000,00	
IRRF	52.308.721,44	52.401.769,61	53.554.135,60	53.225.324,99	49.522.691,20	46.817.867,80	49.239.341,45	48.978.964,51	96.851.354,50	79.674.974,50	32.876.497,47	50.923.439,79	673.771.898,84	758.000.000,00	
Outros Impostos, Taxas e Cont. de Melhoria	103.474.140,98	22.890.086,05	19.400.361,08	17.821.685,27	18.967.882,48	17.584.261,97	17.817.510,92	18.090.458,87	17.101.595,95	17.590.167,79	8.318.234,45	20.457.324,48	300.401.068,21	304.309.000,00	
CONTRIBUIÇÕES	50.659.793,38	51.436.884,35	52.484.041,50	52.410.905,19	51.968.687,89	51.671.660,44	52.230.566,36	52.482.802,62	90.257.641,24	58.480.765,78	53.808.113,22	53.100.003,96	675.588.344,58	690.712.000,00	
RECEITA PATRIMONIAL	55.435.998,68	54.122.855,37	68.300.563,42	57.391.998,58	75.154.886,78	64.106.444,74	51.616.002,73	59.230.631,68	51.863.718,49	48.220.255,92	85.210.666,05	62.799.033,88	752.508.331,87	507.022.029,46	
Rendimentos de Aplicação Financeira	52.574.749,48	51.012.463,98	64.704.756,54	53.953.722,08	71.523.179,78	60.572.930,86	48.053.450,26	55.676.561,10	48.292.764,56	44.979.902,38	82.089.506,39	59.576.011,68	710.747.742,74	466.253.029,46	
Outras Receitas Patrimoniais	2.861.249,20	3.110.391,39	3.595.806,88	3.438.276,50	3.631.707,00	3.533.513,88	3.562.552,47	3.554.070,58	3.570.953,93	3.240.353,54	3.121.159,66	3.223.022,20	41.760.589,13	40.769.000,00	
RECEITA INDUSTRIAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
RECEITA AGROPECUÁRIA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
RECEITA DE SERVIÇOS	17.448.538,06	15.019.147,99	14.160.955,44	11.619.207,03	21.936.702,45	11.402.710,91	11.021.985,21	15.890.312,93	10.229.319,06	10.235.311,08	9.296.859,86	9.262.137,13	141.685.256,27	185.762.000,00	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	455.340.975,04	443.004.221,14	492.149.350,97	415.792.790,11	436.948.803,54	384.076.376,98	394.205.331,01	381.596.783,11	406.032.799,87	593.730.649,69	753.952.927,89	477.794.553,25	5.689.231.485,38	5.328.421.007,89	
Cota-Parte do FPM	44.608.958,72	46.788.274,58	54.432.192,69	58.451.099,38	63.336.741,56	49.546.614,05	51.595.864,17	43.159.135,42	55.245.663,99	89.118.550,40	55.347.020,32	74.269.310,32	693.112.609,57	746.000.000,00	
Cota-Parte do ICMS	78.810.087,32	95.012.363,02	78.492.238,39	81.157.081,27	96.861.070,75	82.855.273,60	89.744.101,21	100.948.919,31	85.288.032,93	107.767.210,02	97.851.811,63	81.696.380,17	1.090.662.307,89	1.077.000.000,00	
Cota-Parte do IPVA	84.765.484,94	84.647.984,98	75.257.914,58	31.554.705,68	28.412.028,79	23.221.762,40	20.931.611,05	21.354.176,35	18.110.792,25	23.019.289,28	353.118.576,21	102.011.867,88	879.895.591,12	874.000.000,00	
Conta-Parte do ITR	87.237,14	82.598,56	85.556,62	100.630,38	92.749,54	94.495,61	105.484,28	102.452,32	424.927,52	141.594,79	80.675,50	101.643,47	1.447.085,26	774.000,00	
Transferência da LC 61/1989	1.230.774,71	1.064.373,06	1.120.288,68	1.407.718,86	1.244.302,75	1.683.957,36	1.838.209,51	1.248.016,17	1.385.962,30	1.627.122,92	1.114.800,04	1.261.960,99	16.596.972,27	14.400.000,00	
Transferências do FUNDEB	74.997.279,10	79.652.143,55	89.813.325,79	75.678.364,38	79.770.127,62	77.335.001,64	72.978.666,19	85.906.757,07	79.225.666,38	94.083.760,30	110.539.034,80	90.926.735,34	1.030.400.734,81	1.057.000.000,00	
Outras Transferências Correntes (1)	170.841.153,11	135.756.483,39	192.947.834,22	167.443.190,16	167.231.782,53	149.339.272,32	157.011.394,60	128.877.326,47	166.351.754,50	277.973.121,98	135.901.009,39	127.526.655,08	1.977.116.184,46	1.559.247.007,89	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	79.772.549,44	31.648.499,90	33.504.480,45	29.893.699,47	25.676.263,37	26.891.927,95	27.867.082,74	30.995.837,13	27.626.747,24	33.228.838,35	32.157.584,85	27.332.874,87	347.546.891,18	291.679.000,00	
DEDUÇÕES (II)	150.948.316,77	98.675.165,28	115.092.036,99	95.923.083,11	100.645.014,94	90.533.196,07	79.190.320,61	85.943.150,80	121.808.426,19	95.508.662,16	177.376.290,91	107.525.228,40	1.323.241.150,22	1.225.327.000,00	
CONTR. DO SERVIDOR PARA O PLANO DE PREVIDÊNCIA	38.531.111,08	38.987.208,00	39.230.412,78	39.544.413,11	39.228.206,43	38.639.895,58	39.024.935,62	39.114.626,17	76.793.808,14	45.259.523,11	40.263.590,42	40.326.586,43	518.131.903,20	535.712.000,00	
COMPENS. FINANC. ENTRE REG. DE PREVIDÊNCIA	58.879.403,34	9.145.413,88	13.116.370,39	8.406.140,85	2.573.682,74	2.682.105,94	2.305.937,78	2.540.951,77	2.626.990,45	5.972.090,61	2.226.728,03	3.507.175,21	56.522.587,84	31.100.000,00	
RENDIMENTO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS PREVIDENCIÁRIOS	11.637.293,82	5.023.424,59	20.867.615,68	13.438.282,06	25.944.999,62	17.730.774,00	7.238.494,66	10.925.032,98	10.296.551,81	5.363.700,10	33.383.395,73	11.823.234,23	223.997.045,03	138.480.000,00	
DEDUÇÃO DA REC. P/ FORMAÇÃO DO FUNDEB	41.900.508,53	45.519.118,81	41.877.638,14	34.534.247,09	32.898.126,15	31.480.420,55	30.620.952,55	33.362.539,88	32.091.075,79	38.913.348,34	101.502.576,73	51.868.232,53	524.589.614,15	520.035.000,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I - II)	1.539.492.884,15	919.672.452,58	956.265.938,36	868.914.640,39	911.775.931,42	844.417.886,46	877.479.378,16	868.785.134,00	926.907.988,40	1.084.232.173,72	1.088.214.048,67	915.357.821,72	11.923.345.871,50	11.406.923.037,35	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	-	-	22.847.896,00	10.610.000,00	3.250.000,00	-	-	-	-	26.558.492,30	-	-	63.266.388,30	-	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	1.539.492.884,15	919.672.452,58	933.418.042,36	858.304.640,39	908.525.931,42	844.417.886,46	877.479.378,16	868.785.134,00	926.907.988,40	1.057.673.681,42	1.088.214.048,67	915.357.821,72	11.860.079.483,20	11.406.923.037,35	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	-	-	-	-	400.000,00	-	-	-	-	-	-	-	400.000,00	-	
(-) Transferências da União relativas a remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11) (VII)	1.725.464,00	1.753.704,00	1.753.704,00	1.759.352,00	1.756.528,00	1.838.424,00	1.841.248,00	1.849.720,00	1.849.720,00	3.705.088,00	1.988.580,00	1.988.580,00	23.810.112,00	-	
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais (VIII)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (IX) = (V - VI - VII - VIII)	1.537.767.420,15	917.918.748,58	931.664.338,36	856.545.288,39	906.369.403,42	842.579.462,46	875.638.130,16	866.935.414,00	925.058.268,40	1.053.968.593,42	1.086.225.468,67	913.369.241,72	11.835.869.371,20	11.406.923.037,35	

FONTE: Sistema de Gestão Pública
NOTA:

- 1) Não estão consideradas, para fins de apuração da Receita Corrente Líquida, as receitas intra-orçamentárias, conforme parágrafo 3º do artigo 2º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 e Portaria nº 924 - STN, de 08 de julho de 2021;
- 2) Não estão consideradas, para fins de apuração da Receita Corrente Líquida, as receitas de rendimentos de aplicação financeira dos recursos do RPPS, uma vez que são valores atrelados aos recursos do RPPS, por definição da LRF, não integram o cálculo da RCL;
- 3) Para fins da Receita Corrente Líquida Ajustada para o cálculo dos limites da despesa com pessoal estão deduzidos os valores pertencentes ao Fundo de Urbanização de Curitiba - FUC e que sejam destinados ao pagamento dos contratos de concessão do serviço público de transporte, conforme §3º do Art. 14 da Lei Complementar Municipal nº 101/17 - LRFM.
- 4) Incluída a dedução das transferências recebidas para pagamentos dos vencimento dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11)

MUNICÍPIO DE CURITIBA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2025 - BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS		
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)
RECEITAS CORRENTES (I)	2.414.716.000,00	833.491.598,71
Receita de Contribuições dos Segurados	535.712.000,00	161.296.082,26
Ativo	350.068.000,00	104.750.073,39
Inativo	171.738.000,00	52.370.597,65
Pensionista	13.906.000,00	4.175.411,22
Receita de Contribuições Patronais	735.396.000,00	219.933.144,07
Ativo	735.396.000,00	219.933.144,07
Inativo	-	-
Pensionista	-	-
Receita Patrimonial	145.440.000,00	113.572.257,18
Receitas Imobiliárias	7.200.000,00	2.020.163,45
Receitas de Valores Mobiliários	138.240.000,00	111.552.093,73
Outras Receitas Patrimoniais	-	-
Receita de Serviços	-	-
Outras Receitas Correntes	998.168.000,00	338.690.115,20
Compensação Previdenciária entre os Regimes	31.100.000,00	16.298.317,31
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II) ¹	967.007.000,00	322.335.869,48
Demais Receitas Correntes	61.000,00	55.928,41
RECEITAS DE CAPITAL (III)	-	-
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - (IV) = (I + III - II)	1.447.709.000,00	511.155.729,23

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)
Benefícios	2.146.822.000,00	722.124.530,55	722.124.530,55	722.124.530,55	-
Aposentadorias	1.928.952.000,00	653.725.266,48	653.725.266,48	653.725.266,48	-
Pensões por Morte	217.870.000,00	68.399.264,07	68.399.264,07	68.399.264,07	-
Outras Despesas Previdenciárias	12.550.000,00	1.823.929,92	1.777.496,36	1.481.930,42	-
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	3.014.000,00	1.102.891,05	1.102.891,05	807.325,11	-
Demais Despesas Previdenciárias	9.536.000,00	721.038,87	674.605,31	674.605,31	-
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)	2.159.372.000,00	723.948.460,47	723.902.026,91	723.606.460,97	-

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV - V) ²	(711.663.000,00)	(212.792.731,24)	(212.746.297,68)	(212.450.731,74)	
---	-------------------------	-------------------------	-------------------------	-------------------------	--

Recursos do RPPS Arrecadados em Exercícios Anteriores	Previsão Orçamentária
Recursos RPPS Arrecadados em Exercícios Anteriores	-
Reserva Orçamentária do RPPS	Previsão Orçamentária
Reserva Orçamentária do RPPS	255.344.000,00
APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	Aportes Realizados
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	-
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	945.737.293,45
Outros Aportes para o RPPS	-
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	-
Bens e Direitos do RPPS - Plano Previdenciário	SALDO ATUAL
Caixa e Equivalentes de Caixa	801.850.711,22
Investimentos e Aplicações	1.333.345.718,94
Outros Bens e Direitos	-

(Continua)

(Continuação)

FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS
	(a)	(b)
RECEITAS CORRENTES (VII)	-	-
Receita de Contribuições dos Segurados	-	-
Ativo	-	-
Inativo	-	-
Pensionista	-	-
Receita de Contribuições Patronais	-	-
Ativo	-	-
Inativo	-	-
Pensionista	-	-
Receita Patrimonial	-	-
Receitas Imobiliárias	-	-
Receitas de Valores Mobiliários	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-
Receita de Serviços	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-
Compensação Previdenciária entre os Regimes	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)	-	-
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IX) = (VII + VIII)	-	-

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	(c)	Até o Bimestre (d)	Até o Bimestre (e)	Até o Bimestre (f)	No Exercício (g)
Benefícios	-	-	-	-	-
Aposentadorias	-	-	-	-	-
Pensões por Morte	-	-	-	-	-
Outras Despesas Previdenciárias	-	-	-	-	-
Compensação Previdenciária entre os regimes	-	-	-	-	-
Demais Despesas Previdenciárias	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (X)	-	-	-	-	-

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI) = (IX - X) ²	-	-	-	-	-
---	---	---	---	---	---

Exercício	APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	Aportes Realizados
	Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	-
	Recursos para Formação de Reserva	-

ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS		
Receitas da Administração - RPPS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS
		(b)
RECEITAS CORRENTES	44.854.000,00	15.360.167,06
INTERFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS ³	-	-
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)	44.854.000,00	15.360.167,06

Despesas da Administração - RPPS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	(c)	(d)	(e)	(f)	(g)
DESPESAS CORRENTES (XIII)	43.968.000,00	11.088.685,53	10.687.212,73	10.544.207,85	-
Pessoal e Encargos Sociais	9.128.000,00	2.352.545,98	2.330.541,04	2.268.296,27	-
Demais Despesas Correntes	34.840.000,00	8.736.139,55	8.356.671,69	8.275.911,58	-
DESPESAS DE CAPITAL (XIV)	886.000,00	218.741,35	218.741,35	218.741,35	-
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	44.854.000,00	11.307.426,88	10.905.954,08	10.762.949,20	-

RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII - XV)	-	4.052.740,18	4.454.212,98	4.597.217,86	-
--	---	--------------	--------------	--------------	---

Bens e Direitos do RPPS - Administração do RPPS	SALDO ATUAL
Caixa e Equivalentes de Caixa	17.016.996,07
Investimentos e Aplicações	-
Outros Bens e Direitos	-

BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOURO		
Receitas da Administração - RPPS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS
		(b)
Contribuições dos Servidores	-	-
Demais Receitas Previdenciárias	-	-
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)	-	-

Despesas da Administração - RPPS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR
	(c)	(d)	(e)	(f)	(g)
Aposentadorias	-	-	-	-	-
Pensões	-	-	-	-	-
Outras Despesas Previdenciárias	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	-	-	-	-	-

RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII - XV)	-	-	-	-	-
--	---	---	---	---	---

FONTE: Sistema de Gestão Pública

NOTA:

1) Como a Portaria MPS 746/2011 determina que os recursos provenientes desses aportes devem permanecer aplicados, no mínimo, por 5 (cinco) anos, essa receita não deverá compor o total das receitas previdenciárias do período de apuração.

2) O resultado previdenciário poderá ser apresentada por meio da diferença entre previsão da receita e a dotação da despesa e entre a receita realizada e a despesa liquidada (do 1º ao 5º bimestre) e a despesa empenhada (no 6º bimestre).

3) Incluídas as Interferência Financeiras recebidas da Prefeitura Municipal de Curitiba referente a taxa de administração.

MUNICÍPIO DE CURITIBA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2025 - BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 6 (LRF, art.53, inciso III)

R\$ 1,00

ACIMA DA LINHA			
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre / 2025	
		RECEITAS REALIZADAS	
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	11.412.645.037,35	4.586.165.581,25	
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	5.628.654.000,00	2.301.189.590,11	
IPTU	1.549.700.000,00	901.565.984,29	
ISS	2.395.000.000,00	857.098.970,31	
ITBI	621.645.000,00	190.590.247,34	
IRRF	758.000.000,00	195.907.244,29	
OUTROS IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	304.309.000,00	156.027.143,88	
CONTRIBUIÇÕES	155.000.000,00	52.305.191,30	
RECEITA PATRIMONIAL	367.822.029,46	164.176.456,96	
APLICAÇÕES FINANCEIRAS (II)	327.773.029,46	150.798.881,06	
OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	40.049.000,00	13.377.575,90	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	4.808.386.007,89	1.935.887.334,44	
COTA-PARTE DO FPM	589.200.000,00	182.581.398,43	
COTA-PARTE DO ICMS	861.600.000,00	294.038.704,42	
COTA-PARTE DO IPVA	699.200.000,00	509.445.188,11	
COTA-PARTE DO ITR	619.000,00	239.355,39	
TRANSFERÊNCIAS DA LC 61/1989	11.520.000,00	4.033.114,97	
TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB	1.057.000.000,00	375.609.065,44	
OUTRAS TRANSF. CORRENTES	1.589.247.007,89	569.940.507,68	
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	452.783.000,00	132.607.008,44	
OUTRAS RECEITAS FINANCEIRAS (III)	-	-	
DIVERSAS RECEITAS CORRENTES	452.783.000,00	132.607.008,44	
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = (I - II - III)	11.084.872.007,89	4.435.366.700,19	
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	2.321.090.000,00	736.660.171,65	
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	138.480.000,00	112.191.594,12	
RECEITAS DE CAPITAL (VII)	678.833.158,27	105.771.455,25	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (VIII)	503.926.000,00	82.320.000,00	
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS (IX)	-	-	
ALIENAÇÃO DE BENS	-	88.000,00	
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS (X)	-	-	
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XI)	-	-	
OUTRAS ALIENAÇÕES DE BENS	-	88.000,00	
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	99.969.158,27	7.267.292,70	
CONVÊNIOS	82.754.475,60	4.869.929,69	
OUTRAS TRANSF. DE CAPITAL	17.214.682,67	2.397.363,01	
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	74.938.000,00	16.096.162,55	
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL NÃO PRIMÁRIAS (XII)	-	-	
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL PRIMÁRIAS	74.938.000,00	16.096.162,55	
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = [(VII - (VIII + IX + X + XI + XII)]	174.907.158,27	23.451.455,25	
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)	-	-	
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (KV)	-	-	
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	13.580.869.166,16	5.195.478.327,09	
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	11.259.779.166,16	4.458.818.155,44	

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre / 2025					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	RESTOS A PAGAR PROC. PAGOS	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	Pagos (e)
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVII)	10.876.418.193,39	3.408.265.664,71	2.921.215.110,86	2.882.344.000,25	45.812.030,69	496.515.230,14	491.915.919,05
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.564.393.173,93	1.409.590.773,17	1.406.674.960,79	1.403.064.300,96	4.323.711,58	1.250.578,30	1.250.578,30
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA (XIX)	117.715.000,00	45.593.880,28	45.593.880,28	45.593.880,28	171.028,57	-	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.194.310.019,46	1.953.081.011,26	1.468.946.269,79	1.433.685.819,01	41.317.290,54	495.264.651,84	490.665.340,75
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	10.758.703.193,39	3.362.671.784,43	2.875.621.230,58	2.836.750.119,97	45.641.002,12	496.515.230,14	491.915.919,05
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	2.203.340.000,00	735.037.146,00	734.589.239,64	734.150.668,82	14.469,58	992.314,41	723.488,69
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL EXCETO FONTES RPPS (XXIII)	1.526.737.532,70	195.874.603,11	117.646.236,25	107.360.857,05	24.496.044,35	271.847.361,13	255.822.351,94
INVESTIMENTOS	1.145.021.087,24	91.355.926,66	26.887.464,88	18.972.027,82	20.506.770,98	251.491.912,07	236.051.397,90
INVERSÕES FINANCEIRAS	184.866.445,46	40.990.769,46	27.230.864,38	24.881.721,12	2.263.113,58	20.340.141,78	19.755.646,76
CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (XXIV)	-	-	-	-	-	-	-
AQUISIÇÃO DE TÍTULO DE CAPITAL JÁ INTEGRALIZADO (XXV)	-	-	-	-	-	-	-
AQUISIÇÃO DE TÍTULO DE CRÉDITO (XXVI)	-	-	-	-	-	-	-
DEMAIS INVERSÕES FINANCEIRAS	184.866.445,46	40.990.769,46	27.230.864,38	24.881.721,12	2.263.113,58	20.340.141,78	19.755.646,76
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA (XXVII)	196.850.000,00	63.527.906,99	63.527.906,99	63.507.108,11	1.726.159,79	15.307,28	15.307,28
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII)	1.329.887.532,70	132.346.696,12	54.118.329,26	43.853.748,94	22.769.884,56	271.832.053,85	255.807.044,66
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)	56.406.900,00	-	-	-	-	-	-
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)	100.000,00	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)	786.000,00	218.741,35	218.741,35	218.741,35	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	14.348.437.626,09	4.230.055.626,55	3.664.328.799,48	3.614.754.537,73	68.425.356,26	769.339.598,40	748.446.452,40
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	12.144.997.626,09	3.495.018.480,55	2.929.739.559,84	2.880.603.868,91	68.410.886,68	768.347.283,99	747.722.963,71

RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = [XVIa - (XXXIIa +XXXIIb + XXXIIc)]	763.851.980,70
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = [XVIIa - (XXXIIa +XXXIIb + XXXIIc)]	762.080.436,14

META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	VALOR CORRENTE
META FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE 2025	(516.755.000,00)

JUROS NOMINAIS	Até o Bimestre / 2025
	VALOR INCORRIDO
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (XXXVI)	150.804.787,80
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)	45.593.880,28

RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)	867.291.343,66
---	----------------

ABAIXO DA LINHA		
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	SALDO	
	Em 31 Dez 2024 (a)	Em 30 Abr 2025 (b)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	1.658.991.785,11	1.633.828.001,24
DEDUÇÕES (XL)	4.406.249.375,00	5.290.841.664,74
Disponibilidade de Caixa	4.406.249.375,00	5.290.841.664,74
Disponibilidade de Caixa Bruta	4.705.341.068,29	5.604.967.153,57
(-) Restos a Pagar Processados (XLI)	(71.836.903,97)	(71.403.236,52)
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	(227.254.789,32)	(242.722.252,31)
Demais Haveres Financeiros		
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLIJ) = (XXXIX - XL)	(2.747.257.589,89)	(3.657.013.663,50)
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIJ) = (XLIa - XLIJb)		909.756.073,61
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL		VALOR CORRENTE
META FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE 2025		(454.919.069,00)
AJUSTE METODOLÓGICO	Em 30 Abr 2025	
VARIAÇÃO DO SALDO DE RPP (XLIV) = (XLIa - XLIJb)		(433.667,45)
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)		-
VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)		(42.064.180,12)
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)		-
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)		-
OUTROS AJUSTES (XLIX) ³		33.117,62
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha (L) = [XLIJ + (XLIV - XLV + XLVI + XLVII + XLVIII)] +/- (XLIX)		867.291.343,66
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (LI) = (L) - (XXXVI - XXXVII)		762.080.436,14
INFORMAÇÕES ADICIONAIS		PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		368.084.430,47
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS		-
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais		368.084.430,47
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS		255.344.000,00
FONTE: Sistema de Gestão Pública		
NOTA:		
1) A Reserva do RPPS registra somente valores para a coluna da dotação atualizada, sendo apresentada nesse demonstrativo por constar no orçamento e visando também o equilíbrio entre a receita e a despesa orçamentária. A reserva do RPPS corresponde ao superávit gerado pela diferença entre as Receitas Previdenciárias Previstas (incluindo as receitas Intra-Orçamentárias recebidas pelo RPPS) e as Despesas Previdenciárias fixadas na Lei Orçamentária Anual, que será utilizado para pagamentos previdenciários futuros.		
2) A Reserva de Contingência é constituída sob a forma de dotação global, não especificamente destinada a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, sendo destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos. Estes últimos incluem as alterações e adequações orçamentárias que se identificam com o disposto no § 1º do inciso III do art. 43 da Lei nº 4.320/64, que permite a abertura de créditos adicionais com o cancelamento de dotações orçamentárias, inclusive da reserva de contingência incluída na Lei Orçamentária Anual. A forma de utilização e o montante dessa reserva serão definidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias de cada ente da Federação. A Reserva de Contingência registra somente valores para a coluna da dotação atualizada.		
3) Composição da linha "Outros Ajustes":		
Outros Ajustes	Valor	
a) Ajuste de valores de haveres Financeiros	-	
b) Ajustes de valores de Juros incluído da DC	-	
d) Ajuste de valores incluídos no Caixa	33.117,62	
Total de Ajustes que variam a Disp. de Caixa e Demais Valores Financeiros (XXXIX)	33.117,62	

MUNICÍPIO DE CURITIBA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DE RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2025 - BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 7 (LRF, art. 53, inciso V)

RS 1,00

Por Poder	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS						Saldo Total
	Inscritos		Pagos	Cancelados	A Pagar	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	A Pagar	
	Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2024				Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2024					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	9.508.355,98	62.281.417,97	70.260.945,02	2.163,01	1.526.665,92	231.525.084,34	1.458.813.171,57	768.281.308,79	747.388.162,79	76.710.140,42	866.239.952,70	867.766.618,62
PODER EXECUTIVO	9.508.355,98	60.881.032,58	68.860.559,67	2.162,97	1.526.665,92	231.244.717,08	1.453.944.495,69	766.475.281,92	745.582.135,92	76.560.236,86	863.046.839,99	864.573.505,91
PODER LEGISLATIVO	-	1.400.385,39	1.400.385,35	0,04	-	280.367,26	4.868.675,88	1.806.026,87	1.806.026,87	149.903,56	3.193.112,71	3.193.112,71
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	61.599,60	61.599,60	-	-	13.303,55	1.796.269,88	1.073.596,89	1.073.596,89	604.774,11	131.202,43	131.202,43
PODER EXECUTIVO	-	61.599,60	61.599,60	-	-	13.303,55	1.796.269,88	1.073.596,89	1.073.596,89	604.774,11	131.202,43	131.202,43
PODER LEGISLATIVO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II)	9.508.355,98	62.343.017,57	70.322.544,62	2.163,01	1.526.665,92	231.538.387,89	1.460.609.441,45	769.354.905,68	748.461.759,68	77.314.914,53	866.371.155,13	867.897.821,05

FONTE: Sistema de Gestão Pública

MUNICÍPIO DE CURITIBA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2025 - BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RR00 - ANEXO 8 (Lei nº 9.394/1996 - LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre
	(a)	(b)
1 - RECEITAS DE IMPOSTOS	5.324.345.000,00	2.145.162.446,23
1.1 - Receita Resultante do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	1.549.700.000,00	901.565.994,29
1.2 - Receita Resultante do Imposto Sobre Transmissão <i>Inter Vivos</i> - ITBI	621.645.000,00	190.590.247,34
1.3 - Receita Resultante do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	2.395.000.000,00	857.098.970,31
1.4 - Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	758.000.000,00	195.907.244,29
2 - RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	2.682.174.000,00	1.239.149.026,98
2.1 - Cota-Parte FPM	716.000.000,00	228.226.747,91
2.1.1 - Parcela referente à CF. art. 159, I, alínea b	634.000.000,00	228.226.747,91
2.1.2 - Parcela referente à CF. art. 159, I, alínea d e e	82.000.000,00	-
2.2 - Cota-Parte ICMS	1.077.000.000,00	367.548.380,41
2.3 - Cota-Parte IPI-Exportação	14.400.000,00	5.041.393,72
2.4 - Cota-Parte ITR	774.000,00	299.194,20
2.5 - Cota-Parte IPVA	874.000.000,00	638.033.310,74
2.6 - Cota-Parte IOF-Ouro	-	-
2.7 - Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	-	-
3 - TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	8.006.519.000,00	3.384.311.473,21
4 - TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - equivalente a 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5))	520.034.800,00	247.829.805,40
5 - VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6) + (2.7))	1.481.594.950,00	598.248.062,91

FUNDEB		
RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre
	(a)	(b)
6 - TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS	1.067.000.000,00	378.287.339,42
6.1 - FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	1.067.000.000,00	378.287.339,42
6.1.1 - Principal	1.057.000.000,00	375.609.065,44
6.1.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	10.000.000,00	2.563.658,24
6.1.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	-	114.615,74
6.2 - FUNDEB - Complementação da União - VAAF	-	-
6.2.1 - Principal	-	-
6.2.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	-	-
6.2.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	-	-
6.3 - FUNDEB - Complementação da União - VAAT	-	-
6.3.1 - Principal	-	-
6.3.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	-	-
6.3.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	-	-
6.4 - FUNDEB - Complementação da União - VAAR	-	-
6.4.1 - Principal	-	-
6.4.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	-	-
6.4.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	-	-
7 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 – 4)¹	536.965.200,00	127.779.260,04
RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)	VALOR	
8 - TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT		9.662.126,80
8.1 - SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR		8.981.349,40
8.2 - SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS		680.777,40
9 - TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 + 8)		387.949.466,22

DESPESAS COM RECUROS DO FUNDEB (Por SUBFUNÇÃO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	(c)	(d)	(e)	(f)	(g)
10 - TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	1.076.661.885,34	357.530.911,80	328.381.483,06	328.381.483,06	29.149.428,74
10.1 - PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	970.652.000,00	321.406.753,57	321.406.753,57	321.406.753,57	-
10.1.1 - Educação Infantil	309.561.000,00	99.901.033,24	99.901.033,24	99.901.033,24	-
10.1.2 - Ensino Fundamental	574.366.000,00	196.690.011,25	196.690.011,25	196.690.011,25	-
10.1.3 - Educação de Jovens e Adultos	8.682.000,00	1.549.585,65	1.549.585,65	1.549.585,65	-
10.1.4 - Educação Especial	78.043.000,00	23.266.123,43	23.266.123,43	23.266.123,43	-
10.1.5 - Administração Geral	-	-	-	-	-
10.2 - OUTRAS DESPESAS	106.009.885,34	36.124.158,23	6.974.729,49	6.974.729,49	29.149.428,74
10.2.1 - Educação Infantil	43.352.000,00	11.729.106,33	480.352,70	480.352,70	11.248.753,63
10.2.2 - Ensino Fundamental	49.233.885,34	24.395.051,90	6.494.376,79	6.494.376,79	17.900.675,11
10.2.3 - Educação de Jovens e Adultos	-	-	-	-	-
10.2.4 - Educação Especial	13.424.000,00	-	-	-	-
10.2.5 - Administração Geral	-	-	-	-	-
10.2.6 - Transporte (Escolar)	-	-	-	-	-
10.2.7 - Outras	-	-	-	-	-

INDICADORES DO FUNDEB					
DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	DESPESAS EMPENHADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO ⁴
	Até o Bimestre	Até o Bimestre	Até o Bimestre	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA) ⁷	
	(d)	(e)	(f)	(g)	(h)
11- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	347.868.785,00	318.719.356,26	318.719.356,26	29.149.428,74	-
11.1 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	347.868.785,00	318.719.356,26	318.719.356,26	29.149.428,74	-
11.2 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	-	-	-	-	-
11.3 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	-	-	-	-	-
11.4 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	-	-	-	-	-
12- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	321.406.753,57	321.406.753,57	321.406.753,57	-	-
13- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	-	-	-	-	-
14- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL	-	-	-	-	-
INDICADORES - Art. 212-A, Inciso XI e § 3º - Constituição Federal²			VALOR EXIGIDO	VALOR APLICADO	VALOR CONSIDERADO APOS DEDUÇÕES
			(j)	(k)	(l)
15- Mínimo de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica			264.801.137,59	321.406.753,57	321.406.753,57
16- Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil			-	-	-
17- Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT em Despesas de Capital			-	-	-

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit) ³	VALOR MÁXIMO PERMITIDO	VALOR NÃO APLICADO	VALOR NÃO APLICADO APOS AJUSTE	VALOR NÃO APLICADO EXCEDENTE AO MÁXIMO PERMITIDO	% NÃO APLICADO
	(n)	(o)	(p)	(q)	(r)
18- Total da Receita Recebida e não Aplicada no Exercício	37.828.733,94	59.567.983,16	59.567.983,16	21.739.249,22	15,75

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior) ³	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR	VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR	VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE	VALOR APLICADO APOS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE	VALOR TOTAL DE SUPERÁVIT NÃO APLICADO AO FINAL DO EXERCÍCIO	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL
	(s)	(t)	(u)	(v)	(w)	(x)
19- Total das Despesas custeadas com Superávit do FUNDEB	86.379.589,22	8.981.349,40	8.981.349,40	-	-	-
19.1 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	86.379.589,22	8.981.349,40	8.981.349,40	-	-	-
19.2 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAF + VAAT)	-	-	-	-	-	-

(Continua)

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
(Por Subfunção)		Até o Bimestre	Até o Bimestre	Até o Bimestre	
(c)	(d)	(e)	(f)	(g)	
20-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS	1.535.726.709,76	377.827.550,77	299.076.222,95	298.635.478,76	78.751.327,82
20.1- Educação Infantil	641.522.487,05	166.403.010,12	116.728.747,29	116.521.994,48	49.674.262,83
20.2- Ensino Fundamental	859.301.222,71	209.915.552,44	180.838.487,45	180.605.078,41	29.077.064,99
20.3- Educação de Jovens e Adultos	1.408.000,00	115.998,21	115.998,21	115.813,49	-
20.4- Educação Especial	33.495.000,00	1.392.990,00	1.392.990,00	1.392.592,38	-
20.5- Administração Geral	-	-	-	-	-
20.6- Transporte (Escolar)	-	-	-	-	-
20.7- Outras	-	-	-	-	-
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
(Por Área de Atuação) ⁶		Até o Bimestre	Até o Bimestre	Até o Bimestre	
(c)	(d)	(e)	(f)	(g)	
21- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDEB	2.477.336.595,10	709.033.765,28	601.133.008,72	600.692.846,87	107.900.756,56
21.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	994.435.487,05	278.033.149,69	217.110.133,23	216.903.380,42	60.923.016,46
21.1.1- Creche	397.774.194,82	111.213.259,88	86.844.053,29	86.761.352,17	24.369.206,58
21.2.2- Pré-escola	596.661.292,23	166.819.889,81	130.266.079,94	130.142.028,25	36.553.809,88
21.2- ENSINO FUNDAMENTAL	1.482.901.108,05	431.000.615,59	384.022.875,49	383.789.466,45	46.977.740,10
26- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (24 + 25)	2.477.336.595,10	709.033.765,28	601.133.008,72	600.692.846,87	107.900.756,56
APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL					VALOR
22- TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS L20(d ou e)					299.076.222,95
23- TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)					247.829.805,40
24- (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18(q)					21.739.249,22
25- (-) SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL = L19.1(x)					-
26- (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS ⁴					-
27- (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (L30.1(af) + L30.2(af))					587.770,16
28- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23) - (24 + 25 + 26 + 27)					524.579.008,97
APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL ^{2 a 5}	VALOR EXIGIDO	VALOR APLICADO	% APLICADO		
(a)	(aa)	(ab)			
29- APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA RESULTANTE DE IMPOSTOS	846.077.868,30	524.579.008,97	15,50%		
RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE ⁵	SALDO INICIAL	RP LIQUIDADOS	RP PAGOS	RP CANCELADOS	SALDO FINAL
(ac)	(ad)	(ae)	(af)	(ag)	(ag) = (ac) - (ae) - (af)
30- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	228.988.886,71	121.404.801,37	135.314.148,34	587.770,16	93.086.886,21
30.1- Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	212.219.537,70	108.688.414,75	120.855.595,42	557.390,16	90.806.552,12
30.2- Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	16.769.269,01	12.716.386,62	14.458.552,92	30.380,00	2.280.336,09
30.3- Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)	-	-	-	-	-
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO ATUALIZADA		RECEITAS REALIZADAS		
	(a)	(b)			
31- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO		102.510.000,00	36.140.834,50		
31.1- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUIDO RENDIMENTO DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)		95.419.000,00	35.134.313,40		
31.1.- Salário Educação		63.700.000,00	25.502.245,58		
31.2- PDDE		5.719.000,00	54,71		
31.3- PNAE		26.000.000,00	9.632.013,11		
31.4- PNATE		-	-		
31.5- Outras Transferências do FNDE		-	-		
31.2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIOS		-	23.050,08		
31.3- RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO		4.689.000,00	272.031,62		
31.4- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADA À EDUCAÇÃO		-	-		
31.5- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO		2.402.000,00	711.439,40		
OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
(Por Subfunção) ⁶		Até o Bimestre	Até o Bimestre	Até o Bimestre	
(c)	(d)	(e)	(f)	(g)	
32- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM DEMAIS RECEITAS	109.327.938,33	20.841.909,79	3.493.477,20	3.493.477,20	17.348.432,59
32.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	45.329.000,00	8.971.846,87	3.004.148,75	3.004.148,75	5.967.698,12
32.2- ENSINO FUNDAMENTAL	63.998.938,33	11.870.062,92	489.328,45	489.328,45	11.380.734,47
32.3- ENSINO MÉDIO	-	-	-	-	-
32.4- ENSINO SUPERIOR	-	-	-	-	-
32.5- ENSINO PROFISSIONAL	-	-	-	-	-
32.6- EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	-	-	-	-	-
32.7- EDUCAÇÃO ESPECIAL	-	-	-	-	-
32.8- OUTRAS	-	-	-	-	-
TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
		Até o Bimestre	Até o Bimestre	Até o Bimestre	
(c)	(d)	(e)	(f)	(g)	
33- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	2.764.716.533,43	773.975.820,68	633.011.601,60	632.560.584,91	140.964.219,08
33.1- Despesas Correntes	2.707.597.320,68	769.907.855,43	632.989.072,08	632.538.055,39	136.918.783,35
33.1.1- Pessoal Ativo	1.878.909.000,00	574.059.127,55	574.030.309,92	573.768.667,16	28.817,63
33.1.2- Pessoal Inativo	-	-	-	-	-
33.1.3- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	16.009.000,00	-	-	-	-
33.1.4- Outras Despesas Correntes	812.679.320,68	195.848.727,88	58.958.762,16	58.769.388,23	136.889.965,72
33.2- Despesas de Capital	57.119.212,75	4.067.965,25	22.529,52	22.529,52	4.045.435,73
33.2.1- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	3.214.000,00	-	-	-	-
33.2.2- Outras Despesas de Capital	53.905.212,75	4.067.965,25	22.529,52	22.529,52	4.045.435,73
CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA		FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO		
		(ah)	(ai)		
34 - SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024			26.431.395,81	7.057.560,70	
35 - (+) INGRESSOS DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)			378.287.339,42	25.502.245,58	
36- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)			342.840.035,98	8.463.393,69	
37- (-) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE			61.878.699,25	24.096.412,59	
38- (+) AJUSTES POSITIVOS (retenções e outros valores extraorçamentários)			664.207,37	-	
39- (-) AJUSTES NEGATIVOS (outros valores extraorçamentários)			0,00	-	
40- (-) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)			62.542.906,62	24.096.412,59	
FONTE: SGP - Sistema de Gestão Pública					
NOTAS:					
1) Se resultado líquido da transferência (7) > 0 = acréscimo resultante das transferências do fundeb, se resultado líquido da transferência (7) < 0 = decréscimo resultante das transferências do fundeb					
2) Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.					
3) Art. 25, § 3º: "Até 10% (dez por cento) dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União, nos termos do § 2º do art. 16 desta Lei, poderão ser utilizados no primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."					
4) Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.					
5) Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada. Índice Empenhado: 17,83%					
6) As linhas representam áreas de atuação e não correspondem exatamente às subfunções da Função Educação. As despesas classificadas nas demais subfunções típicas e nas subfunções atípicas deverão ser rateadas para essas áreas de atuação.					
7) Valor inscrito em RPNP sem disponibilidade de caixa, que não deve ser considerado na apuração dos indicadores e limites					
8) Controle da execução de restos a pagar considerados no cumprimento do limite mínimo dos exercícios anteriores.					

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2025 - BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RRIO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35))

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA		RECEITAS REALIZADAS	
		(a)	(b)	Até o Bimestre	%
				(b)	
RECEITAS DE IMPOSTOS LÍQUIDAS (I)	5.324.345.000,00	5.324.345.000,00	2.145.162.446,23		40,29
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	1.549.700.000,00	1.549.700.000,00	901.565.984,29		58,18
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	621.645.000,00	621.645.000,00	190.590.247,34		30,66
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	2.395.000.000,00	2.395.000.000,00	857.098.970,31		35,79
Receita Resultante do Imp. sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte - IRRF	758.000.000,00	758.000.000,00	195.907.244,29		25,85
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	2.600.174.000,00	2.600.174.000,00	1.229.149.026,98		47,66
Cota-Parte FPM	634.000.000,00	634.000.000,00	228.226.747,91		36,00
Cota-Parte ITR	774.000,00	774.000,00	299.194,20		38,86
Cota-Parte IPVA	874.000.000,00	874.000.000,00	638.033.310,74		73,00
Cota-Parte ICMS	1.077.000.000,00	1.077.000.000,00	367.548.380,41		34,13
Cota-Parte IPI-Exportação	14.400.000,00	14.400.000,00	5.041.393,72		35,01
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	-	-	-		0,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	7.924.519.000,00	7.924.519.000,00	3.384.311.473,21		42,71

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) – POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ⁹
			Até o Bimestre (d)	%	Até o Bimestre (e)	%	Até o Bimestre (f)	%	
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	956.314.000,00	956.244.000,00	297.530.574,43	31,11	290.345.643,92	30,36	289.940.308,57	30,32	-
Despesa Corrente	942.249.000,00	942.249.000,00	297.475.574,43	31,57	290.345.643,92	30,81	289.940.308,57	30,77	-
Despesa de Capital	14.065.000,00	13.995.000,00	55.000,00	0,39	-	-	-	-	-
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	670.575.000,00	670.645.000,00	234.116.414,96	34,91	230.944.016,77	34,44	230.920.652,93	34,43	-
Despesa Corrente	656.035.000,00	656.035.000,00	234.101.093,71	35,68	230.932.299,52	35,20	230.908.935,68	35,20	-
Despesa de Capital	14.540.000,00	14.610.000,00	15.321,25	0,10	11.717,25	0,08	11.717,25	0,08	-
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesa Corrente	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesa de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	14.191.000,00	14.191.000,00	3.775.809,81	26,61	3.775.809,81	26,61	3.724.375,09	26,24	-
Despesa Corrente	12.011.000,00	12.011.000,00	3.775.809,81	31,44	3.775.809,81	31,44	3.724.375,09	31,01	-
Despesa de Capital	2.180.000,00	2.180.000,00	-	-	-	-	-	-	-
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	15.116.000,00	15.116.000,00	4.653.327,14	30,78	4.653.327,14	30,78	4.653.327,14	30,78	-
Despesa Corrente	15.116.000,00	15.116.000,00	4.653.327,14	30,78	4.653.327,14	30,78	4.653.327,14	30,78	-
Despesa de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesa Corrente	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesa de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesa Corrente	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesa de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	1.656.196.000,00	1.656.196.000,00	540.076.126,34	32,61	529.718.797,64	31,98	529.238.663,73	31,96	-

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPs	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
	(d)	(e)	(f)
Total das Despesas com ASPs (XII) = (XI)	540.076.126,34	529.718.797,64	529.238.663,73
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	-	-	-
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPs em Exercícios Anteriores (XIV)	-	-	-
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	(540.345,19)	(540.345,19)	(540.345,19)
(=) VALOR APLICADO EM ASPs (XVI) = (XII) - XIII - XIV - XV	539.535.781,15	529.178.452,45	528.698.318,54
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPs (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)		507.646.720,98	
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPs (XVIII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)		507.646.720,98	
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI) (d ou e) - XVII ¹	31.889.060,17	21.531.731,47	21.051.597,56
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)	-	-	-
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPs (XVI) / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC nº 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	-	15,64	

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	LIMITE NÃO CUMPRIDO			
	Saldo Inicial	Despesas Custeadas no Exercício de Referência		Saldo Final
	(no exercício atual)	Empenhadas	Liquidadas	(não aplicado) ¹
	(h)	(i)	(j)	(l) = (h - (i ou j))
Diferença de limite não cumprido em 2023 (saldo final – XIXd)	-	-	-	-
Diferença de limite não cumprido em 2021 (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	-	-	-	-
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	-	-	-	-
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	-	-	-	-

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR									
EXERCÍCIO DO EMPENHO ²	Valor Mínimo para aplicação em ASPs	Valor aplicado em ASPs no exercício	Valor aplicado além do limite mínimo	Total inscrito em RP no exercício	RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira	Valor inscrito em RP considerado no Limite	Total de RP pagos	Total de RP a pagar	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados
	(m)	(n)	(o) = (n - m), se < 0, então (o) = 0	(p)	(q) = (XIIId)	r) = (p - (o + q)) se < 0, então (r) = (0)	(s)	(t)	(v) = ((o + q) - u)
Empenhos de 2025	507.646.720,98	539.535.781,15	31.889.060,17	10.837.462,61	-	-	16.474.811,13	10.837.462,61	31.889.060,17
Empenhos de 2024	1.155.190.767,37	1.562.944.571,18	407.763.803,81	21.587.660,98	-	-	4.591.383,27	521.466,58	407.242.337,23
Empenhos de 2023	993.718.687,19	1.495.527.781,84	501.809.094,65	115.069,46	-	-	74.513,05	18.878,61	501.790.216,04
Empenhos de 2022	917.180.634,31	1.286.871.336,50	369.690.502,19	-	-	-	21.677,80	-	369.690.502,19
Empenhos de 2021 e anteriores	837.548.343,62	1.163.124.948,14	325.576.604,52	-	-	-	-	-	325.576.604,52
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI) (soma dos saldos negativos da coluna "v")									-
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII) (valor informado no demonstrativo do exercício anterior)									-
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII) (Artigo 24 § 1º e 2º da LC 141/2012)									-

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24§ 1º e 2º DA LC 141/2012	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	Saldo Inicial	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado) ¹ (aa) = (w - (x ou y))
		Empenhadas	Liquidadas	Pagas	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2025 a serem compensados (XXIV) (saldo inicial = XXIII)	-	-	-	-	-
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2024 a serem compensados (XXV) (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	-	-	-	-	-
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI) (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	-	-	-	-	-
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)					

(Continuação)				
RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b / a)
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	1.403.873.000,00	1.425.821.046,08	518.380.293,80	36,36
Provenientes da União *	1.315.703.000,00	1.337.651.046,08	467.139.307,20	34,92
Provenientes dos Estados	88.170.000,00	88.170.000,00	51.240.966,60	58,12
Provenientes de Outros Municípios	-	-	-	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	-	-	-	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXX)	11.156.000,00	11.156.000,00	10.046.825,73	90,06
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	1.415.029.000,00	1.436.977.046,08	528.427.119,53	36,77

DESPESAS COM SAÚDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS*
			Até o Bimestre (d)	% (d / c) x 100	Até o Bimestre (e)	% (e / c) x 100	Até o Bimestre (f)	% (f / c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	175.574.000,00	193.806.991,86	66.270.963,03	34,19	38.073.482,52	19,65	36.785.747,92	18,98	-
Despesa Corrente	164.161.000,00	179.765.277,20	66.270.963,03	36,87	38.073.482,52	21,18	36.785.747,92	20,46	-
Despesa de Capital	11.413.000,00	14.041.714,66	-	-	-	-	-	-	-
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	1.228.250.000,00	1.325.340.405,53	460.488.398,67	34,74	429.395.063,16	32,40	428.084.305,46	32,30	-
Despesa Corrente	1.225.750.000,00	1.324.699.389,53	460.488.398,67	34,76	429.395.063,16	32,41	428.084.305,46	32,32	-
Despesa de Capital	500.000,00	641.016,00	-	-	-	-	-	-	-
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesa Corrente	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesa de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	16.228.000,00	16.906.561,22	4.942.982,50	29,24	3.334.395,33	19,72	3.237.812,35	19,15	-
Despesa Corrente	13.209.000,00	13.887.561,22	4.942.982,50	35,59	3.334.395,33	24,01	3.237.812,35	23,31	-
Despesa de Capital	3.019.000,00	3.019.000,00	-	-	-	-	-	-	-
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	1.610.000,00	2.010.000,00	415.790,64	20,69	199.955,85	9,95	199.955,85	9,95	-
Despesa Corrente	1.160.000,00	1.560.000,00	415.790,64	26,65	199.955,85	12,82	199.955,85	12,82	-
Despesa de Capital	450.000,00	450.000,00	-	-	-	-	-	-	-
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesa Corrente	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesa de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesa Corrente	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesa de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	1.419.662.000,00	1.538.063.958,61	532.118.135,44	34,60	471.002.896,86	30,62	468.307.821,58	30,45	-

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS*
			Até o Bimestre (d)	% (d / c) x 100	Até o Bimestre (e)	% (e / c) x 100	Até o Bimestre (f)	% (f / c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	1.131.888.000,00	1.150.050.991,86	363.801.538,06	31,63	328.419.126,44	28,56	326.726.056,49	28,41	-
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	1.896.825.000,00	1.995.985.405,53	694.604.813,03	34,80	660.339.079,93	33,08	659.004.958,39	33,02	-
SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	30.419.000,00	31.097.561,22	8.718.792,31	28,04	7.110.205,14	22,86	6.962.187,44	22,39	-
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	16.726.000,00	17.126.000,00	5.069.117,78	29,60	4.853.282,99	28,34	4.853.282,99	28,34	-
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (IX + XXXVII)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	3.075.858.000,00	3.194.259.958,61	1.072.194.261,78	33,57	1.000.721.694,50	31,33	997.546.485,31	31,23	-

FONTE: Sistema de Gestão Pública

NOTA: (1) Nos cinco primeiros bimestres do exercício, o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

Para acompanhamento bimestral o percentual executado pela despesa empenhada corresponde ao valor de: 15,94%

(2) Até o exercício de 2018, o controle da execução de restos a pagar considerava apenas os valores dos restos a pagar não processados (regra antiga). A partir do exercício de 2019, o controle da execução dos restos a pagar considera os restos a Pagar processados e não processados (regra nova).

(3) Essas despesas são consideradas executadas pelo ente transferidor.

MUNICÍPIO DE CURITIBA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2025 - BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 13 (Lei nº 11.079, de 30/12/2004, arts. 22, 15 e 28)

R\$ 1,00

IMPACTOS DAS CONTRATAÇÕES DE PPP	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO FINAL (acumulado até o bimestre)
TOTAL DE ATIVOS	-	-
Ativos Constituídos pela SPE	-	-
TOTAL DE PASSIVOS (I)	740.000,00	5.751.479,54
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE	-	-
Provisões de PPP	-	-
Outros Passivos	740.000,00	5.751.479,54
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	526.078.240,50	526.078.240,50
Obrigações Contratadas	292.754.000,00	292.754.000,00
Riscos não Provisionados	233.324.240,50	233.324.240,50
Garantias Concedidas	-	-
Outros Passivos Contingentes	-	-

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034
Do Ente Federado, EXCETO ESTATAIS NÃO DEPENDENTES (I) = (I.1 + I.2)	6.075.000,00	27.972.000,00	13.200.000,00	13.200.000,00	13.200.000,00	13.200.000,00	13.200.000,00	13.200.000,00	13.200.000,00	13.200.000,00	13.200.000,00
Contratadas (I.1)	6.075.000,00	27.972.000,00	13.200.000,00	13.200.000,00	13.200.000,00	13.200.000,00	13.200.000,00	13.200.000,00	13.200.000,00	13.200.000,00	13.200.000,00
Concessão Iluminação Pública - Contrato 25.297/2023	6.075.000,00	27.972.000,00	13.200.000,00	13.200.000,00	13.200.000,00	13.200.000,00	13.200.000,00	13.200.000,00	13.200.000,00	13.200.000,00	13.200.000,00
A contratar (I.2)											
DAS ESTATAIS NÃO-DEPENDENTES (II) = (II.1 + II.2)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Contratadas (II.1)											
A contratar (II.2)											
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP (III) = (I + II)	6.075.000,00	27.972.000,00	13.200.000,00	13.200.000,00	13.200.000,00	13.200.000,00	13.200.000,00	13.200.000,00	13.200.000,00	13.200.000,00	13.200.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (IV)	11.654.288.334,32	11.923.345.871,50	12.150.814.939,96	12.382.623.577,00	12.618.854.571,27	12.859.592.290,80	13.104.922.713,21	13.354.933.456,33	13.609.713.809,55	13.869.354.765,68	14.133.949.053,45
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE (I)	6.075.000,00	27.972.000,00	13.200.000,00	13.200.000,00	13.200.000,00	13.200.000,00	13.200.000,00	13.200.000,00	13.200.000,00	13.200.000,00	13.200.000,00
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE / RCL (%) (V) = (I / IV)	0,05%	0,23%	0,11%	0,11%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,09%

Fonte: Sistema de Gestão Pública.

Nota:

1) Na projeção da RCL para os exercícios de 2026 a 2034, foi utilizado o fator de 1,01907762057, sendo obtido pela geométrica da taxa de crescimento real do PIB nacional nos últimos oito anos divulgada pela Secretaria do Tesouro Nacional no Manual de Instrução de Pleitos (a partir de 22/04/2025), aplicável aos procedimentos para contratação de operações de crédito de Estados, Distrito Federal e Municípios (art. 8º da Portaria STN nº 396, de 2 de julho de 2009).

ANO	Crescimento do PIB
2017	1,01322869044
2018	1,01783666758
2019	1,01220777818
2020	0,96723241217
2021	1,04762604367
2022	1,03016694354
2023	1,03241655328
2024	1,03935866456
Fator de projeção (média geométrica)	1,01907762057
Taxa de crescimento equivalente	1,907762057%

Fonte: CNT/IBGE e MIP (Abr de 2025)

MUNICÍPIO DE CURITIBA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2025 - BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 14 (LRF, art. 48) R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	Até o Bimestre
RECEITAS	
Previsão Inicial	14.502.000.000,00
Previsão Atualizada	14.551.048.195,62
Receitas Realizadas	5.540.788.802,27
Déficit Orçamentário	-
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizado para Créditos Adicionais)	368.084.430,47
DESPESAS	
Dotação Inicial	14.502.000.000,00
Dotação Atualizada	14.919.132.626,09
Despesas Empenhadas	4.339.396.155,17
Despesas Liquidadas	3.773.669.328,10
Despesas Pagas	3.724.074.267,47
Superávit Orçamentário (Liquidado)	1.767.119.474,17

DESPESA POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas	4.339.396.155,17
Despesas Liquidadas	3.773.669.328,10

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida	11.923.345.871,50
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	11.860.079.483,20
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	11.835.368.343,20

RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores -PLANO PREVIDENCIÁRIO	
Receitas Previdenciárias Realizadas	511.155.729,23
Despesas Previdenciárias Empenhada	723.948.460,47
Despesas Previdenciárias Liquidadas	723.902.026,91
Despesas Previdenciárias Paga	723.606.460,97
Resultado Previdenciário	(212.746.297,68)
Regime Próprio de Previdência dos Servidores -PLANO FINANCEIRO	
Receitas Previdenciárias Realizadas	-
Despesas Previdenciárias Empenhada	-
Despesas Previdenciárias Liquidadas	-
Despesas Previdenciárias Paga	-
Resultado Previdenciário	-

RESULTADO NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Primário (Sem RPPS) - Acima da Linha	(516.755.000,00)	762.080.436,14	-147,47%
Resultado Nominal (Sem RPPS) - Acima da Linha	(454.919.069,00)	909.756.073,61	-199,98%

MOVIMENTAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	71.851.373,55	2.163,01	70.322.544,62	1.526.665,92
Poder Executivo	70.450.988,16	2.162,97	68.922.159,27	1.526.665,92
Poder Legislativo	1.400.385,39	0,04	1.400.385,35	-
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	1.692.147.829,34	77.314.914,53	748.461.759,68	866.371.155,13
Poder Executivo	1.686.998.786,20	77.165.010,97	746.655.732,81	863.178.042,42
Poder Legislativo	5.149.043,14	149.903,56	1.806.026,87	3.193.112,71
TOTAL	1.763.999.202,89	77.317.077,54	818.784.304,30	867.897.821,05

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE	524.579.008,97	25%	15,50%
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	321.406.753,57	70%	84,96%
Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil	-	50%	0,00%
Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) em Despesas de Capital	-	15%	0,00%

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	529.178.452,45	15%	15,64%

DESPESAS DE CARATER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP CONTRATADAS	VALOR APURADO NO EXERCÍCIO CORRENTE
Total das Despesas/RCL (%)	0,23%

MUNICÍPIO DE CURITIBA - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Maio/2024 à Abril/2025

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1.00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													(Total últimos 12 meses) (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	Total
	05-Maio	06-Junho	07-Julho	08-Agosto	09-Setembro	10-Outubro	11-Novembro	12-Dezembro	01-Janeiro	02-Fevereiro	03-Março	04-Abril				
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	559.816.989,96	802.315.093,85	541.902.888,57	443.652.669,40	524.161.903,69	557.817.788,47	712.709.606,43	638.257.630,50	508.281.789,18	499.828.683,97	527.969.263,29	686.675.667,96	7.003.389.975,27	-	7.003.389.975,27	-
Pessoal Ativo	367.404.214,35	537.475.384,77	302.970.176,71	296.046.482,30	330.068.665,56	301.822.036,23	470.518.776,91	422.540.706,90	313.894.686,83	306.256.780,06	332.691.782,89	414.765.700,33	4.396.455.393,84	-	4.396.455.393,84	-
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	299.313.560,36	438.766.779,14	235.022.131,73	229.516.917,18	236.385.854,96	233.231.010,80	340.916.385,27	336.709.623,45	245.387.913,79	235.345.338,01	232.714.893,92	344.779.208,17	3.408.089.616,78	-	3.408.089.616,78	-
Obrigações Patronais	68.090.653,99	98.708.605,63	67.948.044,98	66.529.565,12	93.682.810,60	68.591.025,43	129.602.391,64	85.831.083,45	68.506.773,04	70.911.442,05	99.976.888,97	69.986.492,16	988.365.777,06	-	988.365.777,06	-
Pessoal Inativo e Pensionista	145.169.060,08	217.596.099,82	145.859.480,25	146.102.347,51	146.081.813,88	146.340.184,76	219.605.280,40	165.775.011,43	153.690.537,28	154.924.331,00	154.602.868,45	231.868.447,68	2.027.615.462,54	-	2.027.615.462,54	-
Aposentadorias, Reserva e Reformas	131.708.639,39	197.591.475,33	132.347.324,52	132.528.291,86	132.682.923,94	132.844.158,10	199.401.614,60	150.655.062,23	139.575.715,49	139.985.591,28	140.051.088,79	210.407.831,38	1.839.779.716,91	-	1.839.779.716,91	-
Pensões	13.460.420,69	20.004.624,49	13.512.155,73	13.574.055,65	13.398.889,94	13.496.026,66	20.203.665,80	15.119.949,20	14.114.821,79	14.938.739,72	14.551.779,66	21.460.616,30	187.835.745,63	-	187.835.745,63	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art.18, §1º da LRF) ⁽¹⁾	47.243.715,53	47.243.609,26	93.073.231,61	1.503.839,59	48.011.424,25	109.655.567,48	22.585.549,12	49.941.912,17	40.696.565,07	38.647.572,91	40.674.611,95	40.041.519,95	579.319.118,89	-	579.319.118,89	-
Forma Indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1º do art.19 da LRF) (II)	147.195.132,28	219.170.311,49	147.879.146,98	149.110.211,34	148.865.505,63	148.557.783,70	221.907.730,94	207.064.630,04	157.200.858,51	158.034.769,80	156.665.784,73	233.547.523,40	2.095.199.388,84	-	2.095.199.388,84	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	62.494,34	18.885,87	69.100,93	15.192,03	25.163,67	3.389,87	1.597,88	906,95	-	1.437,76	-	780,74	198.950,04	-	198.950,04	-
Decorrente de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	14.469,97	15.867,49	19.000,17	965.248,24	616.958,78	10.477,34	129.268,23	189.590,37	1.521.972,80	567.796,81	17.639,06	73.290,21	4.141.579,47	-	4.141.579,47	-
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	71.310,43	72.651,64	-	-	-	-	-	38.372.336,54	2.643,25	-	-	-	38.518.941,86	-	38.518.941,86	-
Inativos e Pensionistas com recursos vinculados	145.169.060,08	217.596.099,82	145.859.480,25	146.102.347,51	146.081.813,88	146.340.184,76	219.605.280,40	165.775.011,43	153.690.537,28	154.924.331,00	154.602.868,45	231.868.447,68	2.027.615.462,54	-	2.027.615.462,54	-
Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias com Recursos Vinculados (CF, art. 198, §11)	1.877.797,46	1.466.806,67	1.931.565,63	2.027.423,56	2.141.569,30	2.203.731,73	2.171.584,43	2.726.784,75	1.985.705,18	2.541.204,23	2.045.277,22	1.605.004,77	24.724.454,93	-	24.724.454,93	-
Parcela dedutível referente ao piso salarial do Enfermeiro, Técnico de Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem e Paraleira (ADCT, art. 38, §2º)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Deduções Constitucionais ou Legais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	412.621.857,68	583.144.782,36	394.023.741,59	294.542.458,06	375.296.398,06	409.260.004,77	490.801.875,49	431.193.000,46	351.080.930,67	341.793.914,17	371.303.478,56	453.128.144,56	4.908.190.586,43	-	4.908.190.586,43	-

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	11.923.345.871,50	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º da CF) (Va)	63.266.388,30	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF)	400.000,00	
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11)	23.810.112,00	
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais	-	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL - (VII) = (IV - Va - Vb - Vi) ²	11.835.869.371,20	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = ((III a + III b) / Vi) * 100	4.908.190.586,43	41,47%
LIMITE MÁXIMO (incisos, I, II e III, art.20 da LRF) (VIII)	6.391.369.460,45	54,00%
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) (IX)	6.071.800.987,43	51,30%
LIMITE LRFM (§1º, art. 19 da LRFM) (X)	5.917.934.685,60	50,00%
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) (XI)	5.752.232.514,40	48,60%

FONTE: Sistema de Gestão Pública

NOTA:

1) Incluídas as despesas liquidadas com a Fundação Estatal de Atenção à Saúde – FEAS, classificadas em Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (exceto elemento 34). A partir de janeiro de 2025 estão sendo incluídas somente os valores destinados ao pagamento da folha de pessoal e classificadas na conta 8.6.3.3.2 – Despesa com Pessoal nas entidades com contrato de gestão;

2) Excluída a dedução referente ao IRRF conforme Lei Complementar nº 178/2021 que incluiu o § 3º no art. 18 da LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal;

3) Para fins da apuração do limite da despesa com pessoal, não estão computados na base de cálculo da receita corrente líquida os valores pertencentes ao Fundo de Urbanização de Curitiba - FUC e que sejam destinados ao pagamento dos contratos de concessão do serviço público de transporte, conforme §3º do Art. 14 da Lei Complementar Municipal nº 101/17 - LRFM;

MUNICÍPIO DE CURITIBA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JAN a ABR / 2025
CONSOLIDAÇÃO GERAL

RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2025		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	1.658.991.785,11	1.633.828.001,24	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-
Dívida Contratual	1.658.991.785,11	1.633.828.001,24	-	-
Empréstimos	1.238.435.373,30	1.228.429.231,80	-	-
Interna	353.783.602,50	329.422.803,44	-	-
Externa	884.651.770,80	899.006.428,36	-	-
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	-	-	-	-
Financiamentos	-	-	-	-
Interna	-	-	-	-
Externa	-	-	-	-
Parcelamento e Renegociação de dívidas	420.556.411,81	405.398.769,44	-	-
De Tributos	-	-	-	-
De Contribuições Previdenciárias	260.175.556,87	251.101.517,51	-	-
De Demais Contribuições Sociais	160.380.854,94	154.297.251,93	-	-
Do FGTS	-	-	-	-
Com Instituição Não financeira	-	-	-	-
Demais Dívidas Contratuais	-	-	-	-
Precatórios posteriores a 5/5/2000 (inclusive) – Vencidos e não Pagos	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-
DEDUÇÕES (II) ⁽¹⁾	4.406.196.071,86	5.290.808.120,45	-	-
Disponibilidade de Caixa	4.406.196.071,86	5.290.808.120,45	-	-
Disponibilidade de Caixa Bruta	4.705.341.068,29	5.604.967.153,57	-	-
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	(71.836.903,97)	(71.403.236,51)	-	-
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	(227.308.092,46)	(242.755.796,61)	-	-
Demais Haveres Financeiros	-	-	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II) ¹	(2.747.204.286,75)	(3.656.980.119,21)	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	11.654.288.334,32	11.923.345.871,50	-	-
(-) Transferências Obrigatórias da União Relativas às Emendas Individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	63.266.388,30	(63.266.388,30)	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	11.717.554.722,62	11.860.079.483,20	-	-
% da DC sobre a RCL (I / VI)	14,16%	13,78%	0,00%	0,00%
% da DCL sobre a RCL (III / VI)	-23,45%	-30,83%	0,00%	0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL (120%)	14.061.065.667,14	14.232.095.379,84	-	-
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - (108%)	12.654.959.100,43	12.808.885.841,86	-	-
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC				
Precatórios anteriores a 5.5.2000	-	-	-	-
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Não incluídos na DC)	98.212.674,51	98.212.674,51	-	-
Passivo Atuarial	22.041.770.859,97	22.041.770.859,97	-	-
RP Não-Processados	1.690.130.902,73	844.433.617,20	-	-
Antecipação de Receita Orçamentária - ARO	-	-	-	-
Dívida Contratual de PPP	-	-	-	-
Apropriação de depósitos Judiciais	-	-	-	-

FONTE: Sistema de Gestão Pública

MUNICÍPIO DE CURITIBA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JAN a ABR / 2025

RGF - ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º) R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2025		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
AOS ESTADOS (I)	-	-	-	-
Em Operações de Crédito Externas				
Em Operações de Crédito Internas				
AOS MUNICÍPIOS (II)	-	-	-	-
Em Operações de Crédito Externas				
Em Operações de Crédito Internas				
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)	239.865.070,00	239.865.070,00	-	-
Em Operações de Crédito Externas				
Em Operações de Crédito Internas	239.865.070,00	239.865.070,00	-	-
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)				
TOTAL DAS GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)	239.865.070,00	239.865.070,00	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	11.654.288.334,32	11.923.345.871,50	-	-
(-) Transferências Obrigatórias da União relativas às Emendas Individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (VII)	63.266.388,30	(63.266.388,30)	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VIII) = (VI - VII)	11.717.554.722,62	11.860.079.483,20	-	-
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	2,05%	2,02%	0,00%	0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL (22%)	2.577.862.039,00	2.609.217.486,00	-	-
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - (19,8%)	2.320.075.835,10	2.348.295.737,40	-	-

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2025		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DOS ESTADOS (VII)	-	-	-	-
Em Garantia às Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Em Garantia às Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
DOS MUNICÍPIOS (VIII)	-	-	-	-
Em Garantia às Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Em Garantia às Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (IX)	-	-	-	-
Em Garantia às Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Em Garantia às Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (X)	-	-	-	-
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XI) = (VII + VIII + IX + X)	-	-	-	-

FONTE: Sistema de Gestão Pública

Nota:
1) Inclui garantias concedidas por meio de Fundos.

MUNICÍPIO DE CURITIBA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JAN a ABR / 2025

RGF - ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c") R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	Valor Realizado	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	82.320.000,00	82.320.000,00
Mobiliária	-	-
Interna	-	-
Externa	-	-
Contratual	82.320.000,00	82.320.000,00
Interna	-	-
Empréstimos	-	-
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	-	-
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	-	-
Assunção Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	-	-
Operações de Crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação (I)	-	-
Externa	82.320.000,00	82.320.000,00
Empréstimos	82.320.000,00	82.320.000,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	-	-
Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços	-	-
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	-	-
Operações de Crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação (II)	-	-
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	11.923.345.871,50	-
(-) Transferências Obrigatórias da União relativas às Emendas Individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	(63.266.388,30)	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	11.860.079.483,20	
OPERAÇÕES VEDADAS	-	-
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	82.320.000,00	0,69%
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNA E EXTERNA	1.897.612.717,31	16,00%
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF)	1.707.851.445,58	14,40%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	-	0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA	830.205.563,82	7,00%
OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência
Parcelamento de Dívidas	-	-
De Tributos	-	-
De Contribuições Previdenciárias	-	-
Do FGTS	-	-
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas	-	-

FONTE: Sistema de Gestão Pública

NOTA:

MUNICÍPIO DE CURITIBA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DO LIMITE DOS SERVIÇOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA (PODER EXECUTIVO)
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JAN a ABR / 2025

RGF - (LRFM, art. 27) R\$ 1,00

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESA EXECUTADA NO PERÍODO		
		DESPESA LIQUIDADADA	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	TOTAL
SERVIÇO DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA	27.652.400,00	4.698.233,09	8.639.359,42	13.337.592,51
Serviço de Publicidade e Propaganda	27.652.400,00	4.698.233,09	8.639.359,42	13.337.592,51
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	27.652.400,00	4.698.233,09	8.639.359,42	13.337.592,51

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	11.923.345.871,50	-
TOTAL CONSIDERADO NA ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO (IV) = (Ia + III)	28.667.400,00	0,24%
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	13.337.592,51	0,11%
LIMITE GERAL DEFINIDO NA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 101/17 - LRFM	71.540.075,23	0,60%

FONTE: Sistema de Gestão Pública

NOTA:

- 1) Para maior Transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
 - b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em restos a pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

MUNICÍPIO DE CURITIBA - EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JAN a ABR / 2025

LRF, art. 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE
Receita Corrente Líquida	11.923.345.871,50
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	11.860.079.483,20
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	11.835.869.371,20

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Total da Despesa com Pessoal para fins de apuração do Limite - TDP	4.908.190.586,43	41,47%
Limite Máximo (Inciso I, II e III, art. 20 da LRF)	6.391.369.460,45	54,00%
Limite Prudencial (Par. Único, art. 22 da LRF)	6.071.800.987,43	51,30%
Limite LRFM (§1º, art. 19 da LRFM)	5.917.934.685,60	50,00%
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <%>	5.752.232.514,40	48,60%

DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Dívida Consolidada Líquida	(3.656.980.119,21)	-30,83%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	14.232.095.379,84	120,00%

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Total de Garantias Concedidas	239.865.070,00	2,02%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	2.609.217.486,00	22,00%

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Operações de Crédito Internas e Externas	82.320.000,00	0,69%
Limite Definido p/ Senado Federal para Op.de Crédito Internas e Externas	1.897.612.717,31	16,00%
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	0,00%
Limite Definido p/ Senado Federal para Op.de Crédito por Ant.da Receita	830.205.563,82	7,00%

SERVIÇOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA	VALOR	% SOBRE A RCL
Total de Despesa com Serviços de Publicidades e Propaganda	13.337.592,51	0,11%
Limite LRF (art. 27)	71.540.075,23	0,60%

FONTE: Sistema de Gestão Pública

NOTA:

Lista de Assinaturas

EDUARDO PIMENTEL SLAVIERO
Prefeito Municipal

VITOR ACIR PUPPI STANISLAWCZUK
Sec. Mun. de Planejamento, Finanças e Orçamento

CLAUDINEI NOGUEIRA
Diretor de Contabilidade
CRC Nº 042.556/O-2

BRUNO HERAKI PANDINI
Controlador Geral do Município



INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

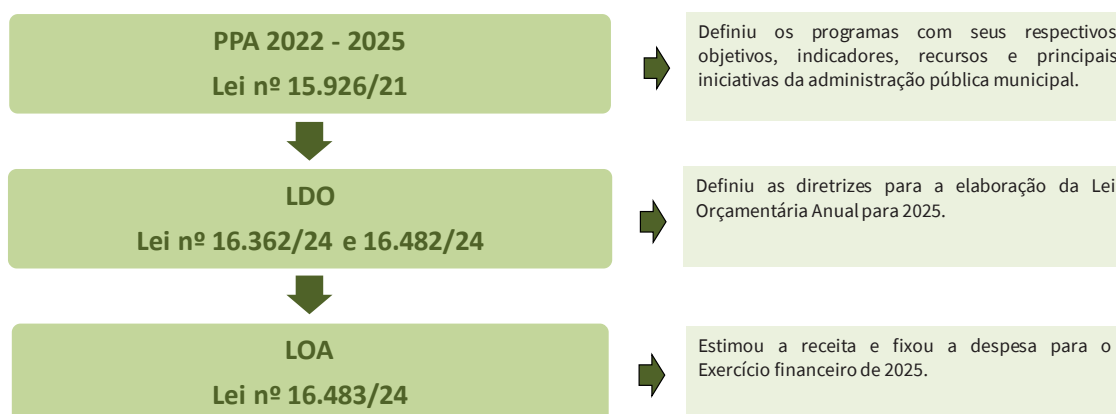
Apresentamos a seguir algumas informações complementares relativas ao período acumulado de JAN a ABR do exercício financeiro de 2025.

1. PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

O planejamento do setor público municipal é consolidado a partir de três instrumentos, conforme determina a Constituição Federal de 1988:

- 1) Plano Plurianual (PPA);
- 2) Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); e
- 3) Lei Orçamentária Anual (LOA).

Para o exercício de 2025, o sistema orçamentário de Curitiba foi estruturado da seguinte forma:



2. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - RECEITA E DESPESA

Para a contabilização da execução da receita e despesa (enfoque orçamentário) é utilizado o disposto no art. 35 da Lei Federal nº 4.320/1964, ou seja, as receitas arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas. Também são observadas as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCs TSP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e normas instituídas pelo Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) e Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), ambos da Secretaria do Tesouro Nacional.



2.1. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA

Uma adequada previsão das receitas é fundamental no processo orçamentário, uma vez que é a partir desses ingressos que o governo fixa suas despesas, definindo as prioridades para a aplicação dos recursos, em atendimento ao bem-estar social.

O adequado planejamento da receita se confirma no momento da execução, quando há coerência entre o valor arrecadado e o previsto no orçamento, embora a previsão da Lei Orçamentária Anual (LOA) possa sofrer alterações.

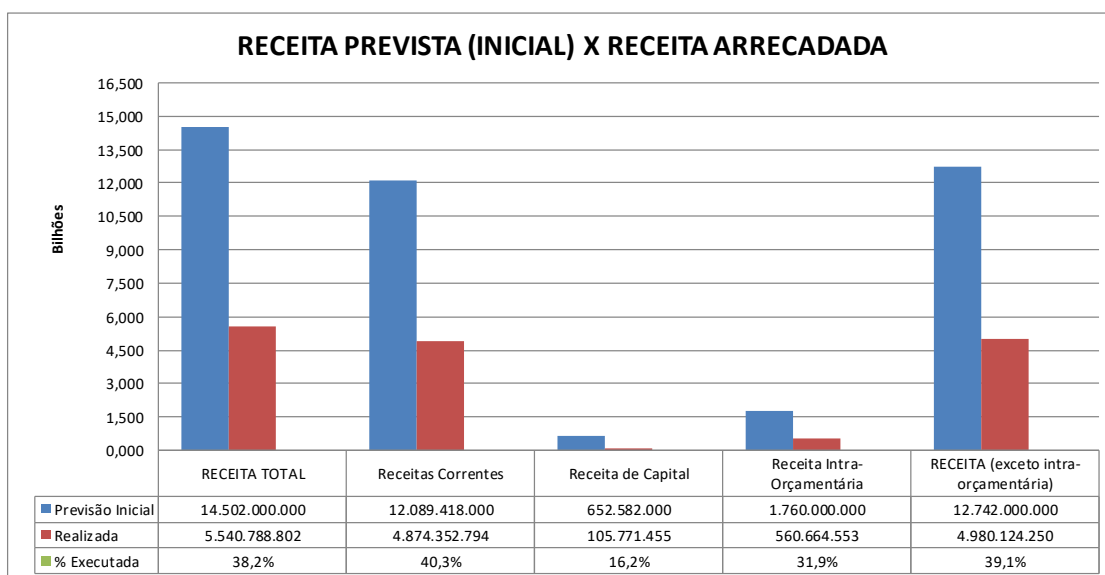
Até o bimestre de referência a receita orçamentária alcançou o montante de R\$ 5.540.788.802,27, correspondente a 38,21% em relação a previsão inicial contida na Lei Orçamentária Anual (LOA). As receitas correntes participaram com 87,97% das receitas orçamentárias, cabendo às receitas de capital a complementação de 1,91%. As receitas intraorçamentárias, ou seja, aquelas envolvendo transações dentro do próprio orçamento, corresponderam a 10,12% das receitas apropriadas no período.

A tabela e gráfico a seguir demonstram a execução das receitas até o bimestre de referência.

RECEITAS
Categoria Econômica

Descrição	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Realizada (c)	% (c/a)	% (c/b)
RECEITA TOTAL	14.502.000.000,00	14.551.048.195,62	5.540.788.802,27	38,2%	38,1%
Receitas Correntes	12.089.418.000,00	12.112.215.037,35	4.874.352.794,28	40,3%	40,2%
Receita de Capital	652.582.000,00	678.833.158,27	105.771.455,25	16,2%	15,6%
Receita Intra-Orçamentária	1.760.000.000,00	1.760.000.000,00	560.664.552,74	31,9%	31,9%
RECEITA (exceto intra-orçamentária)	12.742.000.000,00	12.791.048.195,62	4.980.124.249,53	39,1%	38,9%

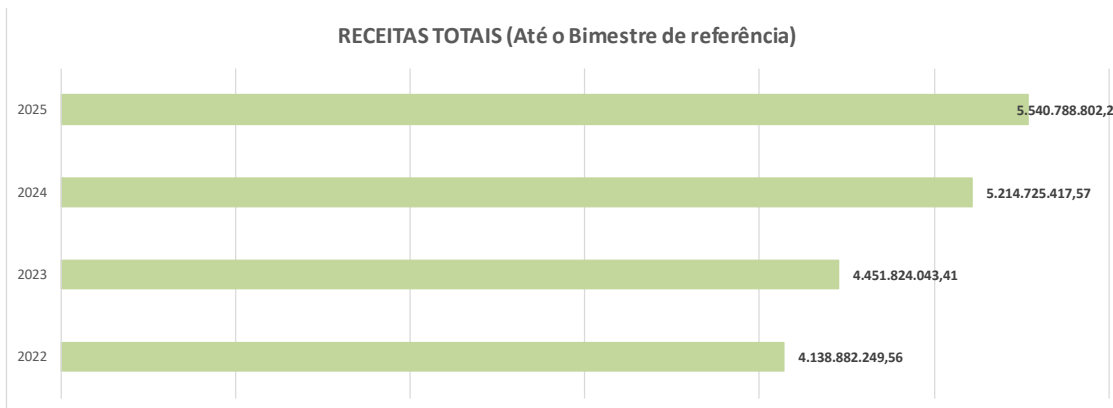
Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária





Relatório Resumido da Execução Orçamentária Relatório de Gestão Fiscal

Demonstramos a seguir a execução nominal das receitas nos últimos exercícios.



2.1.1. RECEITAS PRÓPRIAS

A principal origem de recursos próprios do município são as receitas tributárias que são as fontes de renda que derivam da arrecadação do ente municipal através dos Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria. Este recurso tem por finalidade o custeio das despesas públicas e suas necessidades de investimento.

A tabela e o gráfico a seguir destacam as receitas tributárias de competência do município e arrecadadas no período de referência.

RECEITAS TRIBUTÁRIAS

Descrição	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Realizada (c)	% (c/a)	% (c/b)
RECEITAS TRIBUTÁRIA (LÍQUIDAS)	5.628.654.000,00	5.628.654.000,00	2.301.189.590,11	40,9%	40,9%
IPTU	1.549.700.000,00	1.549.700.000,00	901.565.984,29	58,2%	58,2%
ITBI	621.645.000,00	621.645.000,00	190.590.247,34	30,7%	30,7%
ISS	2.395.000.000,00	2.395.000.000,00	857.098.970,31	35,8%	35,8%
IRRF	758.000.000,00	758.000.000,00	195.907.244,29	25,8%	25,8%
Taxas	304.100.000,00	304.100.000,00	156.011.060,79	51,3%	51,3%
Contribuição de Melhoria	209.000,00	209.000,00	16.083,09	7,7%	7,7%

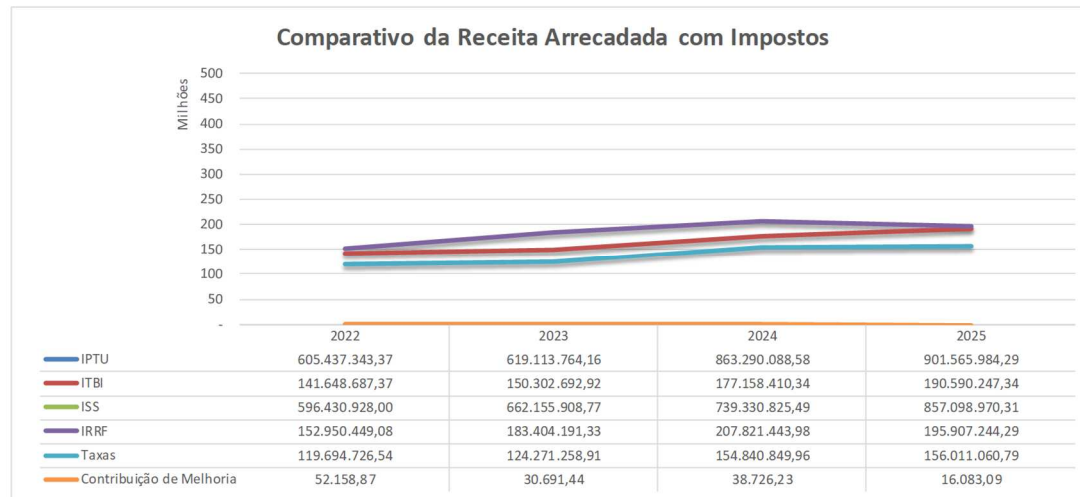
Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária





Relatório Resumido da Execução Orçamentária Relatório de Gestão Fiscal

Demonstramos a seguir a execução nominal das receitas tributárias nos últimos exercícios.



2.1.2. RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS

Parcela significativa da receita municipal é composta por transferências realizadas pelo Estado e pela União. Na ótica orçamentária, são recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado destinados a atender despesas de manutenção ou funcionamento relacionadas a uma finalidade pública específica, mas que não correspondam a uma contraprestação direta em bens e serviços a quem efetuou a transferência.

A tabela e gráfico a seguir destacam as receitas de transferências recebidas pelo município.

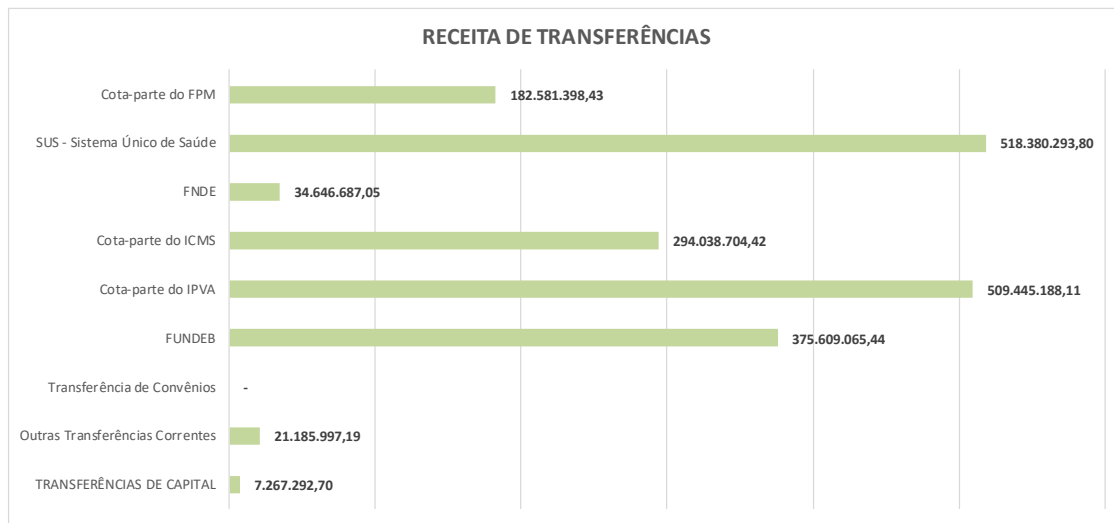
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS

Descrição	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Realizada (c)	% (c/a)	% (c/b)
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES (LÍQUIDAS)	4.785.688.000,00	4.785.688.000,00	1.935.887.334,44	40,5%	40,5%
Cota-parte do FPM	589.200.000,00	589.200.000,00	182.581.398,43	31,0%	31,0%
SUS - Sistema Único de Saúde	1.391.093.000,00	1.391.093.000,00	518.380.293,80	37,3%	37,3%
FNDE	94.385.000,00	94.385.000,00	34.646.687,05	36,7%	36,7%
Cota-parte do ICMS	861.600.000,00	861.600.000,00	294.038.704,42	34,1%	34,1%
Cota-parte do IPVA	699.200.000,00	699.200.000,00	509.445.188,11	72,9%	72,9%
FUNDEB	1.057.000.000,00	1.057.000.000,00	375.609.065,44	35,5%	35,5%
Transferência de Convênios	-	-	-	0,0%	0,0%
Outras Transferências Correntes	93.210.000,00	93.210.000,00	21.185.997,19	22,7%	22,7%
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	74.218.000,00	99.969.158,27	7.267.292,70	9,8%	7,3%
Transferências da União	61.848.000,00	86.160.182,67	6.219.337,50	10,1%	7,2%
Transferências do Estado	12.370.000,00	13.808.975,60	1.047.955,20	8,5%	7,6%
Outras Transferências de capital	-	-	-	0,0%	0,0%

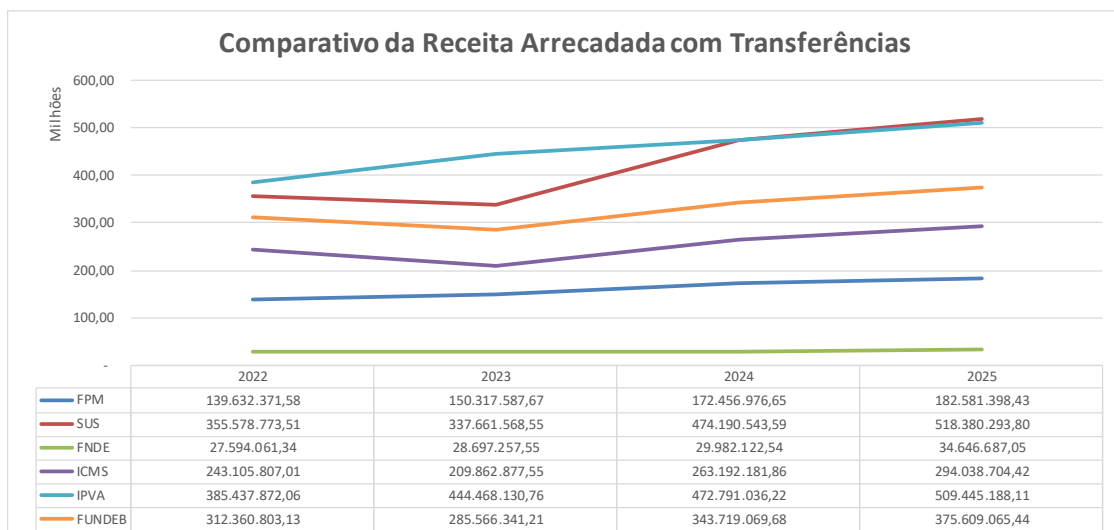
Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária



Relatório Resumido da Execução Orçamentária Relatório de Gestão Fiscal



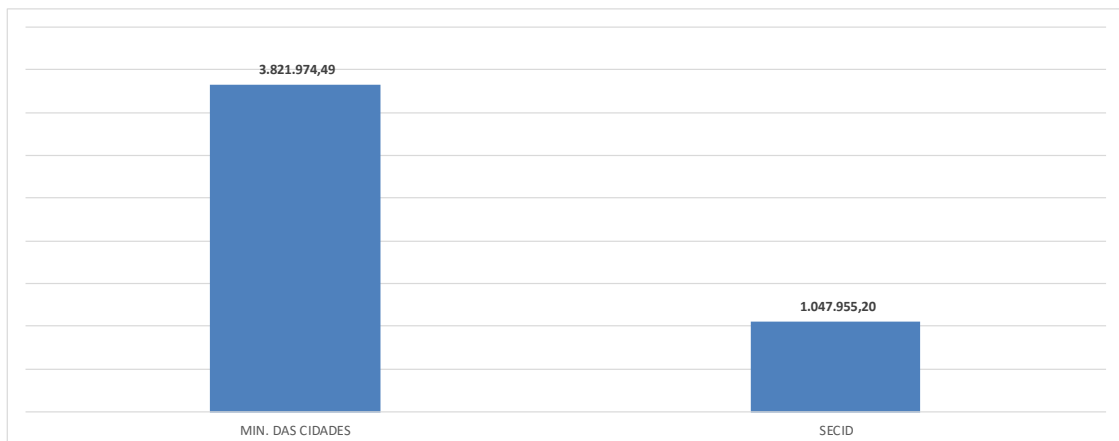
Demonstramos a seguir a execução nominal das principais receitas de transferências nos últimos exercícios.



2.1.3. RECEITAS DE CONVÊNIOS

Correspondem a transferências de Convênio, contratos de repasse e termos de parceria que são feitos entre o município e entidades governamentais dos demais entes da Federação, ou organizações não-governamentais, para transferência de recursos financeiros a serem utilizados na execução de um objetivo comum.

O gráfico a seguir demonstra o valor arrecadado até o bimestre de referência por órgão repassador.



2.1.4. RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Como fonte de financiamento para investimentos no Município de Curitiba temos os recursos classificados como “Receitas de Capital”. Estes recursos financeiros são oriundos da colocação de títulos públicos ou da contratação de empréstimos obtidos junto a entidades públicas ou privadas, internas ou externas. São espécies desse tipo de receita:

- Operações de Crédito Internas
- Operações de Crédito Externas

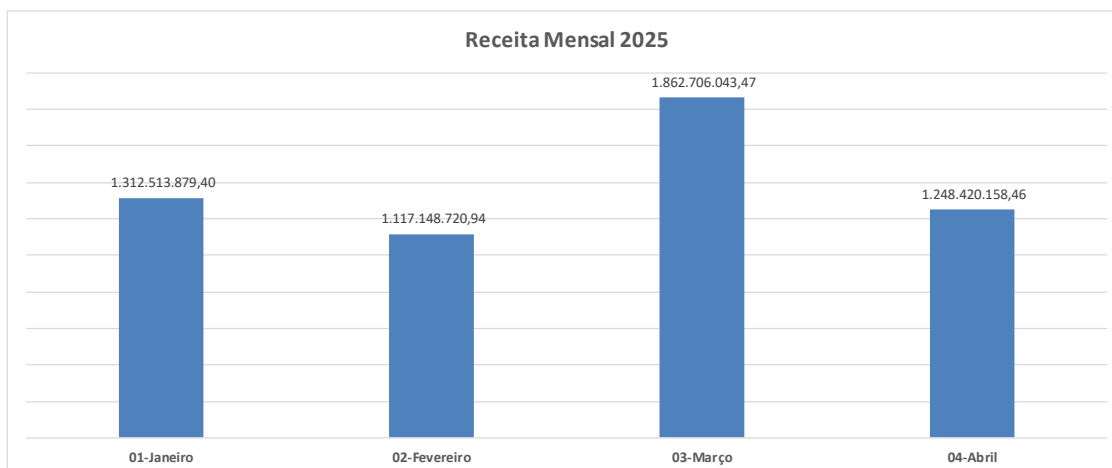
A tabela a seguir demonstra o valor arrecadado até o bimestre de referência segregando-os por órgão repassador.

Órgão Repassador	2021	2022	2023	2024	2025
Operação de Crédito Interna	40.000.000,00	35.000.000,00	26.000.000,00	-	-
Agência de Fomento do Paraná	-	-	-	-	-
BB - Banco do Brasil	-	-	-	-	-
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento	-	-	-	-	-
CEF - Caixa Econômica Federal	-	-	-	-	-
FDU	-	-	-	-	-
FINISA – Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento	40.000.000,00	35.000.000,00	26.000.000,00	-	-
Operação de Crédito Externa	-	-	-	26.250.000,00	82.320.000,00
AFD - Agência Francesa de Desenvolvimento	-	-	-	-	-
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento	-	-	-	26.250.000,00	82.320.000,00
NDB - New Development Bank	-	-	-	-	-
Total Geral	40.000.000,00	35.000.000,00	26.000.000,00	26.250.000,00	82.320.000,00

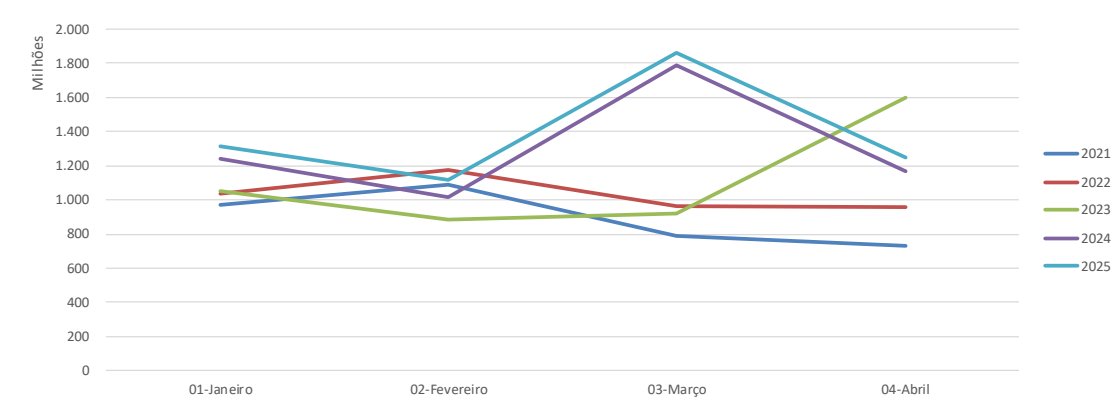
2.1.5. RECEITA MENSAL

A receita municipal nem sempre são arrecadadas de forma uniforme, sendo que sua sazonalidade demanda principalmente do vencimento dos tributos, municipal, estadual e federal. Esta verificação é de grande importância para o planejamento financeiros dos recursos que serão demandados junto as despesas públicas e investimentos realizados pelo município.

A demonstração a seguir permite comparar os valores que foram efetivamente arrecadados em cada um dos meses do presente exercício.



A demonstração a seguir permite comparar os valores nominais arrecadados em cada mês dos últimos exercícios.



2.2. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

Uma adequada fixação das despesas é fundamental no processo orçamentário. É a partir dessa fixação que o governo define as prioridades de aplicação dos recursos, visando atender às políticas públicas oriundas das demandas sociais.

O adequado planejamento da despesa se confirma no momento da execução, quando há coerência entre o valor fixado e o valor executado do orçamento, embora a fixação da Lei Orçamentária Anual - LOA possa sofrer alterações ao longo do exercício.

O empenho da despesa no período alcançou o montante de R\$ 4.339.396.155,17, correspondente a 29,92% em relação a fixação inicial contida na Lei Orçamentária Anual.

As despesas correntes correspondem a 82,62% das despesas realizadas no período, cabendo às despesas de capital o valor correspondente a 4,32%. A despesa intraorçamentária, ou seja, aquelas envolvendo transações dentro do próprio orçamento, correspondeu a 13,07% da despesa empenhada no período.

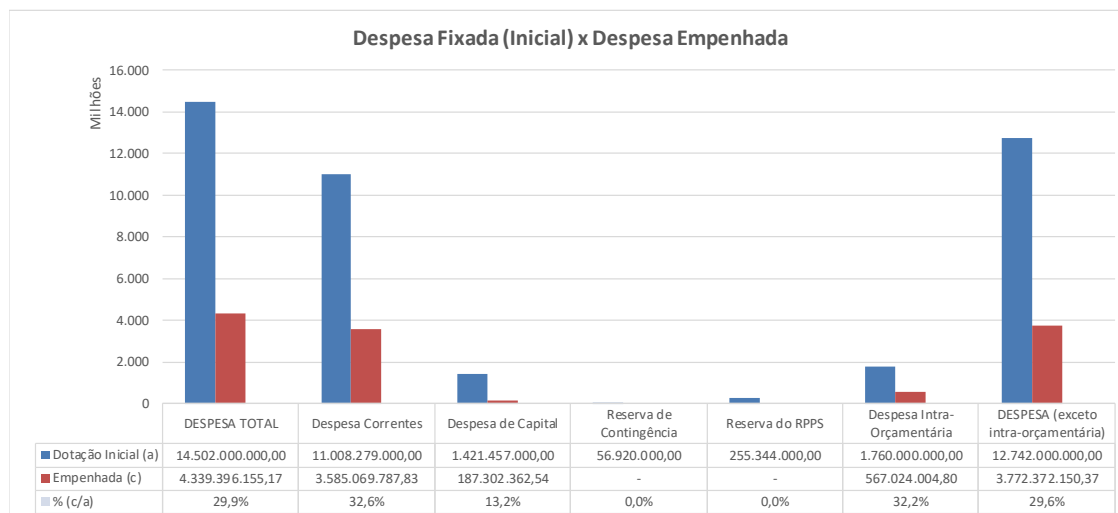


Relatório Resumido da Execução Orçamentária Relatório de Gestão Fiscal

A tabela e o gráfico a seguir apresentam o comparativo do total das despesas fixadas em confronto com a executada.

DESPESAS					
Categoria Econômica					
Descrição	Dotação Inicial (a)	Dotação Atualizada (b)	Empenhada (c)	% (c/a)	% (c/b)
DESPESA TOTAL	14.502.000.000,00	14.919.132.626,09	4.339.396.155,17	29,9%	29,1%
Despesa Correntes	11.008.279.000,00	11.340.094.193,39	3.585.069.787,83	32,6%	31,6%
Despesa de Capital	1.421.457.000,00	1.501.123.532,70	187.302.362,54	13,2%	12,5%
Reserva de Contingência	56.920.000,00	56.406.900,00	-	0,0%	0,0%
Reserva do RPPS	255.344.000,00	255.344.000,00	-	0,0%	0,0%
Despesa Intra-Orçamentária	1.760.000.000,00	1.766.164.000,00	567.024.004,80	32,2%	32,1%
DESPESA (exceto intra-orçamentária)	12.742.000.000,00	13.152.968.626,09	3.772.372.150,37	29,6%	28,7%

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária



2.2.1. DESPESA POR CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPO DE DESPESA

Assim como na receita orçamentária, a Lei nº 4.320/64 estabelece em seu art. 8º que os itens da discriminação da despesa orçamentária, mencionados no art. 13 da mesma lei, serão identificados por números de código decimal, na forma do Anexo IV daquela Lei, atualmente consubstanciados no Anexo II da Portaria Conjunta STN/SOF nº 163/2001.

Segundo esta codificação a despesa orçamentária é classificada em duas categorias econômicas, com os seguintes códigos:

Categoria Econômica
3 - Despesas Correntes
4 - Despesas de Capital

Complementando esta classificação temos o grupo de Natureza da Despesa que é um agregador de elementos de despesa orçamentária com as mesmas características quanto ao objeto de gasto, conforme discriminado a seguir:



Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Relatório de Gestão Fiscal

Grupo de Natureza da Despesa
1 - Pessoal e Encargos Sociais
2 - Juros e Encargos da Dívida
3 - Outras Despesas Correntes
4 – Investimentos
5 - Inversões Financeiras
6 - Amortização da Dívida

A seguir demonstramos a execução da despesa orçamentária por categoria econômica e grupo de despesa.

EXECUÇÃO DA DESPESAS

Categoria Econômica

Descrição	Dotação Inicial (a)	Dotação Atualizada (b)	Empenhada (c)	% (c/a)	% (c/b)
DESPESAS CORRENTES	11.008.279.000,00	11.340.094.193,39	3.585.069.787,83	32,6%	31,6%
Pessoal e Encargos Sociais	5.983.616.000,00	5.987.081.173,93	1.910.789.614,20	31,9%	31,9%
Juros e Encargos da Dívida	84.710.000,00	84.710.000,00	35.885.856,10	42,4%	42,4%
Outras Despesas Correntes	4.939.953.000,00	5.268.303.019,46	1.638.394.317,53	33,2%	31,1%
DESPESAS DE CAPITAL	1.421.457.000,00	1.501.123.532,70	187.302.362,54	13,2%	12,5%
Investimentos	1.085.354.000,00	1.145.121.087,24	91.355.926,66	8,4%	8,0%
Inversões Financeiras	164.967.000,00	184.866.445,46	40.990.769,46	24,8%	22,2%
Amortização da Dívida	171.136.000,00	171.136.000,00	54.955.666,42	32,1%	32,1%
DESPESA INTRA-ORÇAMENTÁRIA	1.760.000.000,00	1.766.164.000,00	567.024.004,80	32,2%	32,1%
Pessoal e Encargos Sociais	736.387.000,00	737.422.000,00	223.278.235,50	30,3%	30,3%
Juros e Encargos da Dívida	33.005.000,00	33.005.000,00	9.708.024,18	29,4%	29,4%
Outras Despesas Correntes	964.108.000,00	969.237.000,00	325.246.763,20	33,7%	33,6%
Investimentos	-	-	-	0,0%	0,0%
Amortização da Dívida	26.500.000,00	26.500.000,00	8.790.981,92	0,0%	0,0%

Consolidação das Categorias Econômicas (Exceto Intra-Orçamentária + Intra-Orçamentária)

Despesas Correntes	12.741.779.000,00	13.079.758.193,39	4.143.302.810,71	32,5%	31,7%
Pessoal e Encargos Sociais	6.720.003.000,00	6.724.503.173,93	2.134.067.849,70	31,8%	31,7%
Juros e Encargos da Dívida	117.715.000,00	117.715.000,00	45.593.880,28	38,7%	38,7%
Outras Despesas Correntes	5.904.061.000,00	6.237.540.019,46	1.963.641.080,73	33,3%	31,5%
Despesas de Capital	1.447.957.000,00	1.527.623.532,70	196.093.344,46	13,5%	12,8%
Investimentos	1.085.354.000,00	1.145.121.087,24	91.355.926,66	8,4%	8,0%
Inversões Financeiras	164.967.000,00	184.866.445,46	40.990.769,46	24,8%	22,2%
Amortização da Dívida	197.636.000,00	197.636.000,00	63.746.648,34	32,3%	32,3%

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária

A tabela a seguir permite comparar os valores nominais dos valores empenhados conforme os grupos de despesas nos últimos exercícios.

Descrição	2022	2023	2024	2025
Pessoal e Encargos Sociais	1.615.881.729,13	1.828.615.116,55	1.856.901.231,94	2.134.067.849,70
Juros e Encargos da Dívida	26.032.834,82	35.644.691,81	37.458.181,21	45.593.880,28
Outras Despesas Correntes	1.290.398.260,47	1.509.920.636,67	1.790.680.410,52	1.963.641.080,73
Investimentos	218.442.844,06	377.430.790,89	663.454.667,40	91.355.926,66
Inversões Financeiras	33.058.486,18	79.341.919,11	58.203.044,30	40.990.769,46
Amortização da Dívida	139.695.020,40	78.806.600,95	88.269.667,31	63.746.648,34
Total	3.323.509.175,06	3.909.759.755,98	4.494.967.202,68	4.339.396.155,17

Obs.: Valores Nominais.

2.3. RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

No período a receita orçamentária alcançou um montante de R\$ 5.540.788.802,27 e a despesa orçamentária empenhada alcançou um montante de R\$ 4.339.396.155,17. No confronto entre a execução da receita e despesa, no exercício de 2025, o resultado orçamentário apresentou um superávit de R\$ 1.201.392.647,10. Desconsiderando os empenhos vinculados a recursos de superávit financeiro de exercícios anteriores o resultado orçamentário ajustado apresentou um Superávit de R\$ 1.413.083.478,52.



Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Relatório de Gestão Fiscal

Foram abertos créditos com base no superávit financeiro de exercícios anteriores no valor de R\$ 368.084.430,47, sendo empenhados o valor de R\$ 211.690.831,42. Estes recursos foram fonte para abertura de créditos adicionais, que por motivo legal, não podem ser demonstrados como parte dos itens do Balanço Orçamentário que integram o cálculo do resultado orçamentário. O superávit financeiro não é receita do exercício de referência, pois já o foi no exercício anterior, mas constitui disponibilidade para utilização no exercício atual. Por outro lado, as despesas executadas à conta do superávit financeiro são despesas do exercício de referência, tendo em vista o disposto no Art. 35 da Lei 4.320/64. Com base no exposto, segue quadro explicativo do resultado orçamentário do período:

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO CONSOLIDADO

Descrição	Inicial (a)	Atualizada (b)	Executada (c)	% (c/a)	% (c/b)
RECEITAS	14.502.000.000,00	14.551.048.195,62	5.540.788.802,27	38,2%	38,1%
DESPESAS	14.502.000.000,00	14.919.132.626,09	4.339.396.155,17	29,9%	29,1%
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	-	(368.084.430,47)	1.201.392.647,10	0,0%	-326,4%
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	368.084.430,47	211.690.831,42	0,0%	57,5%
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO AJUSTADO	-	-	1.413.083.478,52	0,0%	0,0%

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária

O resultado previdenciário do RPPS, apresentado no período e considerando os aportes destinados ao RPPS, corresponde a um déficit de R\$ 113.595.878,42 conforme demonstrado abaixo.

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO PREVIDENCIÁRIO - RPPS

Descrição	Inicial (a)	Atualizada (b)	Executada (c)	% (c/a)	% (c/b)
RECEITAS	2.459.570.000,00	2.459.570.000,00	848.851.765,77	34,5%	34,5%
DESPESAS	2.459.570.000,00	2.459.570.000,00	735.255.887,35	29,9%	29,9%
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	-	-	113.595.878,42		

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária

A tabela abaixo demonstra o resultado orçamentário por entidade, bem como a necessidade de repasse do tesouro municipal através de interferências financeiras.

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO POR ENTIDADES

Descrição	Receita Realizada	Despesa Empenhada	Resultado Orçamentário	Transf. Finan. (Recebidas e Repassadas)	Resultado Orçamentário Ajustado
Câmara Municipal de Curitiba	-	68.715.408,61	-68.715.408,61	80.516.496,44	11.801.087,83
Instituto Municipal de Administração Pública	2.565.594,68	11.390.393,24	-8.824.798,56	6.442.445,66	-2.382.352,90
Instituto Municipal de Turismo	797.119,37	4.271.587,91	-3.474.468,54	1.658.946,17	-1.815.522,37
Fundação Cultural de Curitiba	509.349,34	34.774.163,99	-34.264.814,65	26.569.979,51	-7.694.835,14
Fundação de Ação Social	224.111,38	53.705.239,51	-53.481.128,13	49.349.489,99	-4.131.638,14
Fundo de Urbanização de Curitiba	3.831.414,33	31.427.549,26	-27.596.134,93	10.684.551,74	-16.911.583,19
Fundo de Abastecimento Alimentar de Curitiba	37.674.628,49	40.414.815,83	-2.740.187,34	-	-2.740.187,34
Fundo Municipal da Saúde	528.427.119,53	1.079.305.216,91	-550.878.097,38	524.738.652,21	-26.139.445,17
Fundo Municipal da Cultura	156.492,18	9.021,66	147.470,52	-	147.470,52
Fundo Municipal de Assistência Social	5.940.470,26	38.318.947,51	-32.378.477,25	19.955.547,80	-12.422.929,45
Fundo Municipal de Defesa Civil	1.291,44	1.467,50	-176,06	1.467,50	1.291,44
Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social	3.343.322,42	2.417.242,68	926.079,74	6.799.501,47	7.725.581,21
Instituto de Pesquisa e Planej. Urbano de Curitiba	993.490,65	31.796.709,38	-30.803.218,73	16.788.979,52	-14.014.239,21
Prefeitura Municipal de Curitiba	4.107.472.632,43	2.207.592.503,83	1.899.880.128,60	-743.506.058,01	1.156.374.070,59
Instituto de Previdência dos Servid. Mun. Curitiba	848.851.765,77	735.255.887,35	113.595.878,42	-	113.595.878,42
Total	5.540.788.802,27	4.339.396.155,17	1.201.392.647,10	-	1.201.392.647,10



Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Relatório de Gestão Fiscal

2.4. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - DESPESA POR FUNÇÕES

O Demonstrativo por Funções tem por objetivo informar as despesas realizadas pelo ente no período, apresentando-as em termos de classificação funcional, que são agregadas em diversas áreas de atuação do setor público, nas esferas legislativa, executiva e judiciária.

EXECUÇÃO DA DESPESAS Por Funções

Descrição	Inicial (a)	Atualizada (b)	Executada (c)	% (c/a)	% (c/b)
DESPESA TOTAL	14.502.000.000,00	14.919.132.626,09	4.339.396.155,17	29,9%	29,1%
LEGISLATIVA	242.000.000,00	242.000.000,00	68.715.408,61	28,4%	28,4%
ESSENCIAL À JUSTIÇA	92.425.000,00	92.425.000,00	27.679.175,26	29,9%	29,9%
ADMINISTRAÇÃO	981.890.000,00	984.990.670,46	325.376.576,68	33,1%	33,0%
DEFESA NACIONAL	-	-	-	0,0%	0,0%
SEGURANÇA PÚBLICA	255.247.000,00	250.832.000,00	75.491.505,26	29,6%	30,1%
ASSISTÊNCIA SOCIAL	569.307.000,00	652.341.873,86	138.359.846,93	24,3%	21,2%
PREVIDÊNCIA SOCIAL	3.095.940.000,00	3.095.940.000,00	1.037.249.057,06	33,5%	33,5%
SAÚDE	3.075.858.000,00	3.194.259.958,61	1.072.194.261,78	34,9%	33,6%
TRABALHO	5.260.000,00	5.804.800,00	154.290,71	2,9%	2,7%
EDUCAÇÃO	2.750.557.000,00	2.764.716.533,43	773.975.820,68	28,1%	28,0%
CULTURA	102.821.000,00	112.879.965,42	32.361.412,81	31,5%	28,7%
DIREITO DA CIDADANIA	5.468.000,00	20.574.080,00	5.895.428,35	107,8%	28,7%
URBANISMO	1.478.540.000,00	1.589.643.106,56	325.965.327,66	22,0%	20,5%
HABITAÇÃO	76.730.000,00	77.010.900,15	9.917.242,68	12,9%	12,9%
SANEAMENTO	443.227.000,00	448.507.000,00	151.217.482,82	34,1%	33,7%
GESTÃO AMBIENTAL	302.774.000,00	329.683.275,94	69.095.902,98	22,8%	21,0%
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	1.725.000,00	4.120.000,00	1.318.514,68	76,4%	32,0%
INDÚSTRIA	250.000,00	250.000,00	-	-	0,0%
COMÉRCIO E SERVIÇOS	62.696.000,00	69.249.116,02	19.132.329,15	30,5%	27,6%
DESPORTO E LAZER	77.616.000,00	80.101.971,63	24.185.306,14	31,2%	30,2%
ENCARGOS ESPECIAIS	569.405.000,00	592.051.474,01	181.111.264,93	31,8%	30,6%
RESERVAS	312.264.000,00	311.750.900,00	-	0,0%	0,0%

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária

3. RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

A definição de Receita Corrente Líquida está prevista na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, art. 2º, inciso IV. Sua apuração serve como base para o cálculo da reserva de contingência e dos limites da despesa total com pessoal, da dívida pública, das garantias e contragarantias e das operações de crédito.

O demonstrativo serve de base de cálculo para apuração dos limites do Relatório de Gestão Fiscal do Município de Curitiba, tendo apresentado os seguintes valores para o bimestre de referência:

ESPECIFICAÇÃO	2025 2º Bimestre
RECEITAS CORRENTES (I)	13.246.587.021,72
RECEITA TRIBUTÁRIA	5.640.026.712,44
IPTU	1.569.962.039,96
ISS	2.474.452.348,74
ITBI	621.439.356,69
IRRF	673.771.898,84
Outras Receitas Tributárias	300.401.068,21
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	675.588.344,58
RECEITA PATRIMONIAL	752.508.331,87
RECEITA DE SERVIÇOS	141.685.256,27
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.689.231.485,38
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	347.546.891,18
DEDUÇÕES (II)	1.323.241.150,22
CONTR. PLANO SEG. SOCIAL SERVIDOR	518.131.903,20
COMPENS. FINANC. ENTRE REG. DE PREVIDÊNCIA	56.522.587,84
RENDIMENTO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS PREVIDENCIÁRIOS	223.997.045,03
DEDUÇÃO DA REC. P/ FORMAÇÃO DO FUNDEB	524.589.614,15
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I - II)	11.923.345.871,50
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF)	63.266.388,30
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO	11.860.079.483,20
(-) serviço do sistema de transporte coletivo - FUC - §3º do Art. 14 da Lei Complementar Municipal nº 101/17 - LRFM	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	400.000,00
(-) Transferências da União relativas a remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11) (VII)	23.810.112,00
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais (VIII)	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL	11.835.869.371,20

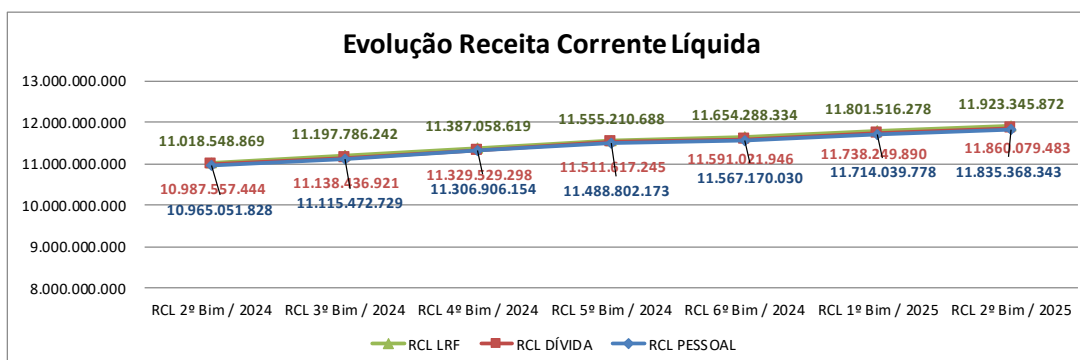


Com a edição da Lei Complementar Municipal nº 101/2017 - LRFM o Município de Curitiba passou a deduzir da base de cálculo da receita corrente líquida, para fins do limite da despesa com pessoal, os valores pertencentes ao Fundo de Urbanização de Curitiba - FUC que sejam destinados ao pagamento dos contratos de concessão do serviço público de transporte.

A Lei 15.904/2021 alterou a forma de contabilização dos recursos destinados ao transporte coletivo, estabelecendo que os ingressos de recursos financeiros no Fundo de Urbanização de Curitiba provenientes da arrecadação da tarifa cobrada dos usuários do transporte coletivo urbano e o produto de comercialização de vale transporte não constituem receitas do Fundo de Urbanização de Curitiba, devendo ser repassados aos operadores do transporte coletivo em conformidade com o que disciplinam os contratos administrativos. Após o prazo de decadência ou prescrição para a utilização dos créditos do transporte coletivo pelos usuários dos serviços, as entradas financeiras estão sendo apropriadas como receitas do FUC e fazem parte da Receita Corrente Líquida – RCL para fins do cálculo de pessoal.

Também estão incluídas como a dedução, na Receita Corrente Líquida – RCL para fins do cálculo de pessoal, as transferências recebidas para pagamentos dos vencimentos dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias conforme §11 do art. 198 da CF.

O gráfico abaixo demonstra a evolução da RCL nos últimos bimestres.



4. RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL

4.1. RESULTADO PRIMÁRIO

O resultado primário surge do confronto de receitas e despesas primárias no exercício, ou seja, excluída as parcelas referentes aos juros nominais incidentes sobre a dívida líquida. Sua apuração fornece uma avaliação do impacto da política fiscal nas contas públicas. Os superávits primários contribuem para a redução da dívida líquida. Em contrapartida, os déficits primários indicam a parcela do aumento da dívida líquida resultante do financiamento de gastos primários (despesas não financeiras) que ultrapassam as receitas primárias (receitas não financeiras).

No período de referência o resultado primário (sem RPPS) teve um superávit de R\$



Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Relatório de Gestão Fiscal

762.080.436,14 (Acima da Linha), sendo superior aos valores do serviço da dívida (amortização e os juros e encargos) de R\$ 111.013.484,03, não havendo, em tese, necessidade de financiamento pelo município.

Descrição	Valor
RECEITA PRIMÁRIA	4.458.818.155,44
DESPESA PRIMÁRIA	3.696.737.719,30
RESULTADO PRIMÁRIO (sem RPPS) - Acima da Linha	762.080.436,14

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária

4.2. RESULTADO NOMINAL

O resultado nominal é o conceito fiscal mais amplo e representa a diferença entre o fluxo agregado de receitas totais (inclusive de aplicações financeiras) e de despesas totais (inclusive despesas com juros), num determinado período. Essa diferença corresponde à necessidade de financiamento.

No período de referência o resultado nominal (sem RPPS) foi de R\$ 867.291.343,66 (abaixo da Linha), ou seja, diminuiu este valor da Dívida Fiscal Líquida.

ABAIXO DA LINHA		
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	SALDO	
	Em 31 Dez 2024 (a)	Em 30 Abr 2025 (b)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXX)	1.658.991.785,11	1.633.828.001,24
DEDUÇÕES (XL)	4.406.249.375,00	5.290.841.664,74
Disponibilidade de Caixa	4.406.249.375,00	5.290.841.664,74
Disponibilidade de Caixa Bruta	4.705.341.068,29	5.604.967.153,57
(-) Restos a Pagar Processados (XLI)	(71.836.903,97)	(71.403.236,52)
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	(227.254.789,32)	(242.722.252,31)
Demais Haveres Financeiros	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLI) = (XXXX - XL)	(2.747.257.589,89)	(3.657.013.663,50)
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIib)		909.756.073,61
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL		VALOR CORRENTE
META FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PI O EXERCÍCIO DE 2025		(454.919.069,00)
AJUSTE METODOLÓGICO	Em 30 Abr 2025	
VARIAÇÃO DO SALDO DE RPP (XLIV) = (XLIIa - XLIib)	(433.667,45)	
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (X)	-	
VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)	(42.064.180,12)	
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)	-	
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)	-	
DOUTROS AJUSTES (XLIX) ²	33.117,62	
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha (L) = (XLIII + (XLIV - XLV + XLVI + XLVII + (XLVIII) +/- (XLIX))	867.291.343,66	

5. RESTOS A PAGAR

Um dos princípios orçamentários previsto na Constituição Federal de 1988 é o princípio da anualidade, que determina a vigência do orçamento somente para o exercício ao qual se refere. Entretanto, a Lei 4.320 determina que se consideram Restos a Pagar as despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas das não processadas.

Desse modo, a despesa orçamentária empenhada que não for paga até o dia 31 de dezembro será considerada como Restos a Pagar. Entende-se por Restos a Pagar Processados aqueles resultantes de despesas orçamentárias liquidadas e não pagas. Já os Restos a Pagar não Processados são aqueles cujo empenho foi legalmente emitido, mas depende ainda da fase

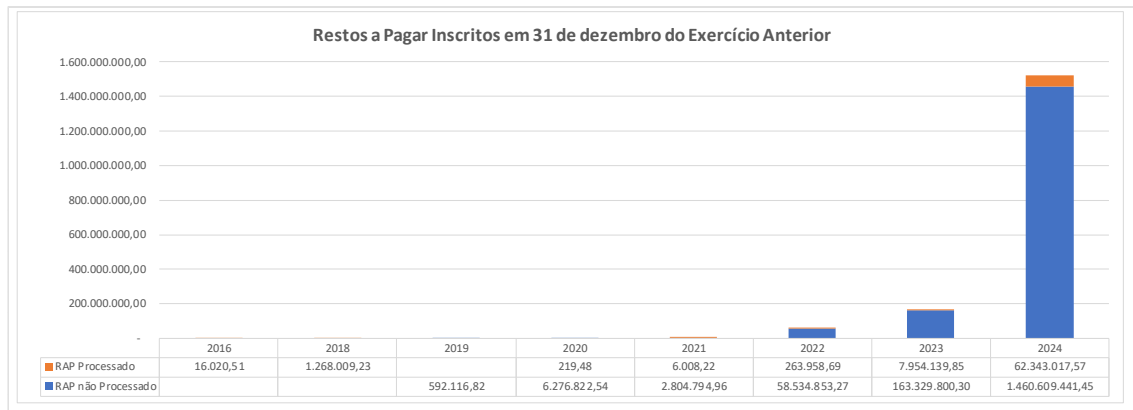


Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Relatório de Gestão Fiscal

de liquidação. A liquidação consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.

Em 31/12/2024 foram inscritos R\$ 1.763.999.202,89 referente a Restos a Pagar, sendo R\$ 71.851.373,55 processados e R\$ 1.692.147.829,34 não processados. O montante correspondente ao saldo de 2016 a 2024. A distribuição por exercício e entidade podem ser verificadas nos gráficos abaixo:



A tabela a seguir mostra as movimentações de restos a pagar no período de referência.

Ano	Restos a Pagar Processados				Restos a Pagar Não Processados				Saldo Total
	Proc. Inscritos	Proc. Pagos	Proc. Cancelado	Saldo RAP Proc.	NP Inscritos	NP Liquidados	NP Pagos	NP Cancelados	
2016	16.020,51	-	-	16.020,51	-	-	-	-	16.020,51
2017	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2018	1.268.009,23	-	-	1.268.009,23	-	-	-	-	1.268.009,23
2019	-	-	-	-	592.116,82	-	-	-	592.116,82
2020	219,48	-	-	219,48	6.276.822,54	57.617,53	57.617,53	689.044,43	5.530.380,06
2021	6.008,22	5.999,00	-	9,22	2.804.794,96	31.965,03	30.413,13	323.860,45	2.450.530,60
2022	263.958,69	52.084,61	274,08	211.600,00	58.534.853,27	8.094.163,16	8.094.163,16	515.742,41	50.136.547,70
2023	7.954.139,85	7.925.713,05	-	28.426,80	163.329.800,30	40.598.663,64	39.598.996,50	12.659.179,73	111.100.050,87
2024	62.343.017,57	62.339.747,96	1.888,93	2.380,68	1.460.609.441,45	720.572.496,32	700.680.569,36	63.177.887,51	696.804.165,36
Total Geral	71.851.373,55	70.322.544,62	2.163,01	1.526.665,92	1.692.147.829,34	769.354.905,68	748.461.759,68	77.314.914,53	867.897.821,05

Em 30/04/2025 o saldo existente de restos a pagar correspondem ao valor de R\$ 867.897.821,05, sendo demonstrado sua composição por órgão na tabela a seguir.

Órgão	Saldo RAP
Prefeitura Municipal de Curitiba	789.962.044,47
Instituto de Pesquisa e Planej. Urbano de Curitiba	16.094.032,98
Fundação Cultural de Curitiba	2.486.355,75
Fundo Municipal da Saúde	13.720.592,44
Fundo de Urbanização de Curitiba	1.553.555,52
Fundo Municipal de Assistência Social	3.030.816,55
Fundação de Ação Social	1.487.956,80
Instituto Municipal de Turismo	4.242.309,21
Câmara Municipal de Curitiba	3.193.112,71
Fundo de Abastecimento Alimentar de Curitiba	9.240.114,21
Instituto de Previdência dos Servid. Mun. Curitiba	1.217.457,15
Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social	21.434.073,24
Instituto Municipal de Administração Pública	205.033,65
Fundo Municipal da Cultura	19.204,57
Fundo Municipal de Defesa Civil	11.161,80
Total Geral	867.897.821,05

6. LIMITE CONSTITUCIONAL COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

O Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE apresenta os recursos públicos destinados à educação, provenientes das receitas



resultantes de impostos e das receitas vinculadas ao ensino, as despesas com a MDE por vinculação de receita, os acréscimos ou decréscimos nas transferências do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, o cumprimento dos limites constitucionais e outras informações para controle financeiro.

A apresentação deste demonstrativo está prevista no ordenamento jurídico. O art. 72 da Lei nº 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB prevê a publicação nos relatórios expressos na Constituição. O art. 165 da Constituição determina a publicação até trinta dias após o encerramento de cada bimestre do Relatório Resumido da Execução Orçamentária. Adicionalmente, o art. 52 da Lei Complementar nº 101, de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, reafirma o prazo de publicação e informa a sua abrangência.

O Município aplicará, anualmente, em MDE, 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências. Portanto, a observação quanto ao cumprimento do limite mínimo é anual (final do exercício financeiro).

Segue abaixo resumo do cálculo do índice constitucional da Educação, apresentando o cálculo pela despesa liquidado, utilizada até o bimestre de referência, e o cálculo pela despesa empenhada que será utilizada ao final do exercício.

DESPESAS EMPENHADAS		
BASE DE CÁLCULO (Receita Líquida de Impostos)		3.384.311.473,21
APLICAÇÃO MÍNIMA CONSTITUCIONAL EM EDUCAÇÃO	25%	846.077.868,30
TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB		247.829.805,40
DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS - RECEITA DE IMPOSTOS		377.827.550,77
TOTAL DE DESPESAS		625.657.356,17
DEDUÇÕES NÃO CONSIDERADAS NO ÍNDICE		-22.327.019,38
DESPESAS CONSIDERADAS NO ÍNDICE		603.330.336,79
APLICAÇÃO CONSTITUCIONAL EM EDUCAÇÃO NO PERÍODO		17,83%

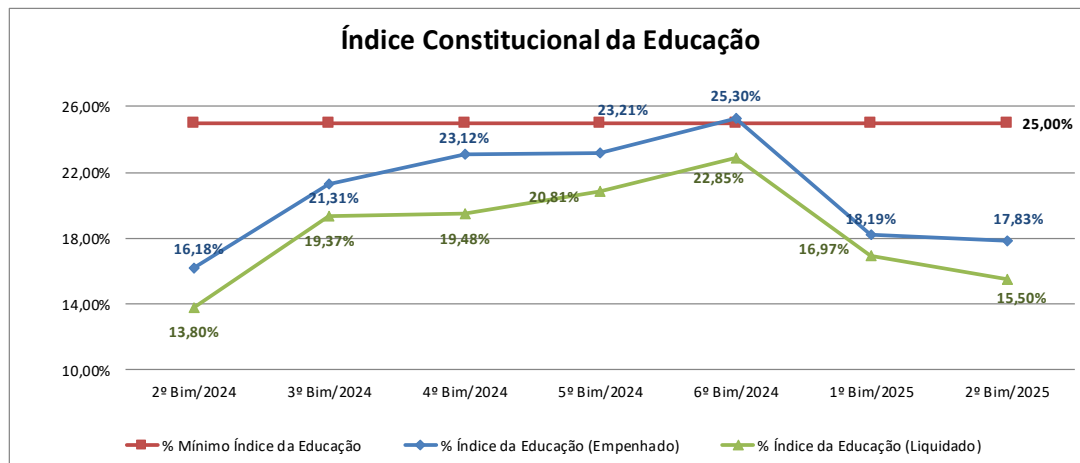
DESPESAS LÍQUIDADAS		
BASE DE CÁLCULO (Receita Líquida de Impostos)		3.384.311.473,21
APLICAÇÃO MÍNIMA CONSTITUCIONAL EM EDUCAÇÃO	25%	846.077.868,30
TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB		247.829.805,40
DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS - RECEITA DE IMPOSTOS		299.076.222,95
TOTAL DE DESPESAS		546.906.028,35
DEDUÇÕES NÃO CONSIDERADAS NO ÍNDICE		-22.327.019,38
DESPESAS CONSIDERADAS NO ÍNDICE		524.579.008,97
APLICAÇÃO CONSTITUCIONAL EM EDUCAÇÃO NO PERÍODO		15,50%

O gráfico abaixo demonstra a evolução do índice Constitucional da Educação nos últimos bimestres.



Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Relatório de Gestão Fiscal



Histórico investimento na educação:		no Exercício	no Exercício	no Exercício	Até o Bimestre
Descrição		2022	2023	2024	2025
Valor Referente aos Impostos:		1.601.762.501,43	1.681.735.916,84	1.964.533.878,70	603.330.336,79
Índice:		26,00%	25,16%	25,30%	17,83%
Valor total investido na educação (Função 12):		2.153.615.414,77	2.244.363.911,48	2.614.803.258,60	773.975.820,68

7. LIMITE CONSTITUCIONAL COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

Esse demonstrativo integra o RREO em cumprimento ao art. 35 da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, o qual determina que as receitas correntes e as despesas com ações e serviços públicos de saúde serão apuradas e publicadas em demonstrativo próprio que acompanhará o relatório de que trata o § 3º do art. 165 da Constituição Federal.

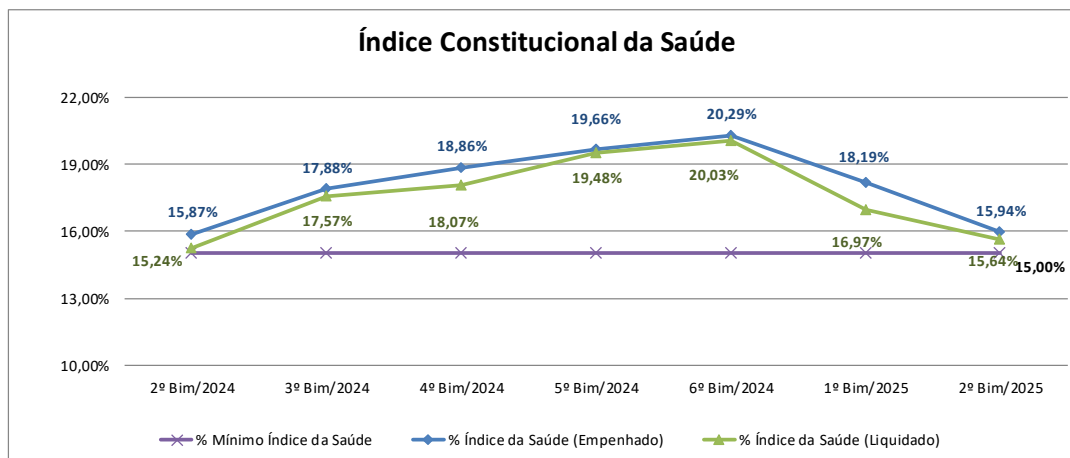
O Município aplicará, anualmente, em Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS), 15% (quinze por cento), no mínimo, das receitas resultantes de impostos, compreendida a proveniente de transferências. Portanto, a observação quanto ao cumprimento do limite mínimo é anual (final do exercício financeiro).

Segue abaixo resumo do cálculo do índice constitucional da Saúde, apresentando o cálculo pela despesa liquidado, utilizada até o bimestre de referência, e o cálculo pela despesa empenhada que será utilizada ao final do exercício.

DESPESAS EMPENHADAS		
BASE DE CÁLCULO (Receita Líquida de Impostos)		3.384.311.473,21
APLICAÇÃO MÍNIMA CONSTITUCIONAL EM SAÚDE	15%	507.646.720,98
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS)		540.076.126,34
DESPESAS NÃO COMPUTADAS		-540.345,19
DESPESAS CONSIDERADAS NO ÍNDICE		539.535.781,15
APLICAÇÃO CONSTITUCIONAL EM SAÚDE NO PERÍODO		15,94%
DESPESAS LIQUIDADAS		
BASE DE CÁLCULO (Receita Líquida de Impostos)		3.384.311.473,21
APLICAÇÃO MÍNIMA CONSTITUCIONAL EM SAÚDE	15%	507.646.720,98
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS)		529.718.797,64
DESPESAS NÃO COMPUTADAS		-540.345,19
DESPESAS CONSIDERADAS NO ÍNDICE		529.178.452,45
APLICAÇÃO CONSTITUCIONAL EM SAÚDE NO PERÍODO		15,64%



O gráfico abaixo demonstra a evolução do índice Constitucional da Saúde nos últimos bimestres.



Histórico investimento na saúde:				
Descrição	no Exercício 2022	no Exercício 2023	no Exercício 2024	Até o Bimestre 2025
Valor Referente aos Impostos:	1.016.668.049,75	1.495.527.781,84	1.562.994.571,18	539.535.781,15
Índice:	19,52%	22,57%	20,29%	15,95%
Valor total investido na saúde (Função 10):	1.949.327.531,33	2.934.138.076,24	3.269.617.035,15	1.000.721.694,50
% do orçamento investido na saúde:				

8. DESPESA COM PESSOAL

A Lei Complementar n.º 101, de 04/05/2000 estabelece que os gastos de Pessoal e Encargos Sociais do Poder Executivo Municipal durante o exercício não poderão exceder a 54% da Receita Corrente Líquida, calculada para o período de 12 meses e na forma estabelecida nos artigos 18 a 20 da referida Lei.

Foram incluídas as despesas liquidadas com a Fundação Estatal de Atenção à Saúde – FEAS, classificadas em Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (exceto elemento 34). A partir de janeiro de 2025 estão sendo incluídas somente os valores destinados ao pagamento da folha de pessoal e classificadas na conta 8.6.3.3.2 – Despesa com Pessoal nas entidades com contrato de gestão.

Não estão incluídas as receitas referentes ao IRRF conforme Lei Complementar n.º 178/2021 que incluiu o § 3º no art. 18 da LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal.

Incluídas como despesas não computadas os pagamentos dos vencimentos dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias conforme §11 do art. 198 da Constituição Federal.

O Quadro abaixo demonstra o cálculo da despesa com pessoal do Poder Executivo do bimestre de referência.

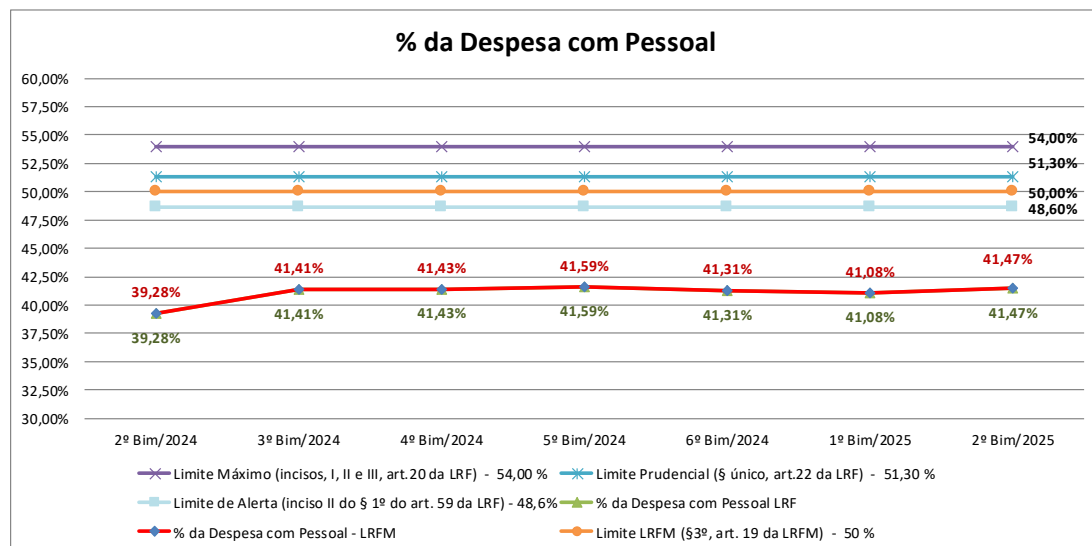


Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Relatório de Gestão Fiscal

ESPECIFICAÇÃO	2º Bim/2025
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	7.003.389.975,27
Pessoal Ativo	4.396.455.393,84
Pessoal Inativo e Pensionista	2.027.615.462,54
Outras desp. de pessoal dec. de contratos de terc. (art.18, §1º da LRF)	579.319.118,89
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1º do art.19 da LRF) (II)	2.095.199.388,84
Indenizações pro Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	198.950,04
Decorrente de Decisão Judicial	4.141.579,47
Despesas de Exercícios Anteriores	38.518.941,86
Inativos e Pensionistas com recursos vinculados	2.027.615.462,54
Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias com Recursos Vinculados (CF, art. 198, §11)	24.724.454,93
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	4.908.190.586,43
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	11.923.345.871,50
DEDUÇÃO DA RECEITA (SISTEMA DE TRANSPORTE COLETIVO (FUC) - LRFM + EMENDAS PARLAMENTARES)	87.977.528,30
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA FINS DA DESPESA COM PESSOAL - RCL (V)	11.835.368.343,20
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL	41,47%

O gráfico abaixo demonstra a evolução do limite da Despesa com Pessoal nos últimos bimestre.



9. DÍVIDA CONSOLIDADA

A Dívida Consolidada (DC) ou fundada, para fins fiscais, corresponde ao montante total das obrigações financeiras assumidas:

- a) pela realização de operações de crédito com a emissão de títulos públicos, para amortização em prazo superior a 12 (doze) meses (dívida mobiliária);
- b) pela realização de operações de crédito em virtude de leis, contratos (dívida contratual), convênios ou tratados, para amortização em prazo superior a 12 (doze) meses;



Relatório Resumido da Execução Orçamentária Relatório de Gestão Fiscal

c) com os precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos;

d) pela realização de operações de crédito de prazo inferior a 12 (doze) meses, que tenham constado como receitas no orçamento.

De acordo com a Constituição Federal, compete ao Senado Federal fixar, por proposta do Presidente da República, limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Compete também ao Senado Federal estabelecer limites globais e condições para o montante da dívida mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Atualmente esta fixação é definida pela RSF nº 40/2001.

Os limites globais para o montante da Dívida Consolidada Líquida de Estados e Municípios, não poderá exceder a 2 vezes a Receita Corrente Líquida, no caso dos Estados e do Distrito Federal, e 1,2 vezes a Receita Corrente Líquida, no caso dos Municípios.

O Quadro abaixo demonstra a Dívida Consolidada do bimestre de referência.

ESPECIFICAÇÃO	2º Bim/2024	2º Bim/2025
Dívida Consolidada	1.411.594.269,44	1.633.828.001,24
% DC sobre a RCL	12,85%	13,78%
Dívida Consolidada Líquida	(3.699.641.149,16)	(3.656.980.119,21)
% DCL sobre a RCL	-33,67%	-30,83%
Limite Definido pelo Senado Federal - Res. 40/01	13.222.258.642,34	14.308.015.045,80
% Definido pelo Senado Federal	120,00%	120,00%

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal

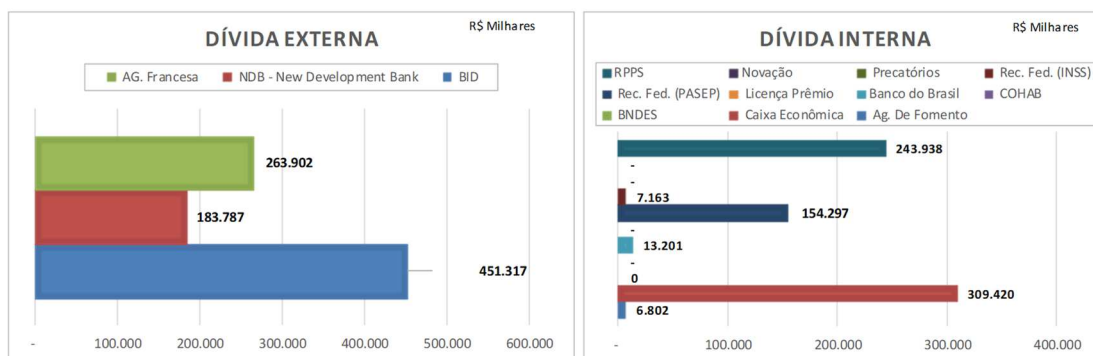
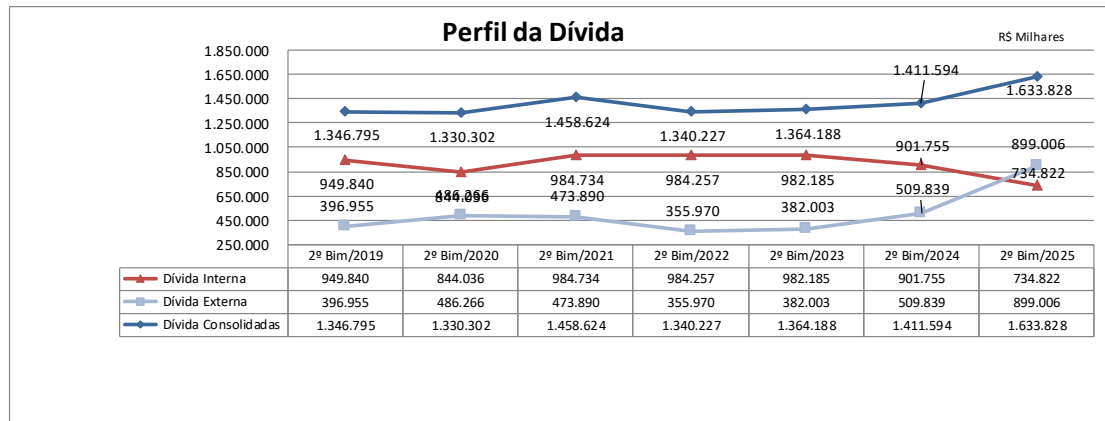
O gráfico abaixo demonstra a evolução dos limites da Dívida em relação a RCL nos últimos bimestres.





9.1. PERFIL DA DÍVIDA CONSOLIDADA

A seguir apresentamos o histórico do perfil Dívida Consolidada ou fundada, e a dívida do bimestre de referência separada em dívida externa e dívida interna, bem como a composição de cada uma.



9.2. OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DÍVIDA CONSOLIDADA

A seguir apresentamos os valores de obrigações não integrantes da dívida consolidada que, por serem relevantes, causam impacto na situação econômico-financeira do ente, embora não estejam considerados no conceito da dívida consolidada, segundo os critérios estabelecidos na legislação vigente.

9.2.1. PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos no câmputo da DC)

Representa o saldo do exercício anterior e do exercício de referência até o quadrimestre e corresponde aos precatórios emitidos posteriormente a 05/05/2000 que ainda não foram incluídos no orçamento ou que estejam incluídos no orçamento em curso e ainda não foram pagos.



Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Relatório de Gestão Fiscal

O quadro abaixo demonstra a movimentação do saldo dos precatórios durante o exercício até o quadrimestre de referência.

PRECATÓRIOS	SALDO INICIAL	INCLUSÃO	PAGAMENTOS	SALDO FINAL
TJ CIVEL PMC	57.998.261,87	-	-	57.998.261,87
TJ ALIMENTAR PMC	22.479.174,62	-	-	22.479.174,62
TJ PRECATÓRIOS ALIMENTARES IFMC	2.717.762,37	-	-	2.717.762,37
TRT PMC	14.107.879,21	-	-	14.107.879,21
TRT ALIMENTARES FAS	618.046,13	-	-	618.046,13
TRF PMC	291.550,31	-	-	291.550,31
TOTAL	98.212.674,51	-	-	98.212.674,51

9.2.2. PASSIVO ATUARIAL

Representa o saldo do Passivo Atuarial (Provisão Matemática Previdenciária), que é o total dos recursos necessários ao pagamento dos compromissos dos planos de benefícios, calculados atuarialmente, em determinada data, a valor presente, conforme parecer atuarial mais recente.

O quadro abaixo demonstra a movimentação do passivo atuarial nos últimos exercícios.

Passivo Atuarial

Descrição	2021	2022	2023	2024	2025
Provisões de Benefícios Concedidos	-14.047.827.397,77	-16.122.942.306,22	-17.386.461.161,22	-18.459.797.560,15	-18.459.797.560,15
Provisões de Benefícios a Conceder	-2.003.578.862,08	-2.839.968.636,38	-3.416.041.365,33	-3.581.973.299,82	-2.558.432.018,08
Plano de Amortização	12.452.764.185,45	13.404.348.087,60	0,00	0,00	0,00
Total	-3.598.642.074,40	-5.558.562.855,00	-20.802.502.526,55	-22.041.770.859,97	-21.018.229.578,23

Nesta conta estão os compromissos atuariais com os servidores públicos municipais, conforme Avaliação Atuarial do Município de Curitiba, para o exercício de 2024 contabilizada em março de 2025, de acordo com as premissas utilizadas no cálculo atuarial.

- 1) Benefícios Concedidos: representam os valores que o plano deve ter em seu ativo, calculado atuarialmente, a fim de garantir os benefícios aos servidores que já iniciaram o recebimento de suas aposentadorias, pensões e outros benefícios;
- 2) Benefícios a Conceder: representam os valores que o plano deve ter em seu ativo, calculado atuarialmente, a fim de garantir os benefícios futuros dos participantes que se encontram na fase de contribuição para o plano e constituição de suas reservas;
- 3) Plano para Amortização do Déficit Atuarial: aportes destinados, necessários para garantir o equilíbrio financeiro e atuarial de um plano de benefícios deficitário, observadas as normas legais e regulamentares;

A partir de 2023 ocorreram modificações importantes na contabilização das provisões matemáticas, além da exclusão de algumas contas, destaca-se a alteração da conta redutora do passivo “2.2.7.2.1.05.98” para uma conta do ativo “1.2.1.1.2.08.01”.



10. INDICADORES FINANCEIROS E FISCAIS

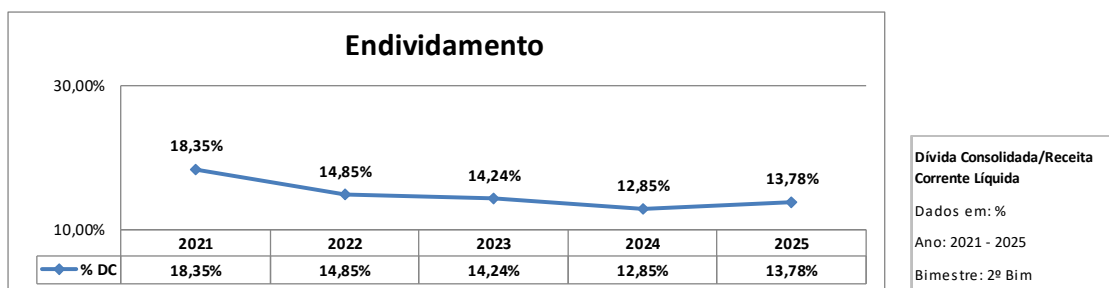
Apresentamos a seguir alguns indicadores financeiros e fiscais referentes ao Município de Curitiba.

10.1. ENDIVIDAMENTO

Indicador 1

Dívida Consolidada/Receita Corrente Líquida

A relação entre a Dívida Consolidada e a Receita Corrente Líquida avalia o nível de endividamento do Município. Este indicador mostra qual o percentual da Receita Corrente Líquida (RCL) de um exercício que seria consumido caso toda a Dívida Consolidada fosse paga.



10.2. POUPANÇA CORRENTE

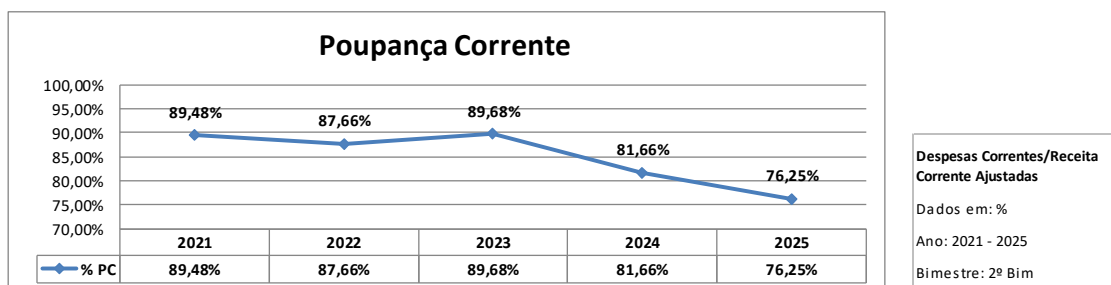
Indicador 2

Despesas Correntes/Receita Corrente Ajustadas

* Média ponderada dos últimos 3 exercícios

Este indicador procura verificar se o ente está fazendo poupança suficiente para absorver um eventual crescimento de suas despesas correntes acima do crescimento das receitas correntes.

Metodologia de cálculo: O indicador de Poupança Corrente terá como fontes de informação os Balanços anuais dos três últimos exercícios, e seu valor no ano t será o resultado da média ponderada da relação entre a Despesa Corrente e a Receita Corrente Ajustada dos exercícios anteriores.





10.3. LIQUIDEZ

Indicador 3

Obrigações Financeiras/Disponibilidade de Caixa Bruta

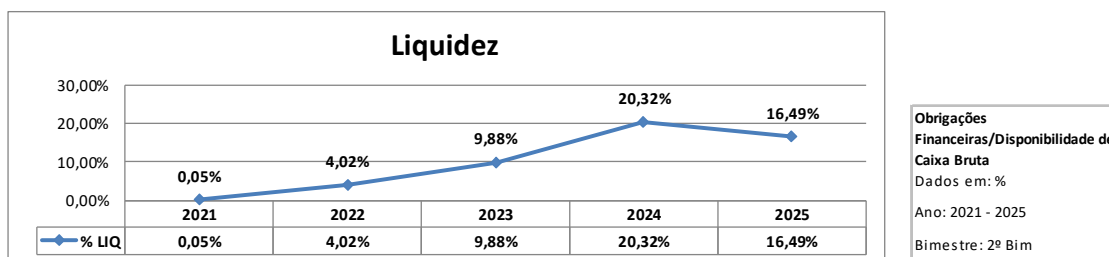
* Recursos não vinculados

Este indicador verifica se o ente tem um volume de recursos em caixa suficiente para honrar as obrigações financeiras já contraídas por ele.

Metodologia de cálculo: Ambos os valores necessários para a apuração do indicador são obtidos do “Anexo V do RGF - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa” do 3º quadrimestre do último exercício. Para acompanhamento bimestral está sendo utilizada a mesma metodologia e estão considerados apenas os valores das linhas referentes aos recursos não vinculados das seguintes contas:

“Disponibilidade de Caixa Bruta “

“OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS”

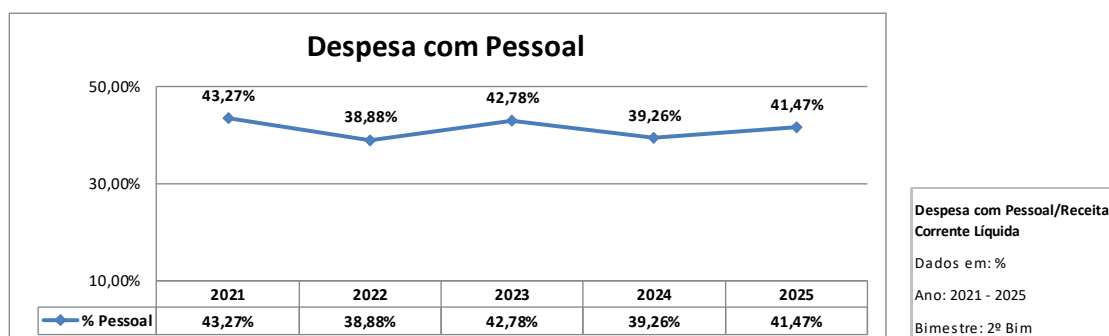


10.4. DESPESA DE PESSOAL

Indicador 4

Despesa com Pessoal/Receita Corrente Líquida

A Lei Complementar n.º 101, de 04/05/2000 estabelece que os gastos de Pessoal e Encargos Sociais do Poder Executivo Municipal durante o exercício não poderão exceder a 54 % da Receita Corrente Líquida, calculada para o período de 12 meses e na forma estabelecida nos artigos 18 a 20 da referida Lei.



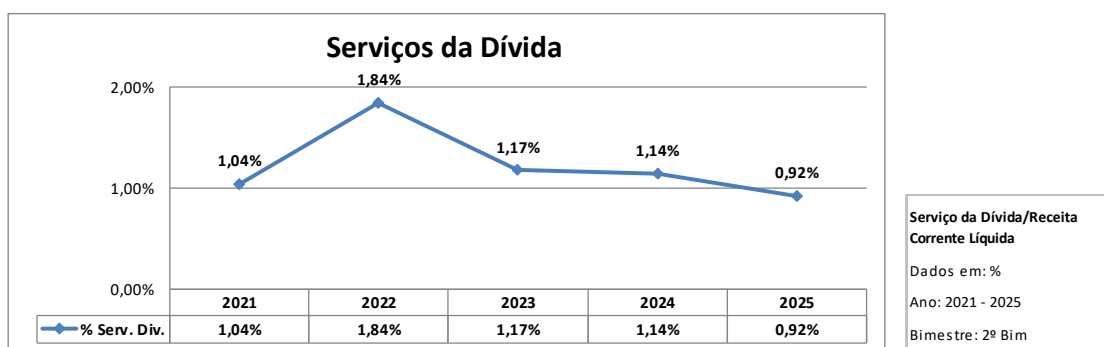


10.5. SERVIÇO DA DÍVIDA

Indicador 5

Serviço da Dívida/Receita Corrente Líquida

O comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada, inclusive relativos a valores a desembolsar de operações de crédito já contratadas e a contratar, não poderá exceder a 11,5% (onze inteiros e cinco décimos por cento) da receita corrente líquida (inciso II do art. 7º da RSF nº 43/2001). Este indicador também avalia a solvência fiscal do Município.

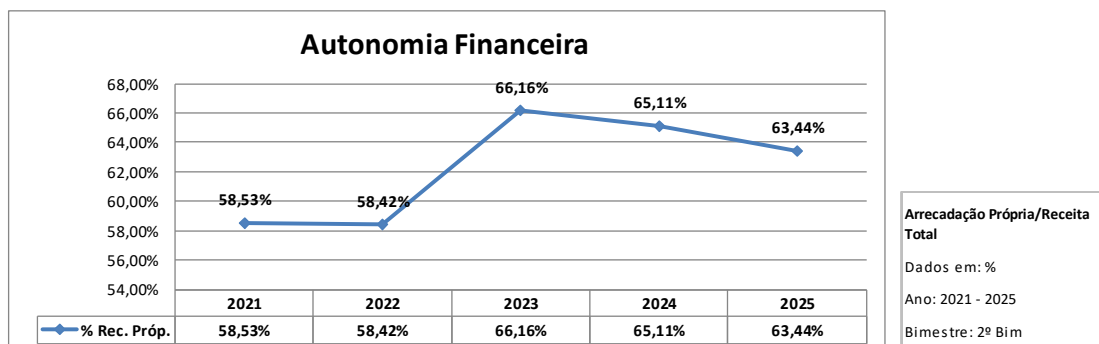


10.6. AUTONOMIA FINANCEIRA

Indicador 6

Arrecadação Própria/Receita Total

A arrecadação própria em relação à receita total (corrente mais capital) demonstra a autonomia fiscal do Município, ou seja, reflete a independência de transferências provenientes de Estados e União. Outro fator que deve ser considerado é o esforço do município em explorar a base tributária própria.





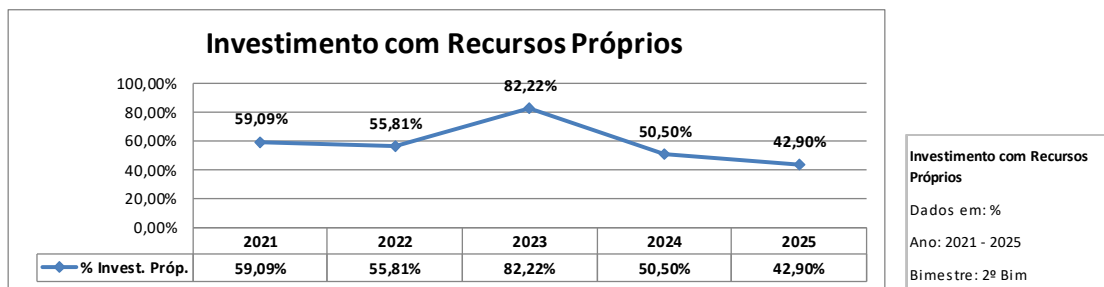
10.7. FINANCIAMENTO DOS INVESTIMENTOS

Indicador 7

Investimento com Recursos Próprios

Entende-se como investimentos com recursos próprios a diferença entre o total gasto pelo Município com investimentos e as receitas de transferências de capital e de operações de crédito. É importante ressaltar que não é uma apuração de fontes de recurso, mas apenas uma estimativa com dados agregados.

Elevados percentuais de investimentos realizados com recursos próprios representam baixa dependência de fontes de financiamento provenientes de terceiros. Consequentemente, Municípios que apresentam alto índice de investimento com fontes próprias financiam seus investimentos com menor impacto fiscal futuro, visto que recorrem a operações de crédito de modo mais sustentável.

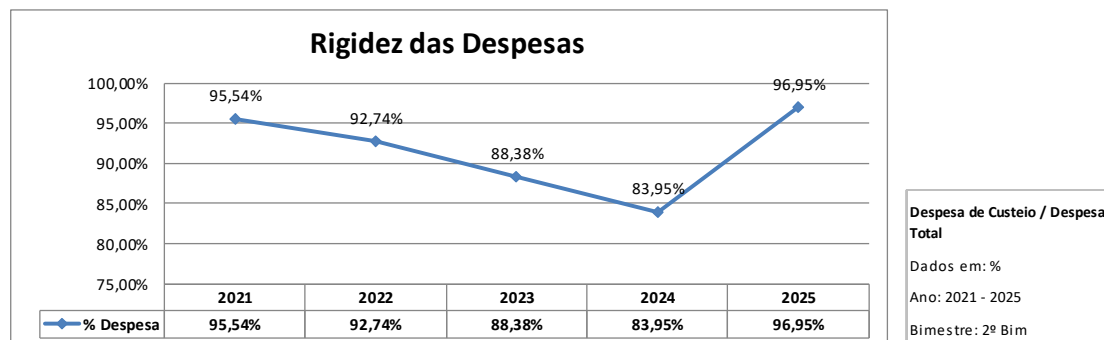


10.8. RIGIDEZ DAS DESPESAS

Indicador 8

Despesa de Custeio / Despesa Total

Consideram-se como despesas de custeio os gastos com pessoal, o serviço da dívida (encargos financeiros e amortizações da dívida) e outras despesas correntes. O objetivo deste indicador é identificar o percentual da despesa que apresenta alto nível de rigidez em relação às despesas totais (corrente e capital). Procura-se avaliar a flexibilidade fiscal, aspecto necessário para lidar com situações de contração fiscal.



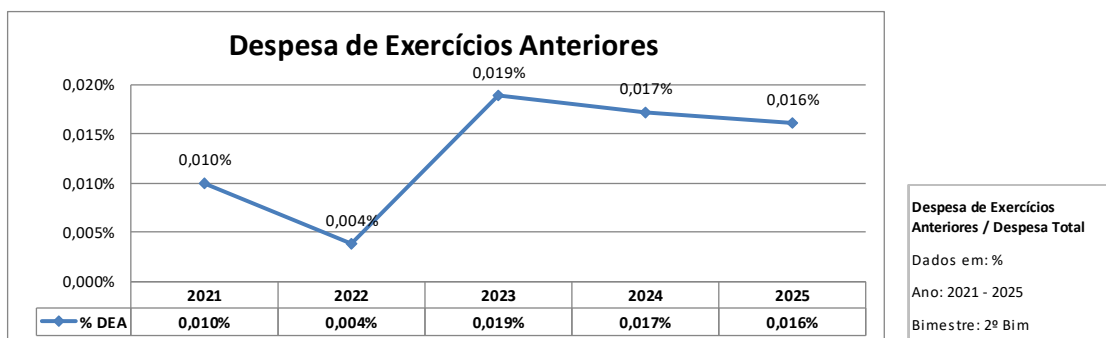


10.9. DESPESA DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Indicador 9

Despesa de Exercícios Anteriores / Despesa Total

As despesas de exercícios anteriores (DEA) são aquelas que ocorreram, mas não houve registro e nem foi utilizado o orçamento à época. Altos valores deste indicador demonstram fragilidade no controle das despesas orçamentárias, visto que houve necessidade de pagar despesas que não foram previamente inscritas no orçamento.

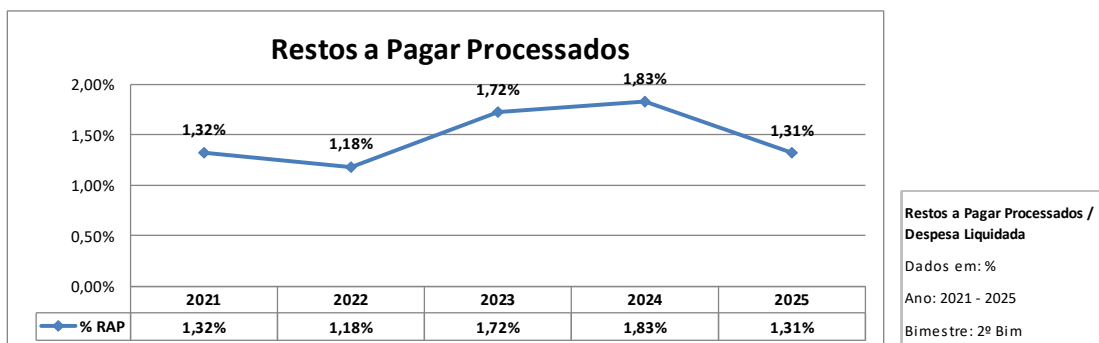


10.10. RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

Indicador 10

Restos a Pagar Processados / Despesa Liquidada

Por definição, restos a pagar são despesas devidas e não pagas, as quais constam no orçamento do Ente federativo. Quanto maior o valor deste indicador, maior será a transferência de despesas do exercício que se encerra para o seguinte.





10.11. DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA

Indicador 11

Disponibilidade de Caixa Líquida/Despesa Mensal Liquidada Média

O indicador de disponibilidade de caixa em relação à despesa liquidada média mensura o quanto de caixa o Município tem para fazer frente à despesa liquidada de um mês, despesa essa calculada como a média dos 12 meses de despesa liquidada. Nesse indicador é considerada a disponibilidade total dos recursos, vinculados e não vinculados.

